



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE - UAAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
PPGA/UAAC/CH/UFCG



**A COPRODUÇÃO COMO DEVER DE TODOS: UM
ESTUDO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS
EDUCACIONAIS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DÊYSE LUCENA VICTOR DE SOUZA

Campina Grande-PB, 2023



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

DÊYSE LUCENA VICTOR DE SOUZA

**A COPRODUÇÃO COMO DEVER DE TODOS: UM
ESTUDO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS
EDUCACIONAIS**

Orientador (a): Profa. Dra. Patrícia Trindade Caldas

Dissertação apresentada como pré-requisito para a
obtenção do grau de Mestre em Administração do
Programa de Pós-Graduação em Administração da
Universidade Federal de Campina Grande.

CAMPINA GRANDE-PB, 2023

S729c

Souza, Dêyse Lucena Victor de.

A coprodução como dever de todos : um estudo nos serviços públicos educacionais / Dêyse Lucena Victor de Souza. - Campina Grande, 2023.
124 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação: Profa. Dra. Patrícia Trindade Caldas."

Referências.

1. Gestão de Políticas Públicas na Educação. 2. Administração Pública.
3. Coprodução na Educação. 4. Serviço Público. 5. Participação Civil - Benefícios. I. Caldas, Patrícia Trindade. II. Título.

CDU 35:37(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM ADMINISTRACAO
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitário, Campina Grande/PB, CEP 58429- 900

FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES

DÊYSE LUCENA VICTOR DE SOUZA

"A COPRODUÇÃO COMO DEVER DE TODOS: UM ESTUDO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS EDUCACIONAIS"

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA- UFCG) como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovado em: 17/03/2023

Patrícia Trindade Caldas - PPGA/UFCG
Orientadora

Profa. Dra. Ana Cecília Feitosa de Vasconcelos - PPGA/UFCG
Examinadora Interna

Prof. Dr. Thiago Ferreira Dias - DAPGS/CCS/UFRN
Examinador Externo

Campina-Grande-PB, 2023



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA TRINDADE CALDAS, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/03/2023, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA CECILIA FEITOSA DE VASCONCELOS, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 23/03/2023, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Ferreira Dias, Usuário Externo**, em 23/03/2023, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **3214216** e o código CRC **65909DB5**.

A COPRODUÇÃO COMO DEVER DE TODOS: UM ESTUDO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS EDUCACIONAIS. 124 folhas. Dissertação de Mestrado em Administração - Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2023.

RESUMO

A busca por gestões democráticas e mais participativas tem levado as administrações públicas a utilizarem a coprodução como estratégias de produção de políticas públicas, gerando valor na melhoria da prestação do serviço público, na efetividade do gasto público, no incremento do capital social e da responsabilidade civil, dentre outros benefícios. A educação é uma arena em que a coprodução pode e deve ser implementada, aproximando agentes públicos e sociedade civil na construção do aprendizado de alunos, famílias e comunidade. Com o objetivo de analisar a coprodução nos serviços públicos educacionais da cidade de Campina Grande-PB, este estudo foi realizado em três artigos. O primeiro teve o objetivo investigar a coprodução de serviços públicos e sua evolução temática no segmento da educação de 2011 a 2021, por meio de um estudo bibliográfico, para abordar a congruência no campo científico e avançar na compreensão de seus significados. Os resultados do estudo contribuíram para a teoria e desenvolvimento do segundo e terceiro artigo. O segundo, objetivou analisar os tipos de coprodução em diferentes fases do ciclo do serviço educacional público em Campina Grande-PB. Para tal realizou uma pesquisa qualitativa com natureza exploratória-descritiva, utilizando as técnicas de pesquisa documental, observação *in loco* e entrevistas semiestruturadas, constando-se as fases de serviços e seus níveis de participação. Nos resultados há ocorrência da coprodução nos níveis individual, grupo e coletivo em quase todas as fases, com exceção da fase de co-comissionamento em ambas as escolas. O último artigo analisou os tipos de participação cidadã nas práticas de coprodução no ensino público de Campina Grande-PB e os benefícios decorrentes, utilizando as mesmas técnicas de coleta do segundo artigo, mas o roteiro focou em tipologias de participação cidadã na coprodução (PESTOFF, 2012) e os benefícios potenciais de (BOVAIRD; LOEFFLER, 2013). Com os resultados, constatou-se que as participações políticas estão mais presentes nas duas escolas analisadas e que os principais benefícios encontrados são para os usuários e cidadãos, pois aumenta ainda mais a esfera social e construção do aluno para o futuro.

Palavras-chaves: Coprodução. Educação. Participação Civil. Serviços Públicos. Benefícios.

SOUZA, DÉYSE LUCENA VICTOR DE. COPRODUCTION AS EVERYONE'S DUTY: A STUDY IN PUBLIC EDUCATIONAL SERVICES. 124 sheets. Master Dissertation in Management – Federal University of Campina Grande, Paraíba, 2022.

ABSTRACT

The search for democratic and more participatory management has led public administrations to use co-production as strategies to produce public policies, generating value in the improvement of public service provision, in the effectiveness of public spending, in the increase of social capital and civil responsibility, among other benefits. Education is an arena in which co-production can and should be implemented, bringing public agents and civil society together in the construction of learning for students, families, and the community. With the objective of analyzing co-production in public educational services in the city of Campina Grande-PB, this study was carried out in three articles. The first aimed to investigate the co-production of public services and its thematic evolution in the education segment from 2011 to 2021, through a bibliographical study, to address congruence in the scientific field and advance in understanding its meanings. The results of the study contributed to the theory and development of the second and third articles. The second aimed to analyze the types of co-production in different phases of the public educational service cycle in Campina Grande-PB. To this end, qualitative research with an exploratory-descriptive nature was carried out, using documentary research techniques, on-site observation, and semi-structured interviews, including the phases of services and their levels of participation. In the results, there is occurrence of co-production at individual, group, and collective levels in almost all phases, except for the co-commissioning phase in both schools. The last article analyzed the types of citizen participation in co-production practices in public education in Campina Grande-PB and the resulting benefits, using the same collection techniques as in the second article, but the script focused on types of citizen participation in co-production (PESTOFF, 2012) and the potential benefits of (BOVAIRD; LOEFFLER, 2013). With the results, it was found that political participation is more present in the two schools analyzed and that the main benefits found are for users and citizens, as it further increases the social sphere and student construction for the future.

Keywords: Co-production. Education. Civil Participation. Public Services. Benefits.

LISTA DE FIGURAS

ARTIGO 1

Figura 01 – Base de dados.....	31
Figura 02 – Campo – Países/Regiões.....	39
Figura 03 – Rede de cocitações por autores	41

ARTIGO 2

Figura 01 – Modelo Estruturado das Escolas Cidadãs.....	59
Figura 02 – Caixa de Sugestões.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

ARTIGO 1

Gráfico 01 – Artigos publicados por ano	33
---	----

LISTA DE QUADROS

INTRODUÇÃO GERAL

Quadro 01 – Estrutura da Dissertação	20
--	----

ARTIGO 1

Quadro 01 – Conceitos de Coprodução de Serviços Públicos	28
Quadro 02 – Etapas de busca do Estudo Bibliométrico	32
Quadro 03 – Trabalhos Publicados em 2019.....	34
Quadro 04 – Publicações mais citadas.....	35
Quadro 05 – Análise das redes de cocitações por autores.....	41

ARTIGO 2

Quadro 01 – Modelos propostos de tipologias	50
Quadro 02 – Matriz 3x4	53
Quadro 03 – Categorias das Entrevistas.....	56
Quadro 04 – Dados das Entrevistas	57
Quadro 05 – Matriz 3x4 Identificada nas Escolas em Estudo.....	70

ARTIGO 3

Quadro 01 – Tipos de participação	82
Quadro 02 – Benefícios potenciais do aumento da coprodução de serviços públicos	84
Quadro 03 – Categorias das Entrevistas.....	87
Quadro 04 – Dados das Entrevistas	87
Quadro 05 – Matriz Baseada nos Resultados das Duas Escolas	97

LISTA DE TABELAS

ARTIGO 3

Tabela 01 – Dados das Entrevistas das Escolas ECI e ECIT	88
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

AAC's – Agências de Ação Comunitária

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

BNCC – Base Comum Curricular

CF – Constituição Federal

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ECI – Escola Cidadã Integral

ECIT – Escola Cidadã Integral Técnica

EUA – Estados Unidos da América

FAPESQ/PB – Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado da Paraíba

GRE – Gerência Regional de Ensino

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

NEGIS – Núcleo de Estudos em Gestão Inteligente e Sociedade

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONGs – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PEE – Plano Estadual de Educação

PIB – Produto Interno Bruto

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PNE – Plano Nacional de Educação

PPGA – Programa de Pós-graduação em Administração

PPP – Programa Primeiros Projetos

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

Dedico essa dissertação às minhas filhas (minhas Marias), por toda paciência de momentos ausentes ou até mesmo em silêncios. Elas colaboraram nos momentos em que eu precisava estudar e me concentrar. Sei que você (Maria Laura) é pequena, mas quando crescer quero que saiba o quanto foi importante neste processo. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Sempre estive envolvida com a educação, desde a minha graduação na UFCG mantive meus vínculos empregatícios em instituições de ensino, então não poderia ter escolhido outro campo de estudo. Gratidão meu Deus e a Maria, mãe do senhor Jesus Cristo, por ter me dado condições de concretizar um sonho de ser mestre, a luta e os esforços foram grandes, mais com muita fé e muito querer foi concluído. O poder da oração! Amém.

Agradeço a minha família por estar junto comigo embarcados nesse meu propósito, ao meu esposo, meus irmãos, meus pais e minhas amadas filhas. Agradeço de coração aos meus vizinhos por ser tão generosos em ficar brincando com minha caçula enquanto eu tinha que estudar, pesquisar, escrever. Vocês fazem parte dessa caminhada. Assim, como aos amigos que respeitaram minha ausência.

Gratidão à minha orientadora e Professora, Patrícia Caldas, por toda confiança, parceria e paciência. Ao Professor Thiago Dias, agradeço por agregar ainda mais ao meu trabalho, com todas as sugestões trazidas, foram de grande importância e de repensar. À Professora Ana Cecília, de quem tive a honra de tê-la como minha orientadora no meu TCC da graduação, e neste momento está comigo novamente, agradeço pelas contribuições para com este meu trabalho, assim como as contribuições para vida profissional que levo comigo até hoje. A todos os meus professores do PPGA/UFCG, toda minha gratidão, admiração e respeito, em especial ao Professor Edvan Aguiar que sempre contribuiu para meu crescimento, mesmo depois do término da sua disciplina – és um professor para vida.

Agradeço aos colegas da turma 4 do PPGA/UFCG, em especial a Adayanna, Izabele e Dilma, pelo compartilhamento de angústias e incentivos de que tudo ia dar certo. Gratidão meninas! Essa turma 4 foi diferenciada. À Mery, secretária do programa, pelo atendimento das solicitações durante o curso. Obrigada aos colegas do grupo de estudo NEGIS - Núcleo de Estudos em Gestão Inteligente e Sociedade, por todo apoio e compartilhamentos de conhecimentos. Em especial a Amanda, que nos momentos finais foi de grande importância.

Agradeço aos gestores das escolas e a Gerente da Terceira Gerência Regional de Ensino, por terem permitido a realização dessa pesquisa.

Por fim, à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ/PB) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por financiar a pesquisa por meio de bolsa.

Gratidão a todos!

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL	14
1.1 Objetivo geral	17
1.1.1 Objetivos específicos	17
1.2 Justificativa	17
1.3 Modalidade da dissertação	20
CAPÍTULO 1 - COPRODUÇÃO: EVOLUÇÃO TEMÁTICA NO SEGMENTO DA EDUCAÇÃO DE 2011 A 2021	23
1 INTRODUÇÃO	25
2 A COPRODUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	27
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	32
4.1 Publicações da <i>Web of Science</i>	32
4.2 Países/regiões da <i>Web of Science</i>	39
4.3 Mapeamento bibliométrico: uso do <i>VoSviewer</i> – Análise de <i>Cluster</i>	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
CAPÍTULO 2 - QUEM, COMO, ONDE? TIPOLOGIA DA COPRODUÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS EDUCACIONAIS	44
1 INTRODUÇÃO	46
2 A COPRODUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS: NOÇÕES GERAIS E TIPOLOGIAS	49
2.1 A Tipologia de Coprodução 3x4 de Nabatchi, Sacino e Sícilia (2017)	52
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	55
3.1 Caracterização dos Ambientes de Pesquisa	57
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	60
4.1 Tipos e Níveis de Coprodução conforme as Fases do Ciclo de Serviços	60
4.1.1 Fase do Ciclo de Serviço: Co-comissionamento	60
4.1.2 Fase do Ciclo de Serviço: Co- <i>design</i>	62
4.1.3 Fase do Ciclo de Serviço: Co-entrega	63
4.1.4 Fase do Ciclo de Serviço: Co-avaliação	67
4.2 Matriz 3x4	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72

CAPÍTULO 3 – COPRODUÇÃO NO ENSINO PÚBLICO: QUE TIPO DE PARTICIPAÇÃO É ESSA?	75
1 INTRODUÇÃO	77
2 PARTICIPAÇÃO, COPRODUÇÃO E EDUCAÇÃO PÚBLICA.....	80
2.1 Modelo de Pestoff (2012)	81
2.2 Modelo de Bovaird e Loeffler (2013)	83
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	86
3.1 Descrição do contexto da Pesquisa	88
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	89
4.1 Quatro Tipos de Participação na ECI	89
4.2 Quatro Tipos de Participação na ECIT	92
4.3 Matriz – Dois Modelos	96
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
CAPÍTULO 4 - CONCLUSÕES	101
4 CONCLUSÕES	102
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS (CAPÍTULOS 2 E 3)	113

1 INTRODUÇÃO GERAL

O conceito de coprodução foi originalmente desenvolvido por Elinor Ostrom e pelo *Workshop* de Teoria Política e Análise de Políticas da Universidade de Indiana durante a década de 1970, para descrever e delimitar o envolvimento de cidadãos comuns na produção de serviços públicos. Lutaram com as teorias dominantes de governança urbana, cujas políticas subjacentes recomendavam a centralização massiva dos serviços públicos, mas não encontraram apoio para as reivindicações dos benefícios das grandes burocracias. Perceberam também que a produção de serviços, ao contrário de bens, era difícil sem a participação ativa das pessoas que recebiam o serviço (PESTOFF, 2012).

Nessa perspectiva, foi desenvolvido o conceito de coprodução, utilizado para descrever a relação potencial que poderia existir entre o “produtor regular” (policiais de rua, professores ou profissionais de saúde) e seus clientes/beneficiários, que querem ser transformados pelo serviço (PARKS *et al.*, 1999). Elinor Ostrom (1996) define coprodução como processo em que insumos utilizados para fornecer um bem ou serviço são entregues por indivíduos que não estão na mesma organização e, nessa relação, os cidadãos desempenham um papel ativo na produção de bens e serviços públicos de consequência a eles.

É importante ressaltar que Elinor Ostrom foi vencedora do Nobel de Economia e que um dos trabalhos mais citados sobre coprodução contempla a análise de um caso de educação na Nigéria e um caso de esgotamento condominial no Brasil. A autora observou que “Se os alunos não estão envolvidos ativamente em sua própria educação, incentivada e apoiada pela família e amigos, o que os professores fazem pode fazer pouca diferença nas habilidades que os estudantes adquirem” (OSTROM, 1996, p. 1079). Disso decorre a necessidade de engajamento entre servidores públicos e comunidade para oferta de serviços como o de educação e a busca por qualificação das ações realizadas e resultados alcançados.

Nesse sentido, um dos temas cruciais para a discussão sobre o papel do Estado e dos cidadãos na provisão de serviços públicos é a educação. Ela está na base da democracia e da cidadania, podendo envolver organizações públicas e privadas na sua provisão, em diferentes arranjos, sempre com um papel ativo para o cidadão no processo de sua produção com maior ou menor grau de responsabilidade a depender do contexto sociopolítico e dos modelos de administração pública vigentes.

Novas formas de prestação de serviços desafiam os padrões tradicionais “forçando” sistemas políticos atuais a interagir e negociar a formulação de políticas, deixando de ser um processo puramente *top down* (BOVAIRD, 2007). Na concepção do *new public service* e também na chamada nova governança pública (KISSLER; HEIDEMANN, 2006; OSBORNE,

2006), o serviço público é entendido como uma extensão da cidadania, passando a ser mais permeado por virtude cívica, participação, *accountability*, controle social, envolvimento, entre outros (SALM; MENEGASSO, 2009).

Ao entender que as organizações públicas não produzem apenas bens materiais nem seguem uma lógica puramente industrial de entrega de produtos prontos e acabados aos clientes, e sim, de fornecimento de serviços orientados e adaptados para atender às necessidades públicas, a gestão pública começa a defender formas de participação como a coprodução, na qual os beneficiários-cidadãos se envolvem na produção dos serviços que consomem, maximizando o valor e impacto gerado (LINDENMEIER *et al.*, 2021).

Nessa perspectiva, os cidadãos não são encarados apenas como eleitores-clientes, mas como parceiros, capazes de apoiar o Estado no melhor uso de bens e recursos contribuindo conjuntamente para alcançar melhores resultados (LOEFFLER, 2020). O Estado passa a reconhecer a capacidade de inovação e habilidade da sociedade civil, buscando o entendimento e não a negociação das demandas para serem satisfeitas da melhor forma possível. Assim, atrai uma ampla gama de atores existentes nos três setores da sociedade: público, privado e terceiro setor.

Por esse raciocínio, tem-se o fortalecimento da cidadania, sendo o cidadão não só parte de um coletivo em construção, mas revestidos de direitos e sem esquecer dos deveres (FLEURY, 2004). Segundo Schommer e Tavares (2017), a coprodução pode contribuir para ampliação da cidadania, por meio do compartilhamento de responsabilidades entre governos, organizações públicas e privadas e cidadãos. Assim, a coprodução destaca o exercício da cidadania ao conferir à sociedade a condição de parte na busca por soluções dos problemas coletivos e, com isso, a discussão sobre coprodução inclui pensar acerca do papel do indivíduo na sociedade, considerando a atuação cidadã na solução dos problemas sociais.

Em se tratando de serviços de educação pública, diante da revolução tecnológica-científica, observa-se a crescente necessidade de acompanhar as mudanças por meio de profissionais com capacidade para se adaptar às mais diversas condições e empregar sua força de trabalho de forma flexível, multifuncional e em novos campos do saber, da prática organizacional e social. Com base nesse entendimento, percebe-se que educando se transformam vidas e realidades. Nesse processo, pode-se envolver atores para além dos muros das salas de aula, escolas e instituições de ensino, abrangendo as famílias e a comunidade em geral. Estes podem coproduzir em várias fases do ciclo de serviço: no comissionamento, no desenho/planejamento, na execução direta ou na avaliação (NABATCHI; SANCINO; SICILIA, 2017).

Segundo a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), a participação de representantes de associações populares no processo de organização das cidades e o envolvimento das associações civis são exigidos na implementação de políticas de saúde, educação e assistência social. Na Paraíba, cabe ao governo do Estado o compromisso legal da criação de Políticas Públicas e implementação, na oferta gratuita, de diferentes formas de acesso e garantia da permanência à escolarização da alfabetização ao ensino médio para todos os cidadãos, reafirmando o direito de jovens e adultos a educação básica adequada às condições e suas peculiaridades, inclusive articulando ao mundo do trabalho, oferecendo matrículas integradas à educação profissional, como prevê o novo PEE – Plano Estadual de Educação (PARAÍBA, 2015).

Para Pestoff (2012), há quatro tipos de participação cidadã na coprodução de serviços da educação: 1) econômica, que envolve tempo e materiais para manter ou auxiliar o funcionamento de um equipamento da escola; 2) política, na qual os indivíduos se envolvem nas discussões e tomadas de decisão sobre o processo pedagógico e sobre a gestão de uma escola; 3) social, contribuindo para eventos sociais e festas em datas comemorativas relacionadas à escola, por exemplo, e; 4) específica do serviço, na qual o usuário, ou a família, ou outro membro da comunidade auxilia a gerir ou manter uma instalação na escola.

Neste contexto, participação e coprodução do bem público são parte do processo educativo e ambas podem ocorrer de diferentes formas, etapas do processo, e em graus de intensidade diferentes (PESTOFF, 2012). Sobre as formas de participação de coprodução, Bovaird e Loeffler (2013) apresenta um modelo sintético que sinaliza alguns dos que seriam esses possíveis benefícios para os usuários; os cidadãos; funcionários da linha de frente; os principais gerentes; e os políticos. Dessa forma, esses dois modelos serão utilizados no artigo três desta dissertação.

O modelo de tipologia de coprodução 3x4, de Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017), encontrado na literatura por trazer implicações para prática será utilizado como base para o segundo artigo desta dissertação, pois é uma ferramenta para aprimorar a tomada de decisão sobre o tipo de coprodução mais alinhado com seus objetivos e propósitos, facilitando assim as comparações e podendo melhorar a avaliação dos serviços públicos educacionais.

Face ao exposto, esta dissertação parte da premissa que a coprodução é um tipo de participação voltada à provisão de bens e serviços públicos que envolve engajamento mútuo entre usuário/cidadão/comunidade e servidores públicos/profissionais; esse engajamento varia de um contexto para outro em relação à etapa do processo, à forma e ao grau de intensidade e compartilhamento de poder. Assim, a problemática dessa dissertação é: **Como ocorre a**

coprodução nos serviços públicos educacionais no município de Campina Grande-PB?

Isto posto, a seguir são apresentados os objetivos da pesquisa.

1.1 Objetivo geral

Analisar a coprodução nos serviços públicos educacionais da cidade de Campina Grande-PB.

1.1.1 Objetivos específicos

- 1) Investigar a coprodução de serviços públicos e sua evolução temática no segmento da educação de 2011 a 2021.
- 2) Analisar os tipos de coprodução em diferentes fases do ciclo do serviço educacional público em Campina Grande-PB.
- 3) Analisar os tipos de participação cidadã nas práticas de coprodução no ensino público de Campina Grande-PB e os benefícios decorrentes.

1.2 Justificativa

O estudo proposto pôde contribuir com o alinhamento entre as práticas e os estudos teóricos sobre coprodução na educação, uma vez que a coprodução já é um fenômeno que acontece naturalmente na educação, apesar de não ser mencionada explicitamente (PARO, 2016). No Brasil, as escolas que oferecem o ensino médio regular, de acordo com o Censo Escolar 2020 há registro de 28.933 escolas, no total, foi observado um crescimento de 2% entre 2016 e 2020. A cidade de Campina Grande-PB conta com 68 escolas de nível médio e cerca de 15.352 alunos matriculados, sendo 11.639 destes, estudantes da rede pública de ensino, com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022). Dessas 68 escolas, 33 são Escolas Cidadãs Integrais que são divididas em Escola Cidadã Integral (ECI) e Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT).

Conforme os dados acima, é primordial reconhecer o forte papel da educação na construção de uma sociedade desenvolvida e atuante, conhecedora de seus direitos e deveres. A escola tem sofrido alterações no seu papel, conforme ressaltam Armesto e Bispo (2022), e os avanços tecnológicos, sociais e culturais trazem à tona uma série de desafios para a educação do século XXI. Somado a isso, os inegáveis prejuízos trazidos pela pandemia da Covid-19 para a educação, tornam urgente a necessidade de apresentar contribuições variadas e que integrem Estado, família e comunidade na construção de serviços educacionais mais modernos, eficientes e participativos.

Nesse contexto, é importante alinhar as práticas de coprodução nas escolas públicas aos interesses organizacionais, buscando eficácia das ações realizadas, de modo a proporcionar os potenciais benefícios que a coprodução pode trazer para os gestores escolares - redução das demandas dos serviços tornando-os mais eficientes; para os professores – mais responsabilidades e satisfação por trabalhar com usuários de serviços satisfeitos; os alunos – melhores resultados e qualidade de vida com serviços públicos de qualidade superior mais realistas e sustentáveis; a comunidade e sociedade civil – aumento do capital social e coesão social, garantindo disponibilidade e qualidade dos serviços para o futuro; e para os próprios políticos – mais votos por meio de usuários de serviços mais satisfeitos, assim como menos necessidade de financiamento público. Isso se faz necessário uma vez que quaisquer atividades realizadas no âmbito do Estado devem buscar a melhoria da qualidade da prestação dos serviços públicos na perspectiva de quem os utiliza.

Apesar da crescente discussão sobre o tema, considerando a base de dados levantada para esta pesquisa (ver capítulo 1), a coprodução no segmento da educação ainda é um campo de estudo pouco explorado no Brasil. Dentre os 23 artigos que apresentaram relevância, há apenas um estudo com autoria brasileira. Trata-se de estudo sobre a coprodução da educação pública por parte de familiares de estudantes, suas diversas formas e, ainda, como é influenciada pelo perfil dos familiares nas escolas públicas do Distrito Federal (SOARES; FARIAS, 2019).

Só este trabalho da base trata da realização dessa prática no contexto brasileiro, não representando também a realidade de outros contextos, como de cidades nordestinas. Considerando que os estudos foram levantados em uma base de dados reconhecida e relevante na área estudada, a *Web of Science*, infere-se a existência de uma lacuna de estudos sobre o tema no contexto brasileiro e por pesquisadores brasileiros, de modo que esta pesquisa se mostra como uma oportunidade de ampliá-los.

Investigar, a partir de aspectos teóricos, dentre as principais contribuições desta pesquisa, pode-se destacar a carência de estudos que levem em conta escolas de ensino médio, já que a produção científica existente na área dispõe de um enfoque no ensino infantil e fundamental, além de uma ênfase apenas na participação de familiares (PESTOFF 2009, PESTOFF, 2012; SOARES; FARIAS, 2019).

Justifica-se, também, pela relevância que a coprodução tem se tornado a principal temática entre gestores públicos e pesquisadores de políticas públicas na última década, devido à compreensão de que a maioria dos serviços públicos necessita de um papel ativo dos indivíduos que os consomem (JAKOBSEN; ANDERSEN, 2013). Assim, esta pesquisa amplia os estudos sobre a coprodução no segmento da educação, analisando-o no contexto de escolas públicas que estão presentes em todas as regiões do Brasil. Amplia, ainda, o conhecimento

sobre educação pública, dada a necessidade de conhecer em mais detalhes como ocorrem os processos de tomada de decisão e ação compartilhada nas unidades, envolvendo a comunidade local e escolar.

É importante salientar que este estudo está atrelado a um projeto maior do Núcleo de Estudos em Gestão Inteligente e Sociedade (NEGIS), da Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Campina Grande, especificamente no âmbito do projeto intitulado “A Coprodução na Prestação de Serviços Públicos Educacionais na Paraíba”, aprovado pelo edital Nº 010/2021 - FAPESQ/PB - MCTIC/CNPq - Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores/Programa Primeiros Projetos – PPP. Outrossim, a bolsa que financia a pesquisadora autora desta dissertação CAPES/FAPESQ, está vinculada ao desenvolvimento de estudos sobre a temática de Diversificação do Desenvolvimento Social e Urbano da Paraíba.

Desse modo, essas contribuições podem refletir no alcance dos objetivos dispostos na própria Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) que enfatiza no seu artigo 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, assim como se faz necessário trabalhar com a educação para o desenvolvimento humano acerca das questões que envolvam o desenvolvimento sustentável, tendo por exemplo projetos de reciclagem - reaproveitamento de materiais que poderia ir para o lixo e são reaproveitados (os papeis da secretaria); uma campanha para cada um levar seu copo e/ou garrafa para evitar desperdícios de copos descartáveis.

A expectativa é que cidadãos e gestores públicos possam se beneficiar dessa pesquisa. Cada ator envolvido no processo tem a possibilidade de conhecer melhor as participações dos indivíduos, bem como as tipologias de coprodução na educação. A atuação conjunta do Estado com os demais atores, por meio da coprodução dos serviços públicos educacionais, pode ser um caminho viável e eficiente no contexto escolar.

1.3 Modalidade da dissertação

Este trabalho foi desenvolvido na modalidade de artigos, conforme estabelece as normas complementares do Programa de Pós-graduação em Administração - PPGA, da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, e estruturado de acordo com Quadro 01. Para formatação dos artigos, optou-se por utilizar o padrão da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Quadro 01 – Estrutura da Dissertação

TÍTULO				
A Coprodução como Dever de Todos: um estudo nos serviços públicos educacionais				
PROBLEMA DE PESQUISA				
Como ocorre a coprodução nos serviços públicos educacionais no município de Campina Grande-PB?				
OBJETIVO GERAL				
Analisar a coprodução nos serviços públicos educacionais da cidade de Campina Grande-PB.				
OBJETIVOS ESPECIFICOS:	ARTIGO CORRESPONDENTE	SUBMISSÃO	FONTE DE DADOS	ANÁLISE DOS DADOS
1. Investigar a coprodução de serviços públicos e sua evolução temática no segmento da educação de 2011 a 2021.	Artigo 1: Coprodução: evolução temática no segmento da educação de 2011 a 2021.	RAEP – Revista Administração: ensino e pesquisa.	Bibliográfica: <i>Web of Science</i>	Estudo dos gráficos gerados da categoria <i>Web of Science</i> e Análise dos <i>clusters</i> com base gerada através do <i>VOSviewer</i> .
2. Analisar os tipos de coprodução em diferentes fases do ciclo do serviço educacional público em Campina Grande-PB.	Artigo 2: Quem, Como, Onde? Tipologia da coprodução em serviços públicos educacionais.	RAP – Revista de Administração Pública.	Pesquisa documental, observação <i>in loco</i> e entrevistas semiestruturadas.	Pesquisa Qualitativa: análise de conteúdo.
3. Analisar os tipos de participação cidadã nas práticas de coprodução no ensino público de Campina Grande-PB e os benefícios decorrentes.	Artigo 3: Coprodução no Ensino Público: Que tipo de participação é essa?	REAd – Revista Eletrônica de Administração.	Pesquisa documental, observação <i>in loco</i> e entrevistas semiestruturadas.	Pesquisa Qualitativa: análise de conteúdo.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Conforme exposto no Quadro 01, a presente pesquisa busca **analisar a coprodução nos serviços públicos educacionais da cidade de Campina Grande-PB**. Para tanto, foram traçados três objetivos específicos, os quais foram desenvolvidos em artigos que compõem os capítulos desta dissertação. O primeiro objetivo, discutido no capítulo 1, aborda a necessidade inicial de **investigar a coprodução de serviços públicos e sua evolução temática no segmento da educação de 2011 a 2021**, para abordar a congruência entre o campo científico. Tal levantamento será importante para a literatura porque irá ajudar a observar a evolução de pesquisa que existem na área. Metodologicamente, foram utilizadas as fontes de dados da *Web of Science* e um estudo dos gráficos gerados desta categoria, a fim de saber como a pesquisa sobre a coprodução no segmento da educação tem evoluído. Se trata de um estudo bibliométrico com o auxílio do *software VOSviewer*.

A análise teórica sobre o assunto, feita no capítulo 1, possibilitou embasamento teórico para a realização dos próximos estudos, realizados nos capítulos 2 e 3. O segundo objetivo traçado buscou **analisar os tipos de coprodução em diferentes fases do ciclo do serviço educacional público em Campina Grande-PB**. Para tal, utilizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa com dados oriundos de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Para as técnicas de coletas de dados foi utilizado a pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas construídos em conjunto com os membros do grupo de estudos Negis (Núcleo de Estudo em Gestão Inteligente e Sociedade) envolvidos no Projeto aprovado no edital nº 010/2021 - FAPESQ/PB - MCTIC/CNPq (Programa de Infraestrutura Para Jovens Pesquisadores / Programa Primeiros Projetos – PPP), a partir das categorias da tipologia de Nabatchi, Sancino e Sicília (2017) e a observação não-participante para melhor compreender a fomentação do fenômeno e o contexto em que está inserido. A discussão referente a esse objetivo é apresentada no capítulo 2.

No terceiro estudo, resolveu-se explorar um pouco mais os dados e as práticas identificadas no artigo 2. Assim o terceiro artigo objetivou **analisar os tipos de participação cidadã nas práticas de coprodução no ensino público de Campina Grande-PB e os benefícios decorrentes**, na tentativa de aprofundar a compreensão da coprodução existente em escolas públicas campinenses. Tal entendimento poderá auxiliar numa gestão mais estratégica da coprodução por parte das escolas e gestores públicos. Para tanto, foi utilizado também a pesquisa qualitativa e as coletas de dados foram por meio da pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas construída em conjunto da mesma forma que o artigo dois, mas a partir das categorias dos tipos de participação cidadã de Pestoff (2012) e a observação não-participante.

Além desta introdução geral e dos três capítulos mencionados, destinados ao desenvolvimento dos objetivos específicos da pesquisa, por meio de artigos, esta dissertação ainda apresenta o capítulo 4, relativo à apresentação da conclusão do estudo, no qual serão expostas as relações dos resultados, suas limitações e sugestões para futuros estudos. Logo, os três artigos atendem aos objetivos específicos do trabalho e, conseqüentemente ao objetivo geral.

CAPÍTULO 1

ARTIGO 1 - COPRODUÇÃO: EVOLUÇÃO TEMÁTICA NO SEGMENTO DA EDUCAÇÃO DE 2011 A 2021

COPRODUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS: EVOLUÇÃO TEMÁTICA NO SEGMENTO DA EDUCAÇÃO DE 2011 A 2021

Resumo

Este artigo tem como objetivo investigar a coprodução de serviços públicos e sua evolução temática no segmento da educação de 2011 a 2021, apoiando a compreensão sobre o desenvolvimento do campo de pesquisa aplicado a educação, que é um dever de todos e um direito humano universal. Em termos metodológicos, realizou-se um estudo bibliométrico com o auxílio do *software VOSviewer*. Os resultados do estudo contribuem para a teoria em dois momentos, o primeiro quando a discussão empreendida abre uma ampla e rica agenda em coprodução, apesar da ascensão do interesse nesse tipo de atividade, gerando contribuições para o avanço do conhecimento. E no segundo momento, quando foca nos estudos dos autores que têm sido recorrentes na literatura, assim como a necessidade de alternativas para melhorar a educação, por meio da coprodução, colaboração e compartilhamento, possibilitando assim tendências de pesquisa. Dessa forma, os resultados dos 23 artigos apresentados abrem oportunidades para um maior aprofundamento teórico e fornece um ponto de partida para novas perspectivas, trazendo como contribuições para o bem público que os serviços educacionais não sejam entregues só aos profissionais da educação, mais sim coproduzidos por usuários, cidadãos, familiares e sociedade civil.

Palavras-Chaves: Bibliometria. Coprodução. Educação. Serviços Públicos.

CO-PRODUCTION OF PUBLIC SERVICES: A THEMATIC EVOLUTION IN THE EDUCATION SEGMENT FROM 2011 TO 2021

Abstract

This article aims to investigate the co-production of public services and its thematic evolution in the education segment from 2011 to 2021, supporting the understanding of the development of the research field applied to education, which is everyone's duty and a universal human right. In methodological terms, a bibliometric study was carried out with the aid of the *VOSviewer software*. The results of the study contribute to the theory in two moments, the first when the discussion undertaken opens a wide and rich agenda in co-production, despite the rise of interest in this type of activity, generating contributions to the advancement of knowledge. And in the second moment, when it focuses on the studies of authors that have been recurrent in the literature, as well as the need for alternatives to improve education, through co-production, collaboration and sharing, thus enabling research trends. In this way, the results of the 23 articles presented open opportunities for further theoretical deepening and provide a starting point for new perspectives, bringing as contributions to the public good that educational services are not delivered only to education professionals, but rather co-produced by users, citizens, family members and civil society.

Keywords: Bibliometrics. Coproduction. Education. Public Services.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de coprodução foi desenvolvido em 1970 por Elinor Ostrom e seus colegas na Universidade de Indiana (EUA) para descrever e delimitar o envolvimento dos cidadãos na produção de serviços públicos. Eles descreveram o termo coprodução como sendo uma relação que poderia existir entre o "produtor regular" (como os policiais de rua, os professores ou os trabalhadores da saúde) e seus clientes que queriam ser transformados pelo serviço em pessoas mais seguras, mais instruídas ou mais saudáveis. A coprodução seria um mix de atividades na qual tanto os profissionais do setor público como os cidadãos, combinam esforços na realização de serviços públicos (PARKS *et al.*, 1981; OSTROM, 1996).

O caminho para a coprodução ocorre no contexto de uma transição mais ampla de um serviço centrado no Estado para parcerias, colaborações e com base em reformas de planejamento e entrega de serviços (POOCHAROEN; TING, 2015). Nesse sentido, a coprodução pode ser considerada uma nova estratégia a ser aplicada no governo e uma lógica de gestão colaborativa, que visa a efetividade e melhorias da entrega de valor público em que diferentes indivíduos que não pertencem à mesma organização provedora – e, em particular, cidadãos – fornecem seus insumos para a prestação de serviços públicos (CEPIKU, 2015; KVARTIUK, 2016).

A literatura sobre coprodução no setor público e a pesquisa empírica está sendo conduzida em uma ampla variedade de domínios (PESTOFF *et al.*, 2013; WILLIAMS *et al.*, 2016). Enquanto a noção teórica de coprodução data da década de 1970, a ideia atualmente ganha impulso e as práticas de coprodução podem representar uma expansão da cidadania, a depender do modelo e da forma como ocorrem, (SCHOMMER; TAVARES, 2017). O ponto-chave em todas essas análises é que as distinções tradicionais entre usuários/consumidores e produtores estão desaparecendo e sendo substituídas por relações de coprodução (THOMSEN; JAKOBSEN, 2015).

Verschuere, Brandsen e Pestoff (2012) destacam a importância de compreender teoricamente a coprodução em seus vários aspectos. De modo similar, Brandsen e Honingh (2016) apontam como falho o efeito cumulativo das pesquisas passadas sobre coprodução, pois não foram capazes de relacionar seus achados sistematicamente. Para Cepiku e Giordano (2014), o desenvolvimento da teoria em coprodução já deveria ser capaz de analisar além dos efeitos isolados de suas variáveis. Esses apontamentos reforçam as palavras de Alford (2014) e Brandsen e Honingh (2016), de que ainda existem muitas oportunidades de desenvolvimento

teóricas e empíricas ao tratar de coprodução, principalmente por ser considerado um conceito de guarda-chuva, que captura uma ampla variedade de formatos que podem ocorrer em qualquer fase do ciclo do serviço público e em uma variedade de segmentos de atuação (NABATCHI *et al.*, 2017).

Especificamente na educação pública, esta é uma arena natural de fomento a participação civil e desenvolvimento da coprodução, representando um direito fundamental humano que deve ser provido para e por todos. Conforme a Constituição de 1988, a participação de representantes de associações populares no processo de organização das cidades e a participação das associações civis são exigidos na implementação de políticas de saúde, educação e assistência social, tendo como exemplo o Programa Educação e Família que tem por finalidade, no âmbito das escolas públicas de educação básica, fomentar e qualificar a participação da família na vida escolar do estudante e na construção do seu projeto de vida, com foco no processo de reflexão sobre o que cada estudante quer ser no futuro e no planejamento de ações para construir esse futuro (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2021).

Diante do exposto, surge o seguinte questionamento: Como está a evolução da pesquisa sobre coprodução de serviços públicos no segmento da educação? Dessa forma, o propósito deste artigo é investigar a coprodução de serviços públicos e sua evolução temática no segmento da educação de 2011 a 2021, por meio de um estudo bibliométrico, com o auxílio do *software VOSviewer*. A escolha do período de análise se deu por poder conter uma maior quantidade de pesquisa abordando a temática, tendo em vista a relevância que a coprodução de serviços públicos teve no século XXI para a Administração Pública.

Optou-se pela escolha da área da educação pois, de acordo com Alves *et al.* (2013), estudos sobre a coprodução na educação pública, seja no Brasil ou no mundo, apresentam escassa produção bibliográfica na área. Segundo os autores, a coprodução do bem público começou a ganhar espaço na produção nacional, mas não efetivamente discutindo a coprodução da educação. Soares e Farias (2019) também enfatizam a importância de compreensão acerca da coprodução entre a escola pública e família de estudantes na oferta de ensino fundamental, principalmente nos países em desenvolvimento, com perfis econômicos diferentes daqueles já estudados por Pestoff (2006), que enfocou países ricos, e Ostrom (1996) que abordou países mais pobres.

Neste sentido, é importante verificar o estudo bibliográfico da coprodução de serviços públicos no segmento da educação para que se possa ter embasamento teórico, além de

identificar se há um consenso conceitual entre os pesquisadores da área, bem como possibilitar o avanço das pesquisas empíricas sobre o tema.

Em termos de estrutura, além desta introdução, é apresentado o aporte teórico do campo de pesquisa sobre coprodução de serviços públicos educacionais, o percurso metodológico adotado, as análises dos dados com as principais publicações e temas do campo de pesquisa sobre coprodução de serviços públicos no segmento da educação e, por fim, as considerações finais.

2 A COPRODUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

A coprodução emerge dentro do guarda-chuva da Nova Governança Pública, que enfatiza a participação cidadã da sociedade civil, promovendo um mix de agentes que contribuem para prestação de um serviço público (PESTOFF, 2011). Nessa nova forma de prestar serviços públicos, há a quebra de concepções tradicionais no planejamento, produção e na gestão dos serviços que podem ser revisados na forma de coprodução, provocando maior participação cidadã e estimulando que profissionais públicos compartilhem seus poderes, tarefas e responsabilidades com os usuários-cidadãos.

Conforme Schommer *et al.* (2011), a coprodução do bem público é uma estratégia de produção de bens e serviços públicos em redes e parcerias, contando com engajamento mútuo de governos e cidadãos, individualmente ou em torno de organizações associativas ou econômicas. Neste sentido, ela pode ser vista como parte integrante da administração pública, sendo uma estratégia para a produção e entrega de serviços públicos (SALM; MENEGASSO, 2010). Assim, o processo de coprodução envolve uma relação recíproca entre profissionais, usuários de serviços, suas famílias e vizinhanças, cujos atores envolvidos se tornam agentes mais eficazes de mudança (BOYLE; HARRIS, 2009).

Conforme Dos-Reis e Isidro-Filho (2019), a coprodução inovou a gestão pública, abordando questões relacionadas à sociedade de modo geral, por meio da promoção da participação e, por conseguinte, da cidadania. Ademais, propõe-se aprimorar a democracia, aumentar a confiança entre as partes envolvidas e engajar os cidadãos no ciclo de políticas públicas. Ela interage com o desenvolvimento comunitário e político dentro da sociedade, podendo ser de grande valia nas mediações sociais e nas tentativas de elevar a participação e cidadania no Brasil (NEBOT *et al.*, 2020).

Ao envolver o indivíduo na realização de serviços públicos, a coprodução exige dele uma visão mais complexa de cidadania e sobre a comunidade onde vive, em função de sua atuação efetiva no processo. Rantamaki (2017) destaca um novo entendimento das relações entre agentes públicos e cidadãos, decorrente do papel mais ativo e participativo em coprodução.

O conceito aplicado aos serviços públicos vem evoluindo ao longo do tempo, conforme demonstrado no Quadro 01, que considera definições desenvolvidas desde a década de 1980 até o ano de 2017.

Quadro 01 – Conceitos de Coprodução de Serviços Públicos.

Autor (es)	Conceito
Parks <i>et al.</i> (1981)	A coprodução decorre dos esforços dos produtores regulares (profissionais) e consumidores (usuários).
Brudney e England (1983)	É a combinação de atividades em que profissionais e cidadãos contribuem para a provisão dos serviços públicos. Dependendo dos esforços e benefícios pretendidos pelos usuários, a coprodução pode ocorrer em três níveis: individual, grupal e coletiva.
Ostrom (1996)	Processo no qual os recursos utilizados para a produção de um bem ou serviço tem contribuição de indivíduos externos à organização. Implica que esses indivíduos desempenhem um papel ativo na produção de bens e serviços públicos. Os esforços de profissionais e usuários se complementam, essa interdependência é necessária para caracterizar a coprodução
Alford (1998)	É o envolvimento de cidadãos, clientes, consumidores, voluntários e/ou organizações comunitárias na produção de serviços públicos, que consomem ou obtêm outros benefícios. É papel do governo estimular os usuários a se engajarem nas ações de coprodução.
Brandsen e Pestoff (2006)	Decorre da possível relação entre produtores regulares e clientes.
Bovaird (2007)	É a prestação de serviços públicos por meio de relações regulares de longo prazo, entre profissionais e usuários de serviços ou outros membros da comunidade, na qual as partes fazem contribuições substanciais de recursos.
Salm e Menegasso (2010)	Estratégia para a produção dos serviços públicos por meio do compartilhamento de responsabilidades e poder entre agentes públicos, privados e cidadãos.
Schommer et al. (2011)	Estratégia de produção de bens e serviços públicos em redes e parcerias, contando com o engajamento mútuo de governos e cidadãos, individualmente ou em torno de organizações associativas ou econômicas.
Pestoff (2012)	Sinergia entre cidadãos e governos, implicando parceria entre usuários e financiadores, ou clientes e fornecedores profissionais de serviços públicos. Produção entre pares em prol de um resultado compartilhado.
Verschuere, Brandsen e Pestoff (2012)	Envolvimento do cidadão e de grupos na entrega de serviços públicos. Estes não são mais entregues somente por profissionais ou agências públicas, mas coproduzidos por usuários e comunidades.
Salm (2014)	É uma estratégia que permite a produção de bens e serviços públicos por meio do compartilhamento de poder e responsabilidades entre agentes públicos, agentes privados e cidadãos. Ocorre sinergia entre as partes na realização dos serviços públicos. O cidadão pode participar por meio de redes e parcerias ou outros arranjos societários.
De Mattia e Zapellini (2014)	É uma forma de produção do bem público que envolve a participação ativa do cidadão, conforme suas necessidades e anseios, variando de formas e configurações.
Alford e Yates (2015)	A dedicação de tempo e esforço dos cidadãos para a entrega de serviços públicos com estímulo do Estado.

Osborne, Radnor e Strokosch (2016)	É o envolvimento dos usuários nas fases de design, gerenciamento, entrega e/ou avaliação dos serviços públicos.
Brandsen e Honingh (2016)	Ocorre da relação entre um provedor regular de serviços e cidadãos (individualmente ou em grupos) para a realização de um serviço público, que requer a contribuição direta e ativa desses cidadãos.
Rantamaki (2017)	Destaca um novo entendimento das relações entre agentes públicos e cidadãos, decorrente do papel mais ativo e participativo em coprodução.

Fonte: Adaptado de Age (2016), Schommer e Tavares (2017) e Chaebo e Medeiros (2017).

Essa sistematização apresentada acima pode servir, futuramente, para facilitar uma maior integração dos conceitos que compõem as abordagens de coprodução de serviços públicos, permitindo uma análise de como cada conceito pode estar relacionado com o outro. Contudo, é válido salientar que os autores recordam que a coprodução não é a panaceia para todos os problemas sociais, ressaltando que os modelos apresentados variam conforme o contexto local e devem se adequar à política pública a ser empregada, descabendo sua aplicação a qualquer tipo de serviço, até porque são obstáculos de ordem institucional, cultural e política que travam o avanço da coprodução.

Por fim, se faz necessário ter cautela com a implantação de um modelo pronto de coprodução, eis que o fato de ter funcionado em uma localidade não é certeza de sucesso em outra, haja vista a diferença de contextos, assim também considerando diferentes segmentos de atuação. Observa-se a educação como um ambiente propício para o exercício de ações de mudança, cujas possibilidades de participação, cidadania e, assim, de coprodução, são bem-vindas.

Entende-se por serviço educacional todo aquele que envolve ações intangíveis, direcionados ao aprendizado das pessoas, de entrega contínua, realizado por meio de uma parceria entre instituições e discentes (SOUZA; TRAMPUSCH; KRONBAUER, 2012). A aprendizagem em contexto escolar é um processo complexo que envolve vários modelos e fatores sociais, cognitivos e afetivos, o que leva a crer que o indivíduo não seja porventura o único agente ativo no ensino em grupo. Até porque cada aluno apresenta peculiaridades quanto as preferências de aprendizagem (OGUNMOKUN *et al.*, 2021), e neste cenário emerge a possibilidade de o aluno coproduzir e gerar um valor individual a partir dessa interação (ZEITHAML *et al.*, 2020).

Com efeito dessa interação de coprodução na educação, existem vários fatores como socioculturais, físicos, psicológicos, econômicos e ambientais que podem contribuir com os alunos para o seu sucesso e influenciar a sua preferência por determinado estilo de aprendizagem (AKANDE *et al.*, 2017).

Segundo Soares e Farias (2018), há um vasto aparato legislativo de incentivo à coprodução na educação escolar, seja promovendo benefícios aos familiares que apoiam os alunos no processo educativo, como o Programa Bolsa Família, seja definindo sanções aos que não o fazem, como a perda da tutela, ou ainda garantindo ambientes de participação como conselhos escolares e reuniões de pais. A ideia é a participação de todos na constituição e gestão pedagógica, administrativa e financeira, congregando a comunidade às entidades responsáveis pela educação pública.

Apesar do potencial indicado, o engajamento de familiares e outros agentes interessados nos serviços educacionais públicos e a abertura de profissionais à coprodução ainda são desafios para organizações públicas (PESTOFF, 2012), uma vez que a administração de assuntos públicos muitas vezes envolve complexas tarefas, e lidar com essas tarefas pode exigir capacidades e/ou recursos que os cidadãos em geral não têm. E o ponto fundamental da coprodução é a participação tanto de profissionais quanto dos usuários na produção de diversos serviços públicos, onde a transformação desejada é produzida conjuntamente (WHITAKER, 1980; BOVAIRD, 2007).

Quando as evidências sugerem que a falta de capacidade técnica e/ou viabilidade econômica podem inviabilizar a coprodução, convém levar esses quesitos em consideração na escolha de coprodução para a implementação de uma política pública. Até porque a coprodução não pode ser em qualquer caso garantida.

Além disso, a temática da promoção do aprendizado para a coprodução de serviços públicos através da educação é uma área emergente na literatura. A proposta é desenvolver competências no ensino que permitam enfrentar os desafios atuais dos padrões de sala de aula. Assim, analisar o desenvolvimento desse campo de pesquisa e sua evolução temática ao longo dos anos se torna necessário, a fim de compreender quais teorias tem sido mais explorada na literatura e que tem potencial contribuição teórica para o avanço do conhecimento, pois a discussão empreendida abre uma ampla e rica agenda em coprodução (VOORBERG; BEKKERS; TUMMERS, 2015).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo deste estudo, optou-se por realizar um estudo bibliométrico com o auxílio do *software VOSviewer*, a fim de saber como a pesquisa sobre a coprodução de serviços públicos no segmento da educação tem evoluído. Este *software* é um programa gratuito

utilizado para construir mapas (*clusters*) baseados em redes, utilizando técnicas de mapeamento de agrupamento de dados. As etapas de busca do estudo estão descritas no Quadro 02 abaixo.

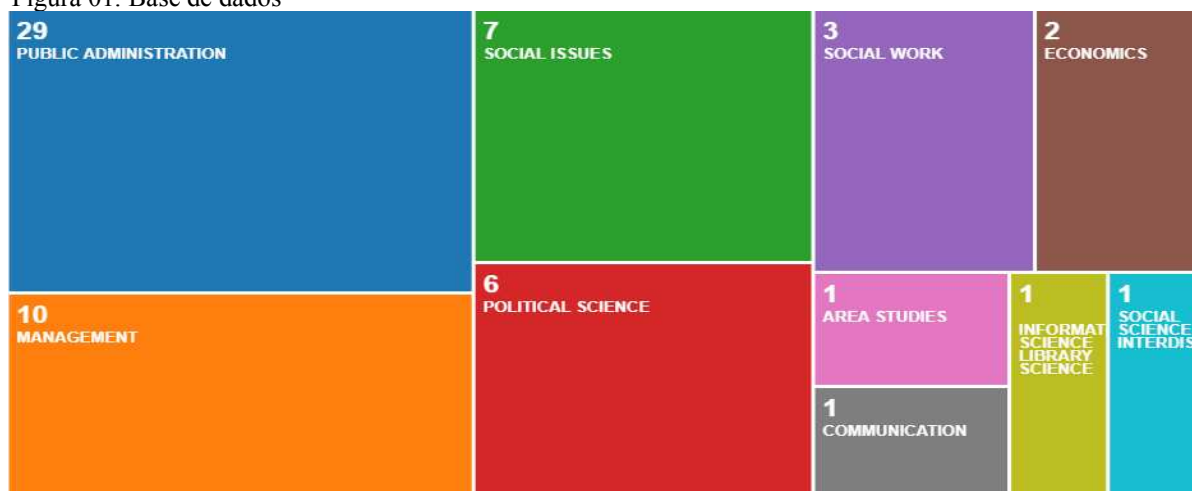
Quadro 02 – Etapas de busca do Estudo Bibliométrico

Fonte de Busca	<i>Web of Science</i>
Data da busca da pesquisa	05 de outubro de 2021
Termos Utilizados	“ <i>Coproduction of public service*</i> ”, “ <i>Co-production of public service*</i> ”, “ <i>Coproduction in the education segment</i> ”, “ <i>Co-production in the education segment</i> ” e na categoria tópicos estavam todos ligados ao “OR”.
Critérios de inclusão de busca	Por título e resumo
Quantidade de Trabalhos Encontrados	67 artigos
Critérios de Seleção	
Recorte Temporal – 2011 a 2021	64 artigos
Refinamento das categorias (administração pública; gestão; problemas sociais; ciência política; trabalho social; economia; estudo sobre as áreas; comunicação; ciência da informação; e ciências sociais interdisciplinar)	54 artigos
Com filtro dos idiomas (inglês, espanhol e português)	44 artigos

Fonte: Elaboração Própria (2021).

Para essa primeira filtragem, utilizou-se a base de dados da *Web of Science* por ser considerada uma fonte de dados de alta confiabilidade, muito utilizada em análises bibliométricas em várias áreas do conhecimento (DZIKOWSKI, 2018; ROSSETO *et al.*, 2018), inclusive em estudos de Administração. Com a totalização dos 44 artigos formou-se a base de dados, conforme mostra a Figura 01.

Figura 01: Base de dados



Fonte: *Web of Science* (2021).

Como segunda etapa da revisão, depois de ler os 44 artigos, tomou-se por base a questão da pesquisa. Conforme recomendação de Saetren (2014), incluiu-se na análise os trabalhos chamados de “falsos negativos”, que auxiliam na discussão dos temas, mesmo não tratando diretamente de coprodução. Inversamente, excluíram-se os trabalhos tidos como “falsos positivos”, aqueles que pouco ou nada colaboram ao debate, ainda que tratem de coprodução. Assim, dos 44 artigos da base de dados, ficaram 23 artigos que apresentaram relevância para este estudo, pois os demais tinham foco em modalidade urbana ou envolvia estudos ambientais, assim como estudos de crise de refugiados, logo não são pertinentes para este estudo.

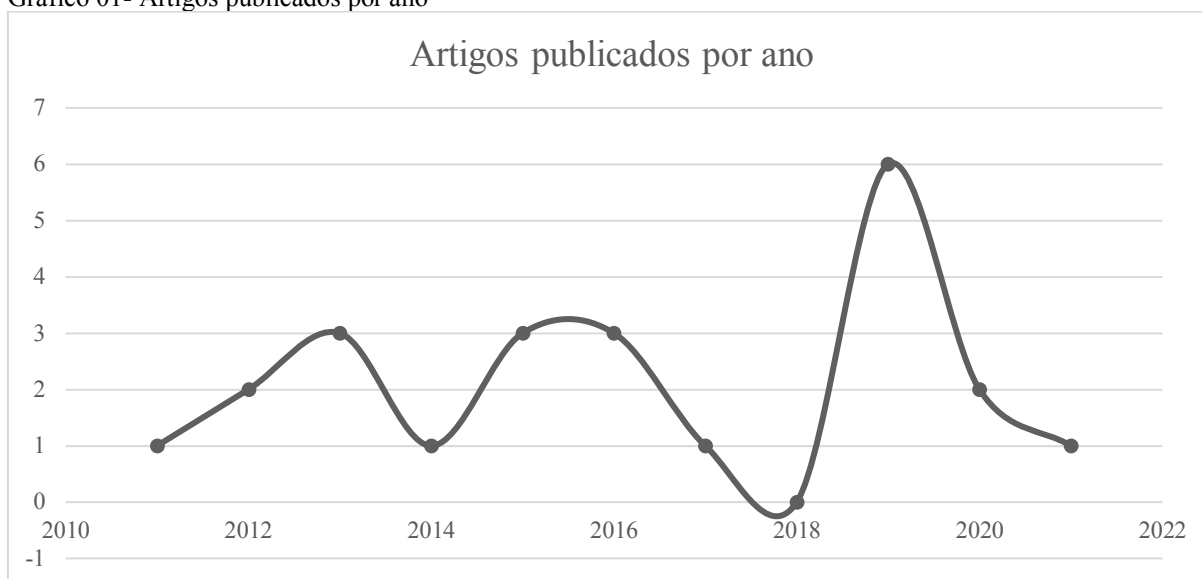
Foram utilizadas a ferramenta *Clarivate Analytics* da *Web of Science*, no intuito de gerar mapas de árvore e gráficos, para descrever indicadores de critérios de publicações e países/regiões. Em seguida, foi aplicado a análise de *cluster*, no qual foi submetido os dados extraídos de “registro completo e referências citadas” da *Web of Science* em formato *.txt ao software *VosViewer* o que possibilitou montar uma rede bibliométrica em formato de *clusters*, relacionados a “rede de cocitação” por autores. A análise bibliométrica e a investigação do comportamento do conhecimento e da literatura efetivada são expostos a seguir.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Publicações da *Web of Science*

O presente estudo analisou-se primeiro no que diz respeito à **quantidade de trabalhos** publicados entre os anos de 2011 e 2021 (Gráfico 01), vê-se que em 2019 o quantitativo de publicações foi bem maior que em outros anos pesquisados e que os restantes se mantiveram em quantidades semelhantes, como em 2012 e 2020 foram dois artigos publicados, enquanto 2013, 2015 e 2016 foram três trabalhos publicados. Em 2011, 2014, 2017 e 2021 consta apenas um registro de artigo publicado nessa temática para cada ano.

Gráfico 01- Artigos publicados por ano



Fonte: Adaptado de *Web of Science* (2021).

No entanto, ao analisar a ausência de publicações no ano de 2018 com o maior número de publicações em 2019, foi devido o represamento de publicações no corpo editorial das revistas, tendo em vista que ao analisar as revistas nota-se que os artigos foram escritos e depositados no ano de 2018 e só publicado em 2019. Logo, esse resultado confirma a atualidade do tema e interesse recente de pesquisadores sobre a coprodução de serviços públicos no segmento da educação.

Ao analisar as seis publicações do ano de 2019 que estão descritas no Quadro 03 abaixo, há destaque para o artigo “Com quem a escola pode contar? A coprodução do Ensino Fundamental público por familiares de estudantes” (SOARES; FARIAS, 2019). Este trabalho foi considerado o que mais enfoca na coprodução de serviços públicos no segmento da educação. Realizado no Brasil em 2018, porém publicado na revista em 2019, serviu de base de pesquisa para os demais artigos desta dissertação porque se aplicou os tipos de participação cidadã na coprodução de serviços públicos definidos por Pestoff (2006) em escolas públicas do Distrito Federal.

Da mesma forma, importante ressaltar a contribuição do artigo “*Changed Roles and Strategies of Professionals in the (co)Production of Public Services*” (VAN GESTEL; KUIPER; HENDRIKX, 2019) que aborda os temas saúde, educação e políticas sociais na coprodução da Nova Governança Pública, bem como do artigo “*Co-commissioning of public services and outcomes in the UK: Bringing co-production into the strategic commissioning cycle*” (LOEFFLER; BOVAIRD, 2019), que aborda o co-comissionamento de Nabatchi,

Sancino e Sicilia (2017) como uma atividade estratégica do planejamento do ensino público nas escolas, esses estudos irão apoiar a continuação da pesquisa empírica *a posteriori*.

Quadro 03 – Trabalhos publicados em 2019.

Autores	Título	Tradução	Periódicos
VAN GESTEL, KUIPER E HENDRIKX (2019)	Changed Roles and Strategies of Professionals in the (co)Production of Public Services	Mudança de papéis e estratégias de profissionais na (co) produção de serviços públicos	ADMINISTRATIVE SCIENCES
VAN EIJK, STEEN E TORENVLIED (2019)	Public Professionals' Engagement in Coproduction: The Impact of the Work Environment on Elderly Care Managers' Perceptions on Collaboration With Client Councils	Engajamento de Profissionais Públicos na Coprodução: O Impacto do Ambiente de Trabalho na Percepção de Gestores de Atenção a Idosos sobre a Colaboração com Conselhos de Clientes	AMERICAN REVIEW OF PUBLIC ADMINISTRATION
MAZZEI, TEASDALE, CALO <i>et al.</i> (2019)	Co-production and the third sector: conceptualising different approaches to service user involvement	Coprodução e o terceiro setor: conceituando diferentes abordagens para o envolvimento do usuário do serviço	PUBLIC MANAGEMENT REVIEW
LOEFFLER E BOVAIRD (2019)	Co-commissioning of public services and outcomes in the UK: Bringing co-production into the strategic commissioning cycle	Co-comissionamento de serviços públicos e resultados no Reino Unido: trazendo a co-produção para o ciclo de comissionamento estratégico	PUBLIC MONEY & MANAGEMENT
BURGESS E DURRANT (2019)	Reciprocity in the Co-Production of Public Services: The Role of Volunteering through Community Time Exchange?	Reciprocidade na coprodução de serviços públicos: o papel do voluntariado por meio da troca de tempo na comunidade?	SOCIAL POLICY AND SOCIETY
SOARES E FARIAS (2019)	Who can the school count on? The coproduction of public education by students' families	Com quem a escola pode contar? A coprodução da educação pública pelas famílias dos alunos	REVISTA DE ADMINISTRACAO PUBLICA

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da *Web of Science* (2021).

Os artigos publicados no ano de 2019, conforme exposto no Quadro 03 acima, estão em diferentes periódicos, trazendo uma relevância para o tema que se expande nas publicações em áreas correlatas: Administração, Administração Pública e Ciências Sociais. Dada esta heterogeneidade, esses artigos exploram a coprodução nos diversos segmentos do setor público e, embora haja uma variedade significativa de conceitualizações de coprodução (EWERT; EVERS, 2012; OSBORNE; RADNOR; STROKOSCH, 2016), reflexo das diferentes tradições e lentes disciplinares através das quais foram estudados, um elemento comum para a maioria dos entendimentos é a ideia do envolvimento do cidadão ou do usuário do serviço no projeto e prestação de serviços públicos.

Ao analisar as **dez publicações** mais citadas na *Web of Science*, conforme a quantidade de periódicos publicados por países/regiões, como se observa no Quadro 04 abaixo e pelo qual pode-se constatar que a temática coprodução de serviços públicos no segmento da educação tem uma importância relevante pelos autores, e que essa é uma preocupação global.

Quadro 04 – Publicações mais citadas.

	Títulos	Autores	Domínio de Pesquisa	Número de citações	Fator de Impacto	Ano
01	Co-production: The State of the Art in Research and the Future Agenda	Verschuere, Bram; Brandsen, Taco; Pestoff, Victor	Social Issues	192	2.468	2012
02	Distinguishing Different Types of Coproduction: A Conceptual Analysis Based on the Classical Definitions	Brandsen, Taco; Honingh, Marlies	Public Administration	169	5.257	2016
03	Can Government Initiatives Increase Citizen Coproduction? Results of a Randomized Field Experiment	Jakobsen, Morten	Political Science; Public Administration	96	-	2013
04	Correlates of Co-production: Evidence From a Five-Nation Survey of Citizens	Parrado, Salvador; Van Ryzin, Gregg G.; Bovaird, Tony; <i>et al.</i>	Public Administration	96	3.083	2013
05	Activating Citizens to Participate in Collective Co-Production of Public Services	Bovaird, T.; Van Ryzin, G. G.; Loeffler, E.; <i>et al.</i>	Public Administration; Social Issues; Social Work	91	3.269	2015
06	Co-production and Third Sector Social Services in Europe: Some Concepts and Evidence	Pestoff, Victor	Social Issues	81	2.468	2012
07	Networked Coproduction of Public Services in Virtual Communities: From a Government-Centric to a Community Approach to Public Service Support	Meijer, Albert Jacob	Public Administration	77	5.257	2011
08	Restoring Trust Through the Co-Production of Public Services: A theoretical elaboration	Fledderus, Joost; Brandse n, Taco; Honing h, Marlies	Management; Public Administration	75	5.898	2014
09	User and Community Co-Production of Public Services: What Does the Evidence Tell Us?	Loeffler, Elke; Bovaird, Tony	Public Administration	60	-	2016

10	User co-production of public service delivery: An uncertainty approach	Fledderus, Joost; Brandse n, Taco; Honing h, Marlies Elisabeth	Public Administration	27	3.386	2015
----	--	--	-----------------------	----	-------	------

Fonte: *Web of Science* (2021).

Vale ressaltar diante dessas dez publicações que a educação possui um papel transformador, que perpassa e é complementado por todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (Organização das Nações Unidas), no qual se faz necessário trabalhar com a educação para o desenvolvimento humano acerca das questões que envolvem o desenvolvimento sustentável, sendo a educação um direito humano universal, e a coprodução pode auxiliar na melhoria dos sistemas educacionais locais e, indiretamente, apoiar esse desenvolvimento socialmente inclusivo, tendo em vista a diversidade de países observados nos trabalhos publicados.

É observado também que o uso do termo coprodução é identificado em várias áreas nesses artigos, assim como a inovação, a gestão da coprodução, a governança, os engajamentos de profissionais públicos na coprodução, formam a temática principal da maioria dos trabalhos publicados. Quando é analisado o maior quantitativo de citações, é perceptível que foi em 2012, porém o que gerou o fator de impacto maior foi publicado em 2014.

A publicação mais citada, “*Co-production: The State of the Art in Research and the Future Agenda*” (“Coprodução: o Estado da Arte em Pesquisa e a Agenda Futura”), de autoria de Verschuere, Brandsen e Pestoff (2012) discute o estado da arte em pesquisas sobre coprodução de serviços públicos, faz citações da coprodução na escola, na qual as pessoas também podem se motivar a coproduzir quando são motivadas por outros valores como altruísmo ou socialidade. É nesta reflexão que se discute a coprodução coletiva na educação, pois beneficia tanto os alunos e as escolas quanto toda a comunidade. Os familiares têm um papel importante na educação dos seus filhos quando participam junto das atividades escolares. Muito embora essas atividades dos pais sejam extracurriculares, elas podem ser essenciais para os percursos de aprendizagem de alguns alunos que não estão tendo um bom desempenho em outras classes ou correm o risco de abandonar a escola.

Nesse contexto, se esta coprodução envolver os alunos de forma eficaz, pode reduzir a necessidade de aulas de apoio extra na escola, melhorar suas perspectivas de emprego e afastá-los de comportamentos criminosos ou antissociais. Os resultados da coprodução podem, portanto, ser essenciais para o setor público, para a esfera familiar e, também, comunitária.

Brandsen e Honingh (2015) referem-se aos pais ajudando a preparar peças escolares como um exemplo de coprodução complementar na implementação do serviço.

A segunda publicação *“Distinguishing Different Types of Coproduction: A Conceptual Analysis Based on the Classical Definitions”* (“Distinguindo Diferentes Tipos de Coprodução: Uma Análise Conceitual Baseada nas Definições Clássicas”), de Brandsen e Honingh (2016), argumenta que existem vários tipos de coprodução, inclusive uma delas na educação, mas, é baseado na literatura sobre profissionalismo, voluntariado e gestão pública para identificar a natureza distinta da coprodução e das dimensões básicas sobre as quais uma tipologia de coprodução pode ser construída, podendo ser base para os estudos futuros. Nesta publicação os autores realizaram uma meta-análise das definições clássicas por Elinor Ostrom e Roger Parks, avançando em direção a uma definição que captura a essência de ambos e é menos ambíguo em seus termos-chave. Depois foi demonstrado que as ambiguidades apontam para variação, que pode ser usada para identificar diferentes tipos de coprodução.

A terceira publicação, *“Can Government Initiatives create Citizen Coproduction? Results of a Randomized Field Experiment”* (“Iniciativas Governamentais podem aumentar a Coprodução Cidadã? Resultados de um experimento de campo aleatório”), escrito por Jakobsen (2013), traz um estudo concentrando-se nas iniciativas do governo que podem aumentar a coprodução de serviços públicos pelos cidadãos, ou seja, a contribuição dos cidadãos para a produção de serviços públicos. Aqui também é explicado que a coprodução pode colaborar com diversas áreas, trazendo uma abordagem experimental com um caso empírico da experiência do fornecimento público de apoio linguístico direcionado para crianças imigrantes, cujos pais não falam dinamarquês como primeira língua.

Logo, este serviço tem grande potencial para a participação do cidadão e os efeitos da iniciativa governamental são examinados em três dimensões da coprodução cidadã: a capacidade dos cidadãos de coproduzir em termos de ter conhecimento específico relevante para sua contribuição, seu nível de coprodução e o uso dos materiais de coprodução fornecidos. Os resultados mostram que os governos podem afetar positivamente a coprodução dos cidadãos e que os efeitos são mais fortes entre os cidadãos com maior necessidade de serviço e recursos de tempo. Dessa maneira, também há a coprodução na educação dessas crianças imigrantes, trazendo uma boa contribuição para o nosso segmento.

Na quarta publicação, *“Correlates of Co-production: Evidence From a Five-Nation Survey of Citizens”* - Correlatos de coprodução: evidências de uma pesquisa com cidadãos de cinco nações” (PARRADO *et al.*, 2013), a pesquisa em três áreas: segurança pública, meio

ambiente local e saúde, pois trata-se de comportamentos e atitudes de coprodução nessas áreas, mas tem abordado a educação ao nível do voluntariado nessas áreas. Logo, é um artigo importante para essa pesquisa porque reforça a importância nos serviços públicos e auxilia nas definições de coprodução. Da mesma forma, na quinta publicação, o artigo faz a mesma abordagem em relação a educação em uma perspectiva de discussões sobre coprodução individual e coprodução coletiva.

Na sexta publicação, o artigo explora algumas questões conceituais relacionadas à coprodução de serviços públicos e ao papel do terceiro setor, enfocando o segmento da educação e sua importância em quando há participação da coprodução, como podemos observar nesta citação: “A equipe detém total responsabilidade pedagógica para o conteúdo e desenvolvimento dos serviços pré-escolares, enquanto os pais são normalmente responsável por tarefas como manutenção, gestão, contabilidade e às vezes até cozinhar em uma pré-escola” (BRANDSEN; PESTOFF, 2006 e 2009; PESTOFF, 2008). Dessa maneira, é um artigo que contribui e tem relevância para essa pesquisa, pois relata o quanto que as participações dos cidadãos aos serviços sociais de coprodução nas escolas são importantes e pertinentes para o crescimento do aluno e das escolas, assim como para as comunidades e as famílias dos alunos.

A sétima publicação é um estudo empírico que se concentra em iniciativas para fortalecer o apoio ao serviço público, permitindo que os cidadãos se encontrem e ajudem uns aos outros por meio virtual. Nesse sentido, esse estudo mostrou que a nova mídia impulsiona a coprodução em qualquer segmento que esteja pesquisando a coprodução. Aqui, é citado o exemplo de sala de aula “um professor que capacita um aluno escrever um artigo” é um exemplo claro e lógico de coprodução, ou seja, o cliente torna-se coprodutor do serviço.

A oitava publicação, “*Restoring Trust Through the Co-Production of Public Services: A theoretical elaboration*” – “Restaurando a confiança por meio da coprodução de serviços públicos: uma elaboração teórica” (FLEDDERUS; BRANDSEN; HONINGH, 2014), identifica que a confiança se relaciona com a coprodução, trazendo a educação como exemplo: quando se está coproduzindo na educação, há uma relação de confiança entre as partes envolvidas e engajamento do cidadão no ciclo de políticas públicas.

A nona publicação remete um pouco a sétima publicação, pois aqui também é abordado um estudo empírico, trazendo as evidências da coprodução de serviços públicos por usuários e comunidade. Faz uma observação pertinente quando diz que os cidadãos tendem a coproduzir com mais entusiasmo nas circunstâncias que eles gostam, transbordando esse ânimo para as

famílias, a comunidade, juntamente com os professores e a escola, se tornando um benefício comum em todas as partes.

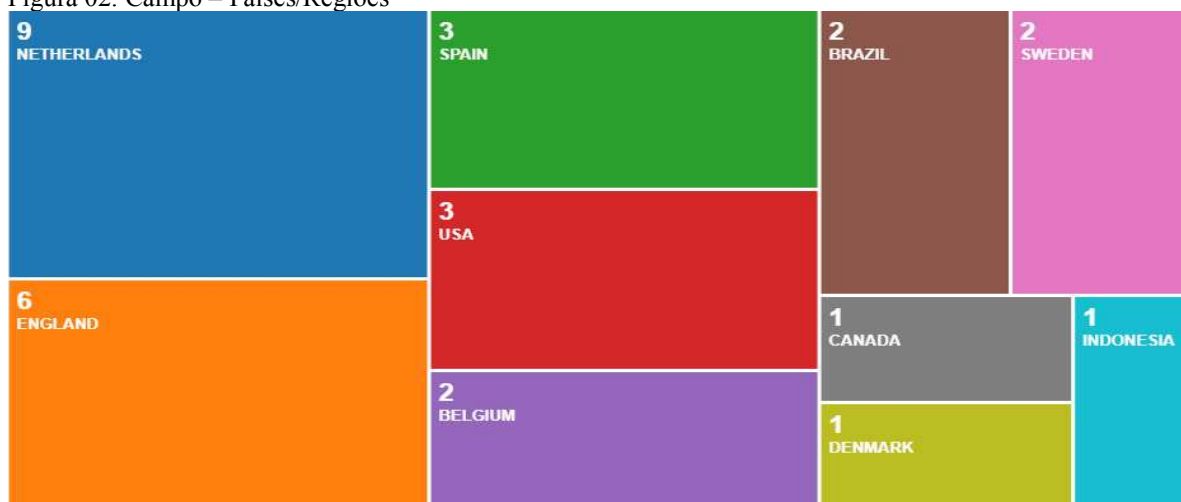
Com relação a décima publicação, traz uma abordagem na qual observa-se as incertezas, principalmente nos serviços sociais duradouros como educação, saúde e habitação social, fazendo ainda uma relação com a teoria da contingência e teoria institucional.

Portanto, essas publicações trazem reflexões em torno dos serviços públicos, pois a coprodução é capaz de oferecer respostas às demandas por ampliação da cidadania via compartilhamento de responsabilidades entre governos, organizações públicas e cidadãos. Lembrando que a coprodução não assume um modelo único e nem é a solução para todos os problemas sociais e políticos, mas cada iniciativa envolve contínua construção e aprendizagem e implica desafios institucionais, culturais e políticos.

4.2 Países/regiões da *Web of Science*

Primeiro foi analisada a quantidade de periódicos publicados por **países/regiões** (Figura 02), na qual a plataforma *Web of Science* detectou 13 países que desenvolveram trabalhos relacionados à coprodução de serviços públicos no segmento da educação, porém os dez mais relevantes mostraram que essa temática é uma preocupação constante, pois faz parte da realidade dessas nações. Destacando-se a Holanda em primeiro lugar, com 39% das publicações, seguido pela Inglaterra com 26%, Espanha e Estados Unidos com 13%, Bélgica, Brasil e Suécia com 9% e os demais países com 4%.

Figura 02: Campo – Países/Regiões



Fonte: *Web of Science* (2021).

Nota-se que a maioria dos países estudados são da Europa e de acordo com o site Brasil Escola (2023), o IDH (Índice do Desenvolvimento Humano) dos países europeus está entre os maiores do mundo, esse fato é consequência de planejamento e altos investimentos na área social. Quando se trata de investimentos na educação, na pesquisa da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizada em 2019, trouxe apontamentos importantes sobre os investimentos de educação por parte de governos ao redor do mundo inteiro e quais são os retornos tanto do ponto de vista de crescimento da economia como desempenho dos estudantes. Neste sentido, Bélgica aponta em terceiro lugar e Estados Unidos em quinto e Holanda em décimo.

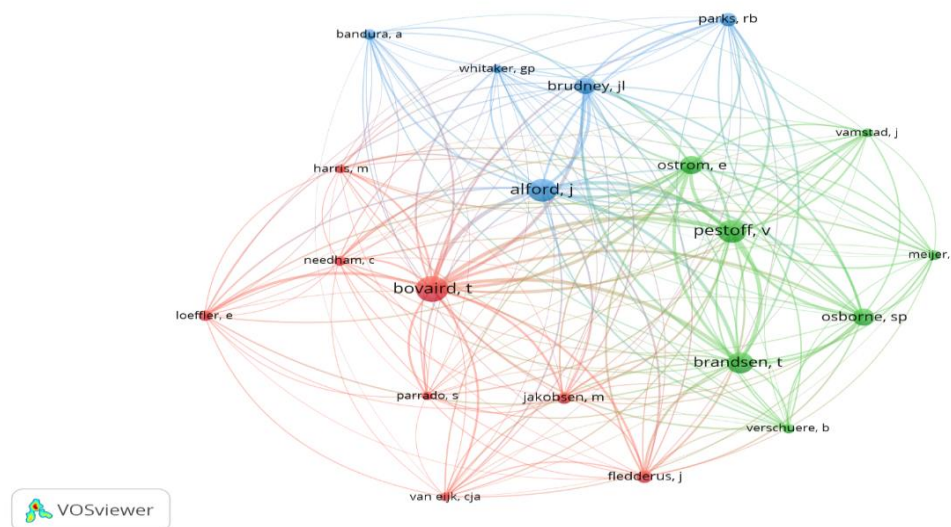
O Brasil, não entrou nesse *ranking*, apesar de não investir pouco quando diz respeito ao Produto Interno Bruto (PIB). Segundo a OCDE, foi destinado em média 5,6% do PIB na educação, uma porcentagem acima da média de 4,4% das outras nações. Nesse quesito, o Brasil fica atrás apenas da Suécia, Bélgica, Islândia, Finlândia e Noruega. Sendo assim, nos países com melhor desempenho dos estudantes, as hipóteses mostram que o sucesso está na maneira como os recursos são usados em todo o sistema, desde infraestrutura das escolas, políticas públicas de incentivo e até a constante capacitação dos professores. Por isso, embora o Brasil tenha um investimento bem considerável, ele pode ser considerado mal distribuído pelo país inteiro. No PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), a principal avaliação internacional de desempenho escolar, e o Brasil ficou em 58º, de 79 países avaliados.

Neste contexto, é perceptível que a temática de coprodução de serviços públicos no segmento da educação ainda é pouco explorada no Brasil, podendo justificar estudos futuros para exploração da temática aplicada ao contexto brasileiro, diagnosticando se essa estratégia é aplicada, como e quais efeitos são produzidos. No Brasil, conforme Age (2016), o termo coprodução ainda é pouco utilizado, embora se relacione com termos mais frequentes como participação.

4.3 Mapeamento bibliométrico: uso do *VOSviewer* – Análise de *Cluster*

A análise da cocitação que possibilita identificar a relação entre autores, pois na maioria dos casos fundamentam a construção do pensamento científico estabelecendo relações entre si, formando uma rede coesa e conectada. Para a análise da amostra estudada, foi determinado o valor mínimo de dez citações por autor, sendo identificados 20 autores que atendiam aos requisitos da pesquisa, conforme visualização da rede de cocitação apresentada na Figura 03.

Figura 03: Rede de cocitações por autores.



Fonte: Extraída do VOSviewer (2021).

Foram identificados na amostra três *clusters* de coautoria por autores, conforme observa-se no Quadro 05, trazendo uma análise dessa rede de cocitação por autores, mostrando que há vários autores colaborando entre si.

Quadro 05 – Análise das redes de cocitação por autores

Foco nos Estudos	Principais Autores	Implicações para Pesquisa
<i>Cluster 1</i> Vermelho: tipologias e avaliações da coprodução de serviços públicos.	Tony Bovaird (em destaque), Elke Loeffler, Salvador Parrado, Jakobsen, Carola Van Eijk, Catherine Needham, Martin Harris e Joost Fledderus.	Esses autores trazem nos seus contextos que, quando o objetivo de um serviço público envolver a transformação de pessoas, sempre envolverá algum grau de coprodução.
<i>Cluster 2</i> Verde: participação cidadã da coprodução de serviços públicos.	Victor Pestoff. (em destaque), Elinor Ostron, Stephen P. Osborn, Taco Brandsen, Albert Jacob Meijer, Bram Verchuere e Johann Vamstad.	Esses autores abordam tanto categoria teórica quanto prática – tais questões ajudaram a refletir sobre os fundamentos e os objetivos da coprodução de serviços públicos.
<i>Cluster 3</i> Azul: motivação para coproduzir nos serviços públicos.	John Alford (em destaque), Jeffrey Brudney, Albert Bandura, Gordon P. Whitaker e Rosa Parks.	O maior objetivo desses autores é focado nos diversos aspectos das motivações que levam um cidadão a coproduzir.

Fonte: Elaboração Própria (2021).

No entanto, ao analisar essas redes de cocitação por autores, como demonstrado no Quadro 05, percebe-se o quanto é importante esses resultados para a estruturação dos artigos posteriores, pois esses trabalhos dos autores Tony Bovaird, Elke Loeffler que aborda modelo sintético dos benefícios que a coprodução pode trazer para os serviços públicos e Victor Pestoff

quando especifica nos seus estudos de educação pública os quatro tipos de participação cidadã na coprodução de serviços, servirão de base para os estudos do terceiro artigo dessa dissertação.

Tem-se como destaque no *cluster* 1 o autor Tony Bovaird, que está colaborando com mais autores e possui uma maior intensidade de publicações. O referido autor também colabora com outros autores dos *clusters* 2 e 3, tendo uma forte colaboração com os autores Victor Pestoff, que está no *cluster* 2 que aborda estudos relacionados aos tipos de participação cidadã na coprodução de serviços, e John Alford, do *cluster* 3, que é o mais citado em todos os *clusters*, por exemplo. No *cluster* 2, o autor Victor Pestoff tem uma ligação forte com Taco Brandsen, pois eles são observados em várias citações juntas nas publicações, pois colaboram com os estudos de participação na coprodução.

Os estudos desses autores têm sido recorrentes na literatura, assim como a necessidade de alternativas para melhorar a educação, por meio da coprodução, colaboração, participação e compartilhamento, o que aponta a necessidade de mais estudos para explorar alternativas de melhorar a educação e a contribuição da sociedade para promover a coprodução nos serviços públicos educacionais abordados nos estudos do segundo e terceiro artigo desta dissertação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo investigar a coprodução de serviços públicos e sua evolução temática no segmento da educação de 2011 a 2021, utilizando a categoria de publicações da *Web of Science*, onde gerou uma análise das dez publicações mais relevantes da pesquisa, observando um direcionamento no entendimento atual da literatura que serviram de base para o segundo e terceiro artigo desta dissertação.

Nesse caminho, o mapeamento retrata que estudos futuros podem ser produzidos com mais consistência teórica, utilizando os artigos apontados, os quais possuem reconhecimento acadêmico. Outro fato observado é a escassez de trabalhos que se debruçam sobre a temática aqui tratada, o que indica um percurso favoravelmente aberto a mais contribuições.

A riqueza de abordagens de diversas áreas do serviço público nos artigos encontrados contribuiu para que o campo de pesquisa ampliasse a perspectiva de análise, observando o fenômeno a partir de múltiplas lentes teóricas e práticas, com contribuições da Gestão, da Sociologia, Administração Pública, Ciência Pública e da Economia.

Os resultados da análise bibliométrica empregada mostra que o autor Tony Bovaird lidera com mais publicações e coopera com mais autores para produzir estudos sobre a temática.

Com relação aos países, observou que a maioria se encontra na Europa e que no Brasil é perceptível que a temática da coprodução de serviços públicos no segmento da educação ainda é pouco explorada no país, mas há contribuições de estudos trabalhados, revelando uma carência de estudos específicos sobre a temática, apresentando, assim, tendências de pesquisa.

Esta pesquisa assume um caráter relevante no sentido de contribuir de forma inédita para uma abordagem integrativa e que fornece discussões da abordagem das capacidades para o avanço do campo científico da coprodução de serviços públicos no segmento da educação. Dessa forma, os resultados dos 23 artigos apresentados abrem oportunidades para um maior aprofundamento teórico e fornece um ponto de partida para novas perspectivas, trazendo como contribuições para o bem público que os serviços educacionais não sejam entregues só aos profissionais da educação, mais sim coproduzidos por usuários, cidadãos, familiares e sociedade civil.

Como limitações, reforça-se que este artigo utilizou um recorte temporal da literatura a partir da unicidade de base de dados. Como sugestão para trabalhos futuros, pesquisadores podem avançar teoricamente na temática da coprodução de serviços públicos no segmento da educação, utilizando palavras chaves como por exemplo: “coprodução” and “educação” and “serviços públicos”, bem como estudos bibliométricos comparativos sobre estudos na área da educação comparando a outros segmentos como saúde, segurança e/ou infraestrutura.

CAPÍTULO 2

ARTIGO 2 - QUEM, COMO, ONDE? TIPOLOGIA DA COPRODUÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS EDUCACIONAIS.

QUEM, COMO, ONDE? TIPOLOGIA DA COPRODUÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS EDUCACIONAIS.

Resumo

Encontrar caminhos para a participação civil dentro das escolas públicas tem sido um desafio para gestores públicos nas mais diversas esferas e a coprodução pode ser um meio de contribuir com a interação entre Estado e Sociedade, podendo melhorar a qualidade do processo de aprendizagem de alunos e da comunidade no entorno. O presente estudo tem como objetivo analisar os tipos de coprodução em diferentes fases do ciclo do serviço educacional público em Campina Grande/PB. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, baseada na tipologia proposta por Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017), efetivada por meio da triangulação de dados coletados via pesquisa documental, observação e entrevistas semiestruturadas aplicadas em duas escolas cidadãs, sendo uma cidadã integral e a outra integral técnica. Como resultados, constatou-se que não foram identificados coprodução em nenhum nível na fase de co-comissionamento nas duas escolas, assim como no nível individual da fase de *co-design*. Há ocorrência da coprodução constante nas demais fases e níveis na escola cidadã integral técnica. Sugere-se para escola cidadã integral que o gestor escolar desenvolva mais práticas que envolvam de fato os familiares e que os professores, nas disciplinas eletivas, procurem construir mais projetos com os alunos que incluam a comunidade. Como principais contribuições, o artigo amplia a compreensão acerca das tipologias da coprodução e seus níveis, bem como aprofunda o olhar aos estímulos que podem ser oferecidos pelas escolas para envolver o cidadão, a família, a comunidade e a participação civil em ações de coprodução na educação pública.

Palavras-chaves: Coprodução. Tipologia. Serviço Público. Educação. Participação Civil.

WHO, HOW, WHERE? TYPOLOGY OF COPRODUCTION IN PUBLIC EDUCATIONAL SERVICES.

Abstract

Finding ways for civil participation within public schools has been a challenge for public managers in the most diverse spheres and co-production can be a means of contributing to the interaction between State and Society, which can improve the quality of the students' learning process and the community in the surroundings. The present study aims to analyze the types of co-production in different phases of the public educational service cycle in Campina Grande/PB. To this end, qualitative research was carried out, based on the typology proposed by Nabatchi, Sancino and Sicilia (2017), carried out through the triangulation of data collected via documentary research, observation and semi-structured interviews applied in two citizen schools, one being a full citizen and the other technical integral. As a result, it was found that co-production was not identified at any level in the co-commissioning phase in the two schools, as well as at the individual level of the co-design phase. There is a constant occurrence of co-production in the other phases and levels in the technical integral citizen school. It is suggested for a full citizen school that the school manager develop more practices that involve family members and that teachers, in elective disciplines, seek to build more projects with students that include the community. As main contributions, the article expands the understanding about the types of co-production and its levels, as well as deepens the look at the stimuli that can be offered by schools to involve the citizen, the family, the community, and civil participation in co-production actions in the public education.

Keywords: Coproduction. Typology. Public service. Education. Civil Participation.

1 INTRODUÇÃO

A Administração Pública é formada por uma série de órgãos interligados para alcançar os objetivos governamentais e fomentar bem-estar coletivo. Sua atividade tem como base cinco princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. No Brasil, com a Constituição Federal (CF) de 1988, a redemocratização do país modificou a administração pública e as ideias de centralização do poder e alta burocracia do Estado são questionadas, iniciando debates sobre como distribuir responsabilidades e envolver a sociedade civil na governança pública. A coprodução surge como uma possibilidade de aproximação entre Estado e cidadãos, sendo uma estratégia que envolve relações entre a sociedade civil, o Estado e o mercado no sentido de compartilhar responsabilidades para produzir bens e serviços públicos (BRANDSEN; PESTOFF, 2006).

O conceito de coprodução foi proposto pela economista Elinor Ostrom e seus colegas na Universidade de Indiana, no fim dos anos 1970 (OSTROM, 1996). Referenciava ao envolvimento dos cidadãos ou clientes na produção de serviços, ao lado de especialistas ou provedores regulares, públicos ou privados. A proposta ganhou repercussão por seu potencial de atender as necessidades coletivas no âmbito local, reduzindo custos governamentais e valorizando as capacidades dos cidadãos. O interesse sobre o tema cresceu a partir dos anos 2000, na busca por modelos de gestão pública que alcançassem melhor desempenho econômico e sociopolítico (BOVAIRD, 2007).

Assim, a coprodução é uma estratégia de ação governamental que considera os usuários das políticas públicas como elementos ativos do processo de implementação, produção e avaliação dos serviços, os quais fornecem recursos e *inputs* essenciais para que as ações possam ser cumpridas (NETO; SOUZA; SALM, 2014). Aplicada aos serviços públicos, a coprodução é caracterizada pelo envolvimento de entidades públicas e privadas, comunidades e cidadãos que compartilham entre si responsabilidades e autonomia na produção dos serviços públicos.

Quando se trata do serviço educacional, este abrange as ações intangíveis, direcionadas ao aprendizado das pessoas, de entrega contínua, sem interrupções, que é realizado por meio de uma parceria entre a instituição e o discente (SOUZA; TRAMPUSCH; KRONBAUER, 2012). Estes serviços de educação estão entre os mais importantes para a sociedade, fundamentais à vida, sendo ofertados naturalmente de maneira coproduzida, já que o consumo e a produção ocorrem ao mesmo tempo e no mesmo lugar, com contato direto entre o utilizador e o prestador do serviço (OSBORNE; STROKOSCH, 2013). Contudo, outros atores podem participar e

coproduzir no ambiente escolar, como familiares, Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e a comunidade no entorno. Um estudo comparativo sobre a participação dos pais em serviços de pré-escolas em oito países da Europa encontrou variados níveis de participação dos pais em diferentes países e em serviços públicos, privados e do terceiro setor (BRANDSEN; PESTOFF, 2006; PESTOFF, 2009; PESTOFF, 2012).

Outro estudo comparativo foi o realizado por Johan Van Stad (2007), em sua tese de doutorado, na Suécia, sobre participação dos pais e qualidade do serviço pré-escolar que comparou cooperativas de pais, cooperativas de trabalhadores, serviços municipais e pequenas empresas com fins lucrativos que prestam serviços pré-escolares em Estocolmo e Ostersund.

Pela Constituição Federal de 1988, a escola pública é destinada não somente para qualificar a população para o trabalho, mas para promover uma educação que forme para a cidadania, requisito para que um país possa desenvolver uma cultura democrática participativa (BRASIL, 1988). No espaço escolar tem-se a possibilidade de uma criação de consciência e saber social a partir do momento em que se incentiva a participação da comunidade em sua gestão, por meio de conselhos de escolas, dentro do conceito da gestão democrática.

Essa participação civil e social na escola se constitui em uma parte essencial desse processo de formação cidadã, constituindo-se na "educação não-formal" que alunos e comunidade escolar podem e devem ter (GOHN, 2006). Assim, a coprodução é bem-vinda na esfera dos serviços educacionais e pode ocorrer de várias formas envolvendo uma variedade de atores com distintos níveis de envolvimento.

Autores como Etgar (2008), Brandsen e Honingh (2016), Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017) e Soares e Farias (2018) trataram sobre tipologias de participação dos indivíduos no processo de interação com provedores de serviços, com o objetivo de compreender mais profundamente sob quais formas este fenômeno pode ocorrer. Essas tipologias podem ser úteis aos gestores ao permitirem a identificação das diferentes formas de coprodução e seleção daquela que melhor se alinha aos objetivos propostos pela administração pública, funcionando como uma estratégia de gestão.

Segundo Lotta (2017), as classificações de coprodução existentes na literatura decorrem da amplitude do seu conceito na busca por uma melhor compreensão empírica e teórica. Similarmente, Schommer e Tavares (2017) constataram que diversos autores propõem modelos e tipos de coprodução distintos, tentando abranger a ampla variedade de atividades que podem ocorrer em qualquer fase do ciclo do serviço público.

Nesta pesquisa, será considerada a tipologia de Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017), que

desenvolvem uma matriz 3x4 considerando três níveis de coprodução (análise de quem está envolvido – individual, grupal ou coletivo) e quatro tipos de coprodução conforme as fases do ciclo de serviço (co-comissionamento; *co-design*; co-entrega e a co-avaliação). É uma tipologia que abre o caminho não apenas para aplicação de pesquisa explicativa e comparativa e uso de métodos de pesquisas alternativas e inovadoras (RICCUCCI; RYZIN; LI, 2016) mas também, para o acúmulo consistente de conhecimento sobre coprodução. As análises utilizando tipologias como essa, auxiliam a comparabilidade de diferentes casos e experiências de coprodução, além de contribuir para melhorias na avaliação, transparência e comunicação nos serviços (NABATCHI; SANCINO; SICILIA, 2017).

É importante mencionar ainda que as tipologias podem ser úteis aos gestores, pois permitem a identificação das diferentes formas de coprodução e seleção daquela que melhor se alinha aos objetivos propostos pela administração pública, funcionando como uma estratégia de gestão. Acredita-se que esta tipologia poderá ser abordada em estudos futuros e pode apontar o nível de sociabilidade do cidadão que coproduz, a fim de compreender o nível de participação, bem como as motivações que o levaram àquele nível (GOUVEIA, 2021).

A partir desse entendimento, este artigo tem o objetivo de **analisar os tipos de coprodução em diferentes fases do ciclo do serviço educacional público em Campina Grande-PB**, utilizando o modelo da tipologia de Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017). Para tanto, optou-se pela abordagem da pesquisa qualitativa, tendo como ambiente de pesquisa duas Escolas Públicas Estaduais situadas no município de Campina Grande-PB, sendo uma na modalidade integral e outra integral-técnica, ambas do ensino médio. Utilizou-se triangulação de três fontes de dados: pesquisa documental, entrevistas e observação *in loco*.

Justifica-se essa pesquisa no serviço educacional, por ser um cenário em que tende a existir compartilhamentos de responsabilidades, parcerias, espaços de articulações e de troca de informações que conduzem a atuação governamental. O trabalho traz ainda contribuições práticas, uma vez que o conhecimento gerado pode ser utilizado pelas escolas para melhor direcionar suas ações, até porque a tipologia tem essas implicações para a prática e também permite que os profissionais identifiquem o tipo de coprodução mais alinhado com seus objetivos e propósitos.

Além disso, como a tipologia enquadra a coprodução como uma experiência dinâmica e potencialmente longitudinal, pode permitir que os profissionais usem a coprodução em todo o ciclo do serviço público, ou seja, do comissionamento a avaliação, refletindo sobre quem, quando e o quê da coprodução (NABATCHI; SANCINO; SICILIA, 2017).

Estruturalmente, além destes aspectos introdutórios, este estudo apresenta discussões teóricas sobre noções gerais e tipologias de coprodução, seguida da apresentação dos aspectos metodológicos percorridos e, por fim, análise dos resultados alcançados e considerações finais.

2 A COPRODUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS: NOÇÕES GERAIS E TIPOLOGIAS

A coprodução de bens ou serviços públicos, definida como a entrega conjunta de bens ou serviços por usuários e profissionais (PESTOFF; BRANDSEN, 2013), é a base teórica considerada para analisar o envolvimento da comunidade na escola pública. A coprodução passa a ser estudada e definida em meio a um contexto de reformulação do papel do Estado, em suas competências em termos de áreas de intervenção, e paralelamente a um questionamento em termos de relação Estado e Sociedade no que tange a participação da sociedade em suas decisões (OSTROM, 1996).

Nesse contexto, a coprodução alcança um entendimento mais amplo, de eficiência dos serviços públicos, quando o governo trabalha de forma descentralizada, com o envolvimento da sociedade na construção de políticas públicas, ou seja, a coprodução é realizada de forma conjunta entre o Estado e a sociedade (RONCONI; DEBERTIR; DE MATTIA, 2011).

Para De Mattia e Zappellini (2014) a coprodução destacou-se, pois despertou o interesse dos estudiosos da Administração Pública. Apesar de ser uma teoria ainda em desenvolvimento, é possível compreender sua importância, principalmente em relação à qualidade da prestação dos serviços públicos. Os pesquisadores buscam apresentar a estrutura teórica da coprodução, que tem por finalidade não apenas melhorar a qualidade dos serviços públicos, mas também aumentar sua eficiência, eficácia e inovação. Tais benefícios podem ser observados nos estudos de Osborne, Radnor e Nasi (2013) onde a coprodução acontece e influencia a orientação estratégica, marketing e gerenciamento das operações nos serviços públicos.

Para Schommer e Tavares (2017), as práticas de coprodução podem representar uma expansão da cidadania, a depender do modelo e da forma como ocorrem. Os estudos que abordam sobre as tipologias de coprodução têm sido utilizados com o objetivo de verificar algum grau de coprodução, seja na área da saúde, infraestrutura ou educação (SALM; MENEGASSO, 2010). Neste sentido, reconhecer a variedade de conceitos e tipologias é fundamental para uma maior coerência e consistência sobre o tema coprodução, pois a literatura sobre coprodução do bem público é fortemente marcada pelas tipologias, quem coproduz, o que

coproduz e quais os efeitos dessa coprodução (BRANDSEN; HONINGH, 2015).

Com base nesse entendimento, as pesquisas sobre a temática mostram que as tipologias podem ajudar e analisar a coprodução em serviços, pois permitem que os profissionais identifiquem o tipo de coprodução mais alinhado com seus objetivos e propósitos, melhorando a comunicação de cima para baixo, de baixo para cima e de dentro para fora, facilitando o exame e a comparação de casos e experiências, podendo, assim, melhorar a avaliação, produção e transparência.

Os modelos propostos sobre a temática nos mostram as adaptações e incorporações que vêm sendo implementadas nas estruturas de análise das tipologias. Logo, o Quadro 01 a seguir apresenta-se os modelos e seus respectivos autores.

Quadro 01 – Modelos propostos de tipologias.

AUTOR/ANO	MODELO DE TIPOLOGIA	OBJETIVOS
Whittaker (1980)	Coprodução por solicitação; Coprodução por assistência; e Coprodução por ajuste mútuo.	Definir as ações do cidadão e agentes públicos, conforme as expectativas dos serviços.
Brundney e England (1983)	Coprodução individual; Coprodução grupal; e Coprodução coletiva.	Verificar qual a forma de participação do cidadão.
Bovaird (2007)	Provisão tradicional de serviços públicos pelos profissionais ou pelo Estado; co-entrega; usuários entregam o serviço; usuários participam da produção dos serviços; coprodução total; usuários entregam serviços que foram coproduzidos; co-entrega de serviços por usuários e profissionais; e produção comunitária tradicional.	Compreender o papel emergente do usuário e da comunidade na coprodução.
Salm e Menegasso (2010)	Coprodução nominal; Coprodução simbólica; Coprodução funcional; Coprodução representativa com sustentabilidade; e coprodução para mobilização comunitária.	Analisar a participação cidadã no bem público.
Osborne e Strokosch (2013)	Coprodução de consumo; Coprodução participante; e Coprodução ampliada.	Propor os modos de coprodução de serviços públicos, analisando se é de consumo, se tem participação ou se é ampliada de forma que possibilite a contribuição efetiva do usuário na prestação de serviços inovadores.
Strokosch (2013)	Coprodução individual e Coprodução organizacional.	Observar forte atuação das organizações do terceiro setor, tanto no planejamento, como na execução dos serviços públicos.
Brandesen e Honingh (2016)	Coprodução na implementação de serviços essenciais; Coprodução na concepção/design e implementação de serviços essenciais; na implementação de serviços complementares; e na concepção/design e implementação de serviços complementares.	Distinguir diferentes tipos de coprodução, a partir de uma análise conceitual das definições clássicas sobre o assunto.
Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017)	Tipos de Coprodução: co-comissionamento; co-design; co-entrega; e co-avaliação. Nos três níveis: individual, grupo, coletivo.	Contribuir para que profissionais e gestores públicos possam usar aquela que melhor se adequa aos objetivos

		pretendidos com a política pública, pois apresentam a tipologia e definem as variações da coprodução.
Mess <i>et al</i> (2018)	Tipo de interação; papel e no tipo de contribuição do cidadão; e na distribuição de contribuição e benefícios.	Compreender as formas de coprodução referentes à governança de risco de inundação, a partir dos outros tipos identificados em diferentes domínios de política pública.

Fonte: Adaptado de Gouveia (2021).

O trabalho de Whitaker (1980) pode ser considerado um clássico sobre tipologia para coprodução do bem público. Foi um dos primeiros estudos sobre o tema, trazendo três diferentes formas de atuação do cidadão na coprodução, assim classificadas: por solicitação; assistência na provisão dos serviços; e ajuste mútuo entre o cidadão beneficiário dos serviços e o órgão público provedor.

Outro estudo clássico sobre tipologia para coprodução de bem público é o de Brudney e England (1983). A publicação serviu de ponto de partida para outros pesquisadores, que adotaram a tipologia apresentada para proposição de novos modelos ou até mesmo sua reformulação e expansão (NABATCHI; SANCINO; SICILIA, 2017). Os autores classificaram os tipos de coprodução em individual, de grupo e coletiva.

Por sua vez, o modelo de Bovaird (2007) enxerga a coprodução entre prestadores regulares de serviços e usuários de modo mais duradouro e consistente. Já Salm e Menegasso (2010) propuseram modelos de coprodução dos serviços públicos baseados em tipologias de participação (classificadas em Coprodução nominal; Coprodução simbólica; Coprodução funcional; Coprodução representativa com sustentabilidade; e coprodução para mobilização comunitária). Para isso, usaram como referência os trabalhos sobre participação cidadã de Arnstein (1969), Pretty (1995) e White (1996), bem como os estudos sobre coprodução do serviço público.

Osborne e Strokosch (2013) receberam influências das áreas de administração pública e gestão de serviços para propor o modelo de coprodução de serviços públicos classificados em: coprodução de consumo, participante e ampliada. Paralelamente, Strokosch (2013) propôs uma tipologia de coprodução nos níveis individual e organizacional. No primeiro, a autora usa a classificação do trabalho citado anteriormente, que prevê a coprodução de consumo, participante e ampliada (OSBORNE; STROKOSCH, 2013). Já no segundo, ela adota a tipologia de Brandsen e Pestoff (2006), que classifica a coprodução em cogestão e cogovernança.

Não obstante, Brandsen e Honingh (2016) se propuseram a distinguir diferentes tipos de

coprodução, a partir de uma análise conceitual das definições clássicas sobre o assunto. Segundo eles, identificar as diversas tipologias é fundamental para tornar a pesquisa em coprodução mais comparável. Por último, Mees *et al.* (2018) reuniram três tipologias para compreender as formas de coprodução referentes à governança de risco de inundação, a partir dos outros tipos identificados em diferentes domínios de política pública.

Após analisar os modelos de tipologias utilizados por tais pesquisadores, verificou-se que não há modelo ou tipologia única para coprodução, os autores aqui apresentados reconheceram a aplicabilidade dos seus estudos especificamente ao setor estudado, recomendando o teste ou adaptação dos modelos em outras áreas (GOUVEIA; BEZERRA; CAVALCANTE, 2023). Para este estudo, o modelo escolhido para ser utilizado de base para esta pesquisa foi o proposto por Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017), no qual a sua construção se baseia na reformulação e expansão do modelo de Brudney e England (1983). Assim, visando atender o objetivo desta pesquisa, o tópico a seguir é destinado a discussão desse modelo escolhido.

2.1 A Tipologia de Coprodução 3x4 de Nabatchi, Sacino e Sicilia (2017)

O modelo de tipologia de coprodução 3x4 de Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017) traz implicações para prática, fornecendo assim uma ferramenta para aprimorar a tomada de decisão sobre o tipo de coprodução mais alinhado com seus objetivos e propósitos, facilitando as comparações e podendo melhorar a avaliação dos serviços públicos educacionais.

Essa tipologia tem várias implicações para os estudos, como de fornecer clareza terminológica, reconhecendo a coprodução como um conceito guarda-chuva, e oferecendo vocabulário para definir e descrever melhor a coprodução no futuro e evitar ambiguidades. Também prepara o "terreno" para pesquisas empíricas mais fortes sobre coprodução, especificamente a distinção entre as variações na coprodução, pois facilitará os desafios associados às análises explicativas e a pesquisa comparativa (NABATCHI; SANCINO; SICILIA, 2017).

Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017), ao apresentarem a tipologia e definirem as variações da coprodução, visam contribuir para que profissionais e gestores públicos possam usar aquela que melhor se adeque aos objetivos pretendidos com a política pública. Os autores usaram a tipologia da coprodução de Brudney e England (1983) que inclui três níveis (individual, em grupo e coletivo) e inovaram ao adicionar quatro fases ao modelo (comissionamento, *design*, entrega, avaliação), conforme distintas fases do ciclo do serviço, efetivando uma matriz 3x4. O

Quadro 02 ilustra a matriz desenvolvida, que evidencia ‘quem’ está envolvido, ‘quando’ ocorre e ‘o que’ produzem.

Quadro 02 – Matriz 3x4

		Fases do Ciclo de Serviços			
		Co-comissionamento	Co-design	Co-entrega	Co-avaliação
Nível de Coprodução	Individual	Ator do Estado + ator leigo			
	Grupo	Um ou mais atores estatais + uma série de atores leigos			
	Coletivo	Um ou mais atores estatais (de uma ou mais organizações) + vários atores leigos da comunidade (normalmente cidadãos)			

Fonte: Adaptado de Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017).

As fases se referem ao ciclo de serviços da política pública, que ajudam a definir quando a atividade foi realizada, o que foi produzido e capturam com mais precisão as aplicações existentes na literatura. São quatro fases evidenciadas na tipologia: Co-comissionamento, Co-design, Co-entrega e Co-avaliação.

A fase de **Co-comissionamento** equivale às etapas de identificação de problema e formulação de agenda, com atividades que visam identificar e priorizar estrategicamente serviços públicos, resultados e usuários. Segundo os autores, ela apresenta uma natureza temporal prospectiva, estando orientada para o futuro e pode ser concretizada em data posterior. Seu uso traria a definição para as questões: o que precisa ser entregue, a quem, e para alcançar quais resultados.

Na sequência vem a fase do **Co-design**, no qual torna-se possível que os atores estatais tenham um melhor entendimento sobre como os serviços poderiam ser desenhados para um melhor uso e benefício para os indivíduos e para a comunidade. As atividades sob esta forma de coprodução passam por incorporar a experiência dos usuários e suas comunidades na criação, planejamento e arranjos de serviços públicos. Sua natureza temporal é prospectiva ou corrente, ou seja, pode estar direcionada para o futuro ou tratar do que acontece no momento.

Na terceira fase, a **Co-entrega**, encontram-se aquelas atividades conjuntas que são utilizadas para a provisão direta dos serviços públicos e/ou para sua melhoria, e isto corre na provisão do serviço corrente, ou seja, de maneira concomitante. Esta coprodução nesta fase é a mais tradicional dentro dos estudos de Gouveia (2021), porque tem o engajamento mútuo do Estados e cidadãos.

Por fim, a **Co-avaliação** está concentrada no momento de monitoramento e avaliação dos serviços, em que de modo conjunto avalia-se a qualidade do serviço, os problemas e /ou áreas de melhoria. Trata-se de uma atividade geralmente retrospectiva, voltada ao que foi

realizado, porém, seus resultados podem ser utilizados de maneira prospectiva para repensar ou melhorar os serviços.

Em qualquer das fases citadas, é possível a ocorrência nos três níveis de coprodução (individual, grupal e coletivo), que identifica “quem” está envolvido. Segundo os autores da matriz, nos serviços públicos, podem participar da coprodução tanto os atores estatais ou “produtores regulares” que são agentes diretos e indiretos do governo, servindo em uma capacidade profissional (professores, diretores, coordenadores, secretários escolares, gerentes de regionais), quanto os atores leigos, que são membros do público servindo voluntariamente, como cidadãos, clientes indiretos (*customers*) – que não tem uma relação muito próxima como a sociedade civil – e clientes diretos, que tem um nível maior de relação. Assim, os cidadãos produtores podem ser os alunos, pais e/ou responsáveis e a comunidade.

Vale salientar que as atividades de coprodução produzem algum tipo de benefício que podem ser pessoais, que são desfrutados individualmente, e sociais, que são desfrutados de forma mais ampla e comunitária. Lembrando que esses benefícios são independentes uns dos outros, às vezes eles se sobrepõem ou, então, têm efeitos colaterais (de tal forma que os benefícios pessoais geram benefícios sociais e vice-versa).

Retomando a discussão sobre os níveis de coprodução do modelo de Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017), o nível **individual** refere-se a atividades nas quais um ator do Estado trabalha diretamente com outro ator leigo, este desempenhando papel de beneficiário direto ou indireto. A coprodução neste nível geralmente acarreta benefícios pessoais que, indiretamente, podem gerar benefícios sociais.

O nível **Grupo** se estabelece quando um ou mais atores estatais trabalham direta e simultaneamente com uma série de atores leigos em uma categoria específica da população. Neste nível, observa-se tanto a presença de benefícios pessoais quanto sociais. E o nível **Coletivo** refere-se as atividades nas quais um ou mais atores estatais (de uma ou mais organizações) trabalham direto ou simultaneamente com vários atores leigos da comunidade (normalmente cidadãos) para gerar benefícios sociais, embora os participantes também possam experimentar benefícios pessoais.

A **Matriz 3x4** é gerada pela combinação dos níveis e fases de coprodução, que varia conforme as características relacionadas ao que é, a quem e quando ocorre a coprodução. Os tipos de coprodução tendem a variar em três aspectos: quantitativo (número de participantes), representativo (a quem eles representam) e temporal (quando ocorrem). Assim, a tipologia desenvolvida pelos autores é capaz de descrever e definir diversas formas, pois o número de

atores, o local e o tamanho da atividade coproduzida podem mudar de acordo com as fases.

Com base nas discussões descritas e na matriz 3x4 de Nabachi, Sancino e Sicilia (2017), o presente estudo fará verificações dos tipos de coprodução em diferentes fases do ciclo do serviço educacional público em Campina Grande-PB. A seção a seguir apresenta os procedimentos metodológicos para o alcance do objetivo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando o objetivo traçado, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, ao considerar que o interesse está na compreensão do processo que acontece o fenômeno e na dinâmica das relações sociais (CRESWELL, 2010; LARRINAGA, 2017). No tocante aos objetivos, configura-se como pesquisa exploratória e descritiva, por aprofundar sobre um tema e descrever características para melhor compreensão do fenômeno investigado (CRESWELL, 2010).

Inicialmente, foi feito um levantamento exploratório de informações acerca das modalidades de ensino público aqui no Estado, especificamente na Cidade de Campina Grande/PB, onde se encontra a Terceira Gerencia Regional de Ensino (3ª GRE). De acordo com as informações obtidas pela responsável pela 3ª GRE, em agosto de 2022, havia na cidade de Campina Grande, 60 escolas Estaduais, sendo elas distribuídas na Modalidade de Ensino Integral, Modalidade de Ensino Integral Técnico e Modalidade de Ensino Regular.

Os lócus de aplicações foram duas escolas na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba, que ofertam o ensino médio, sendo uma Escola Cidadã Integral (ECI) e uma Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT). A escolha da cidade de Campina Grande-PB foi devido a acessibilidade e por ser um município que se destaca na área educacional tanto na educação do ensino superior quanto na educação de nível médio e técnico, possuindo também o segundo maior PIB (Produto Interno Bruto) entre os municípios paraibanos, representando 15,63% do total das riquezas produzidas na Paraíba (CAMPINA GRANDE, 2022).

É válido salientar que não foi investigado a Modalidade de Ensino Regular, porque para este estudo foi priorizado a Modalidade de Ensino Integral e a Modalidade de Ensino Integral Técnico, por acessibilidade e indicação da 3ª GRE. As duas modalidades de ensino em questão trabalham com o foco na formação dos jovens por meio de um desenho curricular diferenciado e com metodologias específicas, que apresentam aos estudantes do Ensino Médio possibilidades de se sentirem integrantes do seu projeto de vida, o que não acontece na

Modalidade de Ensino Regular.

Para a coleta de dados, foi utilizado uma triangulação de fontes: 1) a pesquisa documental, para o levantamento dos dados secundários (artigos, fotos, informativos, *websites*, rede sociais) sobre as escolas; 2) entrevistas semiestruturadas com os atores-chave (foram consultados nas duas escolas um total de trinta e cinco pessoas, sendo dois gestores escolares, oito professores, dezessete alunos, oito pais e/ou responsáveis, além da responsável pela Terceira Gerencia Regional de Ensino da Paraíba, para entender como se dar o início do processo educacional); e 3) a observação não-participante para melhor compreender a fomentação do fenômeno e o contexto em que está inserido.

As entrevistas seguiram roteiros semiestruturados construídos em conjunto com os membros do grupo de estudos Negis (Núcleo de Estudo em Gestão Inteligente e Sociedade) envolvidos no Projeto aprovado no edital nº 010/2021 - FAPESQ/PB - MCTIC/CNPq (Programa de Infraestrutura Para Jovens Pesquisadores / Programa Primeiros Projetos – PPP), a partir das categorias da tipologia de Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017), conforme o Quadro 03 abaixo.

Quadro 03 – Categorias das Entrevistas

Dimensão	Categorias	Autores
1. Tipos de Coprodução por fase do ciclo de serviços	1.1 Co-comissionamento	Nabatchi et al. (2017)
	1.2 Co-design	
	1.3 Co-entrega	
	1.4 Co-avaliação	
2. Nível de Coprodução	2.1 Individual	Nabatchi et al. (2017)
	2.2 Grupal	
	2.3 Coletivo	

Fonte: Elaboração Própria (2022).

Utilizou-se a técnica da entrevista individual e grupo focal, ao todo, foram seis roteiros de entrevistas, adaptados conforme o sujeito de pesquisa consultado – ver no apêndice A. Ribeiro e Milan (2004) afirmam que as entrevistas do tipo grupos focais é um método de coleta de dado consolidado em pesquisas qualitativas e, se bem planejado, gera-se uma oportunidade de explorar em profundidade um determinado tema ou objeto de pesquisa. Todas as entrevistas foram transcritas, organizadas e analisadas.

A realização das entrevistas e observações se deu de forma presencial, no período de julho a outubro de 2022. No que concerne aos procedimentos de análise dos dados, adotou-se como método a análise de conteúdo de Bardin (2016), sendo feita uma pré-análise consistente na leitura e organização do material coletado e tratamento dos resultados obtidos com a interpretação dos resultados. Transfigurando-se na percepção de uma representante da Terceira

Gerência Regional do Ensino (3ªGRE), dois gestores/coordenadores, dois grupos focais de professores, três grupos focais de alunos e dois grupos focais de pais, conforme o Quadro 04.

Quadro 04 – Dados das Entrevistas

CÓDIGO	TÉCNICA	SUJEITO(S) DE PESQUISA
ECI – Escola Cidadã Integral		
C1	Entrevista Individual	Gestor(a) ou Coordenador(a) Pedagógica
P1	Grupo Focal de Professores	4 Professores
A1	Grupo Focal de Alunos	4 Alunos
GP1	Grupo Focal de Pais	4 Pais
ECIT – Escola Cidadã Integral Técnica		
C2	Entrevista Individual	Gestor(a) ou Coordenador(a) Pedagógica
P2	Grupo Focal de Professores	4 Professores
A2	Grupo Focal de Alunos	7 Alunos (líderes)
A2a	Grupo Focal de Alunos	6 Alunos (vice-líderes)
GP2	Grupo Focal de Pais	4 Pais
3ª GRE – Terceira Gerência Regional de Ensino		
R1	Entrevista Individual	Representante

Fonte: Elaboração Própria (2022).

As entrevistas individuais tiveram duração entre 40 e 45 minutos, sendo conduzida uma a uma com cada representante. Os Grupos focais tiveram em média de quatro a sete participantes na ECI e de quatro a nove participantes na ECIT, devido a disponibilidade destes, com duração entre 15 e 50 minutos. Nas escolas, foram importantes fazer grupos focais, por ser uma ferramenta útil para os trabalhos com grupos de pais, professores e alunos.

Por fim, a proposta de pesquisa deste artigo segue os preceitos normatizados pela resolução 510 de 7 de abril de 2016 do CEP/CONEP, que no art. 1, parágrafo único, incisos I, II e III considera que as pesquisas em ciências humanas e sociais aplicadas de opinião pública com participantes não identificados e pesquisa que utilize informações de acesso e domínio público não precisam ser registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP.

3.1. Caracterização dos ambientes de pesquisa

A pesquisa foi realizada em duas Escolas Cidadãs situadas no município de Campina Grande-PB, nas quais os alunos estudam em tempo integral (manhã e tarde), sendo uma Escola Cidadã Integral (ECI) que tem 406 alunos e a outra Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT),

composta por 400 alunos, em média.

Segundo o site da educação integral do Estado, as Escolas Cidadãs Integrais começaram a ser pensadas no Estado da Paraíba em 2015 e foram implantadas em 2016, a princípio com oito unidades. Diante do bom desempenho e aceitação por parte da comunidade escolar, em 2017, o número foi ampliado para 33 Escolas Cidadãs Integrais. Estas escolas trazem em seu modelo inovações e propostas que buscam ser um divisor de águas na história da educação do Estado, e tem como objetivo formar cidadãos autônomos, solidários e competentes, indivíduos protagonistas, agentes sociais e produtivos que possam contribuir com o mundo atual e suas necessidades.

Com o objetivo de cumprir o PNE (Plano Nacional de Educação) e o PEE (Plano Estadual de Educação), em 2021, o Governo do Estado implanta mais 73 Escolas Cidadãs Integrais. Com a ampliação do modelo de ensino para mais 72 municípios, assim, todos os 223 municípios do território paraibano foram contemplados com Escolas Cidadãs Integrais, contemplando assim todas as Regionais de Ensino. Em 2022 no município de Campina Grande tem-se 20 Escolas Cidadãs Integrais.

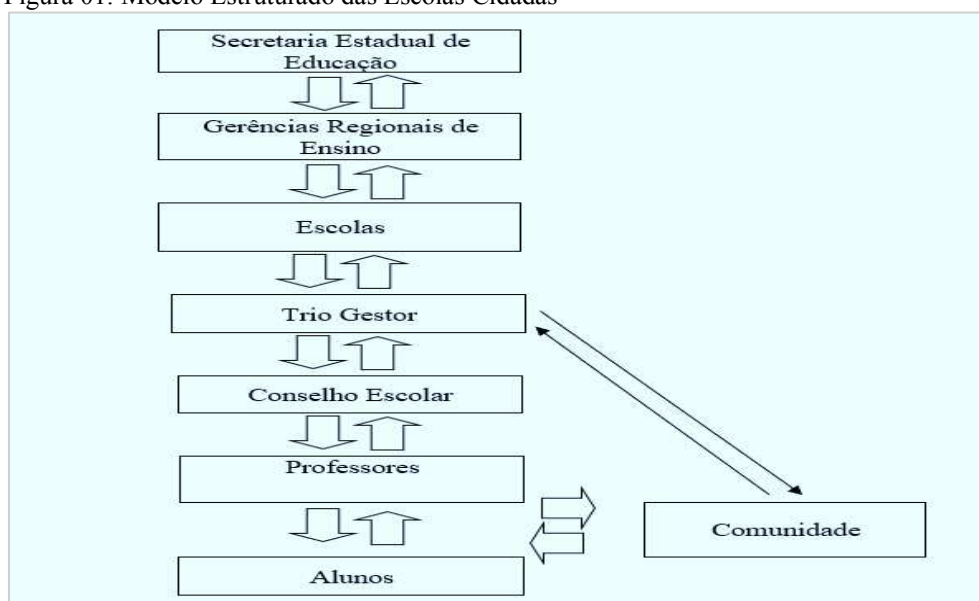
Dentro dessa proposta, as escolas em tempo integral possuem um conteúdo pedagógico voltado para uma educação de excelência, formação para a vida e formação para as competências do século XXI. Além das disciplinas da Base Comum Curricular (BNCC), oferta-se um currículo diversificado com as disciplinas da parte diversificada, tais como Eletivas, Projeto de Vida, Pós-médio e Estudo Orientado.

A Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT) segue o mesmo modelo que a Escola Cidadã Integral (ECI), mas tendo como diferencial os cursos técnicos para atuação no mercado de trabalho. Esses cursos técnicos são escolhidos para oferta na escola, conforme a caracterização e perfil de cada município.

Os dois modelos visam a formação integral dos jovens, tendo como foco principal o estudante e o seu projeto de vida, buscando assim desenvolver os pilares essenciais para a formação de indivíduos que possam contribuir com a sociedade a partir de sua autonomia, das diferentes competências e sendo solidários, baseados no incentivo ao desenvolvimento do protagonismo juvenil.

Neste contexto, as Escolas Cidadãs Integrais e Cidadã Integrais Técnicas têm um modelo estruturado, conforme é mostrado na Figura 01 abaixo.

Figura 01: Modelo Estruturado das Escolas Cidadãs



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados na pesquisa (2022).

As diretrizes são repassadas pela Secretária Estadual de Educação para as Gerências Regionais, que no caso das escolas de Campina Grande, ficam sob a responsabilidade da Terceira Regional de Ensino. Esta, por sua vez, orienta as escolas definirem suas estratégias, prioridades em suas ações pedagógicas ao longo do ano de acordo com cada realidade escolar. Dentro das escolas, o Trio Gestor desenvolve as ações – este trio é composto por: Gestor(a) Escolar, Coordenador(a) Pedagógico(a), Coordenador(a) Administrativo/Financeiro – e se reúne semanalmente com o Conselho Escolar, composto por: alunos, representantes de sala, um professor, um pai e/ou responsável e o Secretário Escolar, os quais discutem ações, verificam as sugestões, reclamações, ou seja, há pautas para cada reunião. Em seguida, essas informações são repassadas para os demais professores e os representantes de sala repassam para os demais alunos das respectivas turmas.

Conforme explicitado na Figura 01, há um caminho de mão dupla entre os atores envolvidos no modelo estruturado das Escolas Cidadãs. Nesse sentido, fora da estrutura estatal, a participação da comunidade (sociedade civil) tanto pode ser por iniciativa própria quanto por iniciativa da escola, podendo procurar-se uns aos outros, cabendo ao Trio Gestor a responsabilidade para alinhar as ideias e as necessidades de ambas as partes.

Caracterizado o ambiente de pesquisa, segue-se para identificação e análise dos tipos e níveis de coprodução existentes nessas escolas, verificando se essa prática permite espaços inclusivos para que a sociedade civil também faça parte do processo de aprendizagem dos alunos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados estão organizados seguindo a seguinte estrutura: inicialmente, identificou-se os tipos e níveis de coprodução por fase do ciclo de serviços e por fim, estruturou-se a matriz 3x4 de coprodução.

4.1 Tipos e Níveis de coprodução conforme as fases do ciclo de serviço

Conforme a discussão teórica da tipologia de Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017), a coprodução pode acontecer em diferentes fases do ciclo de serviço, sendo classificadas como co-comissionamento, co-design, co-entrega e co-avaliação.

4.1.1 Fase do ciclo de serviço: co-comissionamento

Para identificar as práticas de coprodução na primeira fase – co-comissionamento, foram entrevistados tanto a representante da 3ª GRE (R1) quanto os gestores das duas escolas (C1 e C2 respectivamente). Estes atores participam da tomada de decisão estratégica acerca dos serviços públicos educacionais, conforme confirmam os discursos dos entrevistados:

Tudo é mediado pela Secretaria de Educação, tem os planejamentos que chega até a mim e eu faço chegar até as escolas - A exemplo disso são as diretrizes das escolas estaduais[.]semanalmente tenho reuniões com a secretaria, assim como semanalmente com as escolas para manter o alinhamento dos ensinios (R1).

Nós recebemos essas diretrizes da Secretária de Educação a cada início de ano...e enquanto escola temos a liberdade de fazer alguns ajustes e trazer para realidade escolar. [...] As diretrizes já vêm prontas, mas aberta para discussões e ajustes. Os pais podem opinar nas reuniões escolar, mas a gente percebe que eles não compreendem muito, por ser muito densa a proposta. (C1).

Na verdade, as diretrizes já vêm da Secretaria de Educação, é feito pelo núcleo pedagógico da secretaria e toda administração[...].e os direcionamentos dessas diretrizes é criada com base no resultado dos anos anteriores (C2).

Nota-se, por meio dos discursos, que há uma verticalização (cima para baixo), ou seja, as diretrizes vêm prontas da Secretaria de Educação Estadual e as coordenações de escolas, assim como as gerencias regionais, não participam desta construção. Logo, não foi identificado coprodução envolvendo participação civil e atores leigos na realização da construção das Diretrizes de Ensino.

Em contrapartida, verificou-se a existência de espaço para a coprodução na Escola Cidadã Integral, conforme a fala de C1, quando há o envolvimento de pais e/ou responsáveis nas reuniões de realização da ação dessas diretrizes no sentido de alinhá-las a realidade de cada escola. Os pais são convidados a participarem das reuniões e darem opiniões, embora essa participação seja comprometida pela baixa compreensão destes.

Na Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT) o respondente C2 diz que não há envolvimento dos pais nesta fase do ciclo de serviço. Segundo Pestoff (2012), apontar as causas e as consequências da não participação das famílias na vida escolar de seus filhos se faz necessário, considerando que quando há a participação e o acompanhamento efetivo de todos no processo educacional os resultados são satisfatórios, embora se reconheça dificuldades ao longo desse percurso.

Outro ponto de não confirmação de coprodução nos serviços públicos educacionais nesta fase de co-comissionamento, com relação ao retorno das aulas (devido a COVID-19). Identificou-se a existência de um diálogo, um processo horizontal, quando estavam em aulas remotas. De acordo com a entrevista, R1 afirma que havia um formulário eletrônico onde as escolas relatavam sua situação, conforme opinião de pais, alunos e professores nas reuniões feitas pela escola mensalmente. Essa afirmação foi comprovada no diário de observação do dia 29 de agosto de 2022, quando, no momento da entrevista, a respondente mostrou no seu computador para a entrevistadora.

Orientações como o decreto emitido pela Secretária de Saúde com relação a evolução da vacinação e os dados dos casos influenciaram o retorno das aulas presenciais, mas, conforme a fala de R1, para voltar as aulas presenciais tudo dependia das situações de cada escola: “[...]as autoridades da saúde, que elaboraram o decreto, depois das vacinações, sempre tinha reuniões conosco semanalmente para gente mostrar como estavam as escolas. Mas sempre, considerando as reais situações vivenciadas nas escolas” (R1).

Diante do exposto, não há presença de práticas de co-comissionamento nem a nível grupal e nem no coletivo, pois o envolvendo do grupo de familiares com gestores não interfere diretamente para a tomada de decisão estratégica de ensino.

Embasado nas falas dos entrevistados, a fase de co-comissionamento sob a ótica dos serviços públicos educacionais é elaborada estrategicamente, analisando o que precisa ser entregue, a quem, e para alcançar quais resultados, e não foram encontradas nas duas escolas em nenhum nível. Dessa forma, tem natureza temporal prospectiva, ou seja, é orientado para o futuro e se preocupa com as atividades que podem ocorrer em uma data posterior.

4.1.2 Fase do ciclo de serviço: *co-design*

Orientar professores, coordenar a construção e atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP), analisar os resultados de aprendizagem dos estudantes e liderar a elaboração de caminhos de melhoria, garantir espaços de participação da comunidade escolar, administrar finanças, recursos humanos e estrutura, são algumas das responsabilidades de quem assume a Gestão de uma escola.

Nesta fase de *co-design* avalia-se a criação, o planejamento e os arranjos de serviços públicos. Os respondentes revelaram que as escolas recebem uma verba Federal que vem direcionada para as despesas das escolas e que o Conselho Escolar, que é composto por um representante de cada área (um aluno, um professor, um pai, secretário escolar), juntamente com o trio gestor da escola (coordenador pedagógico, gestor escolar e o coordenador administrativo/financeiro), se reúnem para definir o direcionamento dos gastos de acordo com as demandas listadas por cada área na fase do co-comissionamento.

Os respondentes de cada escola afirmaram que não há efetivamente a participação de um representante da comunidade nessas reuniões, como pode-se comprovar na fala: *“aqui a comunidade nunca vem, talvez porque nós temos alunos de vários bairros, não temos exclusivamente alunos desse bairro”* (C1). Observa-se também na fala do entrevistado: *“[...]é um valor tão baixo, que a comunidade nunca se inscreve, acreditamos que ninguém vai querer perder tempo, tendo dor de cabeça com isso”* (P2). Neste sentido, observa que a comunidade não participa, logo é um ponto negativo para as escolas, porque a coprodução é um tipo de participação voltada à provisão de bens e serviços públicos que envolve engajamento mútuo entre usuário/cidadão/comunidade e servidores públicos/profissionais; esse engajamento varia de um contexto para outro em relação à etapa do processo, à forma e ao grau de intensidade e compartilhamento de poder (SCHOMMER et al, 2011).

Noutro aspecto, foi identificada coprodução de *co-design* em nível coletivo na escola ECIT devido a participação dos pais, e na escola ECI, a nível grupal. Isto porque na escola ECI

os pais e/ou responsáveis não participam. Contudo, os alunos participam dos direcionamentos dos gastos juntamente com o Conselho Escolar. O trio gestor desta escola, assim como o grupo focal de professores e o grupo focal de alunos, acreditam que possa haver esse “desinteresse” pela parte dos pais devido a maioria trabalhar e não poder estar disponível nos horários marcados dessas reuniões.

É importante ressaltar que os pais têm um papel imprescindível na formação dos seus filhos. A presença ou ausência deles afetam diretamente no seu desenvolvimento social e cognitivo, deixando marcas durante toda a sua vida. Segundo Ribeiro (2011), os pais são responsáveis pela formação emocional e intelectual de seus filhos, no momento do seu nascimento até a sua maioridade, quando não, por vezes, durante a vida toda.

Esta perspectiva “de fora para dentro” permite que os atores estatais, que são o trio gestor e os professores, entendam melhor como os serviços públicos podem ser projetados para ser de maior uso e benefícios para os indivíduos e comunidades. Assim, neste estudo, a fase de *co-design* é prospectiva, ou seja, orientado para o futuro, trazendo benefícios pessoais, pois beneficia o setor da escola que está precisando de verbas e suas práticas são de nível grupal e coletivo.

4.1.3 Fase do ciclo de serviço: co-entrega

De acordo com Osborne e Strokosch (2016) a co-entrega é a que está mais de acordo com a visão tradicional de coprodução, pois se concentra em melhorias de qualidade e eficiência nos serviços educacionais no momento que estão sendo entregues.

Ao analisar as respostas dos entrevistados nas duas escolas, percebe-se que todos se pronunciaram-se positivamente nesta fase de serviço. Neste sentido, as Escolas Cidadãs apresentam-se com grande potencial de desenvolvimento para melhorar a prestação de serviços públicos, sendo elemento essencial para que as escolas atuem de maneira articulada para melhorar o aprendizado dos estudantes, reduzindo desigualdades, combatendo a evasão e formando cidadãos mais conscientes e preparados para o mundo.

Os lócus estudados comportam uma série de desenvolvimentos que despertam o interesse da comunidade civil. Como exemplo, são as parcerias que essas Escolas Cidadãs têm com as universidades, igrejas, ONGs, institutos, e até os próprios pais, que as vezes ajudam nas melhorias da escola, como é observado na fala do grupo focal entrevistado da ECI: “[...]”

principalmente as universidades privadas, que fazem um trabalho bacana com os alunos do ensino médio” (P1).

Marschall (2016) aponta que a participação em organizações de pais e professores, bem como de outros grupos comunitários, faz com que essas sejam arenas de desenvolvimento de competências que fomentam laços sociais e criam oportunidades e incentivos para o envolvimento político, conforme observa-se na fala do grupo focal da ECIT:

Temos parcerias nas ações com as universidades, assim como as igrejas são nossos parceiros, pois eles utilizam nosso espaço para eventos de final de semana e em contrapartida eles ajudam na melhoria da nossa escola, como por exemplo uma doação de um eletrodoméstico que queimou, uma panela, resmas de papel, cortador de grama, ou seja, material de apoio (P2).

Esse discurso foi confirmado no diário de observação no dia 29 de julho de 2022 na ECIT (Escola Cidadã Integral Técnica), quando foi constatado a presença do pessoal de uma Igreja fazendo ornamentação no auditório, para ser utilizado no final de semana.

Contudo, nestes últimos anos (2018 e 2019), desde antes da pandemia em 2020, que os pais não participam dessa ajuda de melhorias na ECI, conforme pode-se comprovar na seguinte fala: [...] *a escola fica até com medo de procurar os pais para tratar destes pontos, porque os pais veem a escola como um “deposito” dos filhos, resumindo[...] nem a escola procura os pais, nem os pais procuram saber se a escola precisa, até porque eles acham que isso é papel do governo, da escola (P1).*

No entanto, a participação dos pais e/ou responsáveis é fundamental para esse processo escolar, pois de acordo com Almeida (2014), a família e a escola são agentes de socialização, sendo a família a mais importante por ser o primeiro ambiente em que a criança recebe seus primeiros cuidados, ensinamentos e direcionamentos para ingressar em uma vida em sociedade.

Já o cenário na ECIT é diferente, os pais sempre procuram a escola e se envolvem nas melhorias da escola. Neste caso, também foi possível identificar uma participação ativa da comunidade civil, como pode-se observar na fala: *“alguns pais já ofereceram seus serviços de pintura, de encanamento, de limpeza de ar-condicionado [...]” (C2).* E o próprio grupo focal comprova também na fala: *“os pais são nossos parceiros sempre, ajudam em serviços que eles próprios dominam, como ajuda em cortar gramas, limpezas em ar-condicionado [...]” (P2).*

Com relação ao desenvolvimento social, transbordando o processo de aprendizagem para além dos muros da escola, a ECIT já promoveu o curso de inclusão digital com idosos da

comunidade e pessoas que não tinham acesso à internet, oferecendo o básico e até mesmo orientações acerca do uso do *WhatsApp* no celular, como se observa na fala:

Fizemos um filtro aqui na comunidade de pessoas que não tem acesso à tecnologia, e convidamos alguns idosos, pessoas adultas e até mesmo adolescentes, somando um total de 40 alunos, porque nosso laboratório só comporta 40 alunos, e foi um tipo de introdução a informática. Foi muito gratificante, tanto para eles como para gente, receberam certificados [...] tinham senhores de 60, 70 anos e o nosso mais velho tinha 80 anos, ele tinha um celular mais nunca tinha instalado nem o WhatsApp, aí fizemos um curso para eles de como utilizar, e isso foi um sucesso [...] (G2).

Houve também uma ação com a comunidade do Papelão, situada nas imediações da ECIT, na qual os alunos, juntamente com os professores, ensinavam como manter a higiene, orientação sobre doenças sexualmente transmissíveis e em contrapartida a comunidade do papelão ensinou aos alunos a bordar, a costurar, como se observa na fala a seguir:

[...] na favela do Papelão pegamos alguns alunos e começamos a trabalhar sobre higiene pessoal, orientar aos adolescentes sobre as questões de doenças sexualmente transmissíveis, quais os serviços básicos estão à disposição deles [...] e paralelo a isso foi feito também um processo de alfabetização com aqueles que não tiveram oportunidade de estudar. Em contrapartida, eles tinham lá pessoas que costuravam, bordavam, e aí fizemos essa parceria e eles ensinavam as nossas alunas a bordar, a costurar – essa parte mais básica (G2).

Pontuando ainda essa questão de melhoria, houve uma Colação de Grau que aconteceu na escola, a qual contou com a participação de ajuda das igrejas, tanto evangélicas quanto católicas, que acabam utilizando espaço da escola em finais de semana para algumas programações pontuais referentes a sua igreja: “*as igrejas entraram com a parte de toalhas, mesas, pratos[...]*” (G2). Nesta Colação de Grau da escola, houve também a participação dos pais, como afirma na fala da entrevista: “*como a escola não tem demanda para isso, na última colação, um grupo de pais vieram cozinhar, ofereceram o buffet, ou seja, a escola entrou com comida e os pais cozinham*” (C2).

Diante do exposto, observa-se a presença de práticas de co-entrega a nível grupal,

porque atores estatais (funcionários da escola) e atores leigos (os pais) trabalharam juntos para fornecer um *buffet* para a colação de grau dos alunos. Assim, foi gerado tanto benefícios sociais quanto benefícios pessoais para cada indivíduo. Também se observa a presença de práticas de co-entrega a nível coletivo porque atores estatais (professores) e atores leigos (os alunos) trabalharam diretamente com o grupo específico (a comunidade do Papelão) que compartilharam interesses comuns, gerando benefícios individuais, criando benefícios sociais para a comunidade em geral.

Em se tratando do serviço direto na sala de aula, observou como exemplo a coprodução a nível individual na ECIT:

Tem o Projeto Celso Furtado, e nós fomos premiados com o “Recicla ECIT”, dois professores e seis alunos que recebem uma bolsa mensal por um ano[...] eles desenvolvem um trabalho de sustentabilidade, torna a escola mais sustentável, como por exemplo com a casca da batatinha que pode transformar em insumo para horta que eles estão desenvolvendo [...] árvores plantadas, que tornam o ambiente mais arborizado. É tanto que no estacionamento já tem unas árvores plantadas [...] (G2).

Esse discurso também foi confirmado no diário de observação no dia 29 de julho de 2022, quando se observava o estacionamento, foram vistas árvores plantadas, colaborando com a arborização do ambiente escolar. Neste sentido, a coprodução é de nível individual pois a participação de ator estatal (professores) e ator leigo (alunos) trabalhando diretamente um com o outro, trazendo benefícios pessoais direto de um plano de aprendizagem claramente articulado, mas traz também benefícios sociais a partir do momento que também ajudam a preservar o meio ambiente com essas ações de sustentabilidade.

Dessa forma, por meio das análises feitas por todas as falas dos entrevistados das duas escolas, é perceptível que essa fase de co-entrega desenvolve não só os alunos que aproveitam os ensinamentos externos, mas as escolas como um todo. Porque abre espaço para cidadania, para o desenvolvimento social e ambiental, pessoal e profissional, e até mesmo econômico. Logo, a interação entre profissionais da educação, estudantes, famílias e comunidades, podem originar resultados significativos aos indivíduos diretamente envolvidos (GOHN, 2004).

Assim, neste estudo, a fase de co-entrega só não acontece a nível grupo na escola cidadã integral (ECI), pois os pais não participam juntamente com a escola e de acordo com Souza (2012), a participação da família no ambiente escolar é fundamental no processo ensino

aprendizagem. Neste sentido, a escola e a família devem aprender a trilhar de forma unida esse caminho que é a constituição de propostas educacionais para todos os alunos.

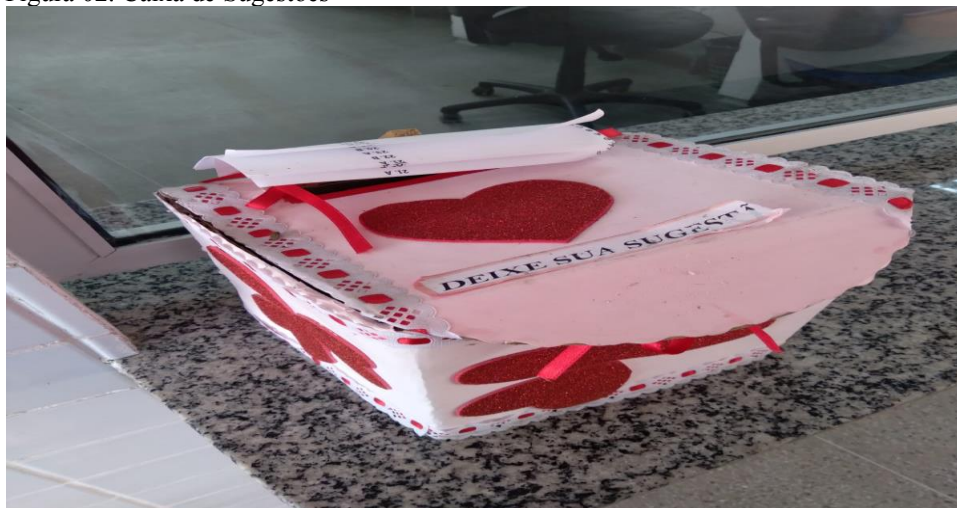
4.1.4 Fase do ciclo de serviço: co-avaliação

Tem-se explorado o monitoramento e avaliação dos serviços públicos, principalmente quando se trata de educação inclusiva, dos projetos desenvolvidos pela escola durante o ano letivo e dos plantões pedagógicos que a escola faz, a cada semestre. Neste sentido, por meio das entrevistas percebe-se que a fase estudada se enquadra em um cenário positivo. Os projetos oferecidos pelas parcerias externas, assim como os projetos desenvolvidos pela escola, são fatores influenciadores para a co-avaliação.

Dessa forma, nota-se que os canais para que todos possam ser ouvidos e dar sugestões também se encontra em um cenário positivo. Como pode ser observado na fala do entrevistado: *“somos ouvidos em reuniões, e se for algo mais específico podemos recorrer diretamente a gestora, nos plantões pedagógicos os pais são ouvidos”* (P1). Outro ponto que comprova é neste trecho na fala: *“[...]temos grupo no WhatsApp, reuniões semanais conosco e nos plantões pedagógicos os pais são ouvidos também”* (P2). Assim como nos trechos das falas dos grupos focais: *“Aqui há uma comunicação muito flexível conosco nas reuniões para gente opinar, levar o que pode ser melhorado, avaliar de fato o bimestre, os projetos desenvolvidos. A gestora sempre abre esse espaço e tem caixa de sugestão”* (A2, A2a).

A caixa de sugestões mencionada foi observada nos períodos das entrevistas na própria escola (ECIT), fora da secretaria e de uma forma visível, conforme a Figura 02 abaixo.

Figura 02: Caixa de Sugestões



Fonte: Acervo da autora (2022).

Essa caixa de sugestões fica mais para os pais, assim como as pessoas que trabalham na escola, para que possam colaborar com sua participação, para que a coprodução possa ocorrer dentro da escola. Embora alguns alunos conversem mais em sala de aula com os próprios líderes e/ou com os professores, estes também colocam suas sugestões. Logo, nas reuniões semanais com o trio gestor (Gestora Escolar, Coordenadora Pedagógica e Coordenador Administrativo/Financeiro), esses líderes da turma debatem o que os demais alunos pontuaram em sala de aula como melhoria, sugestões e/ou algum problema que possa ter acontecido ou se está acontecendo alguma dificuldade de ensino e aprendizagem, conforme é comprovado na fala dos entrevistados dos grupos focais, tanto da ECI quanto da ECIT: *Nós sempre nos reunimos uma vez por semana (na quarta-feira) com a gestão e nós contamos tudo o que se passa na sala de aula, tentando chegar a um melhoramento de algo que foi pontuado dos alunos da sala que passaram para gente – líderes (A1); Somos os olhos e os ouvidos da direção, sempre que tem algum problema nós vamos até ela. Toda semana nos reunimos para pontuar a semana, juntamente com o trio gestor. Ela também nos orienta a resolver algumas coisas que possam acontecer em sala [...] (A2, A2a).*

Outro ponto que comprova essa co-avaliação positiva é que os pais também são ouvidos, principalmente nas reuniões pedagógicas, assim como também são recebidos pela representante da 3ª GRE e na ECIT eles são ouvidos/atendidos pelo próprio grupo de *WhatsApp* que a gestora criou por turma, como é observado nas falas: “[...]tanto os professores como alunos e pais são ouvidos em reuniões. Os pais são ouvidos nos plantões pedagógicos, também” (C1). O próprio grupo focal de pais confirmam: “nós pais temos nossos grupos de *WhatsApp* para sermos ouvidos, também nas reuniões e plantões pedagógicos” (GP2).

Dessa maneira, a fase de co-avaliação acontece de forma individual quando o professor (ator estatal) de cada sala e um líder de cada turma (ator leigo) se ajudam na sala de aula para resolverem questionamentos dos outros alunos. Logo, o aluno está recebendo benefícios pessoais diretos, mas havendo também benefícios sociais porque escuta todos os demais clientes (alunos), para que assim cheguem a um denominador comum. Assim como há o nível de coprodução grupal, quando cada professor com os tutores dos alunos se junta para um denominador comum se propondo a ouvir e dialogar com os pais desses alunos, passando e recebendo *feedbacks*.

Nesse sentido, observa-se que nas escolas ECI e ECIT os pais e os alunos recebem benefícios pessoais diretos desse trabalho, e seus esforços também podem gerar benefícios sociais. Há também o nível de coprodução coletiva nas duas escolas (ECI; ECIT), quando

professores se reúnem juntamente com os líderes de cada turma para abordarem um ou mais assuntos relacionados a sala de aula ou sugestões dos demais alunos com o trio gestor, trazendo benefícios sociais para toda escola, como também provavelmente criarão benefícios pessoais para cada um.

Através desta fase, nota-se que esse *feedback* consistente na avaliação faz a diferença no processo de monitoramento dos serviços públicos, que é através desta que surge os pontos de melhoramentos nas diretrizes de ensino que são elaboradas no início de cada ano letivo.

4.2 Matriz 3x4

De acordo Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017), quando os três níveis individual, grupo, coletivo e as quatro fases do ciclo de serviços (comissionamento, *design*, entrega, avaliação) são mesclados, cria-se uma matriz 3x4 que apresenta os tipos de coprodução. Ao final de cada entrevista, foi classificado nos três níveis cada fase do ciclo de serviço, apresentando os tipos de coprodução existentes nas duas escolas analisadas e a intensidade de coprodução como se observa nas tonalidades das cores: vermelho é onde não foram identificados coprodução; amarelo onde há coprodução em pelo ao menos uma escola; e verde é onde foram identificados mais tipos de coprodução nas duas escolas. Esses resultados podem serem observados, conforme o Quadro 05 abaixo.

Quadro 05 – Matriz 3x4 Identificada nas Escolas em Estudo

		FASES DO CICLO DE SERVIÇOS			
		Co-comissionamento	Co-design	Co-entrega	Co-avaliação
NÍVEL DE COPRODUÇÃO	Individual	Não foram identificados. (ECI; ECIT)	Não foram identificados (ECI; ECIT)	<ul style="list-style-type: none"> - Professores e universidades trabalham juntos para implementar projetos individuais na escola. (ECI) - Professores e alunos trabalham juntos para implementar trabalhos de sustentabilidade na escola. (ECIT) - Gestor e pais trabalham juntos para implementar melhorias de infraestruturas para atender às necessidades da escola. (ECIT) 	<ul style="list-style-type: none"> - Um professor e um aluno se reúnem para avaliar os questionamentos da turma. (ECI; ECIT) -O professor e um pai se reúnem nos plantões pedagógicos para avaliar o aluno. (ECI; ECIT)
	Grupo	-Não foram identificados. (ECI; ECIT)	<ul style="list-style-type: none"> - Trio Gestor trabalham com o conselho escolar (representado pelos alunos e professores) para juntos verem as possibilidades de direcionamentos das demandas. (ECI) - Não foi identificado. (ECIT) 	<ul style="list-style-type: none"> - Não foi identificado. (ECI) - Funcionário da escola e trio gestor trabalham com um grupo de pais para fornecer um <i>buffet</i> para os alunos na sua colação de grau. (ECIT) 	- Trio Gestor e professores trabalham com grupos de pais para avaliar a prestação dos serviços educacionais durante cada bimestre nas reuniões e plantões pedagógicos. (ECI/ECIT)
	Coletivo	- Não foram identificados. (ECI; ECIT)	<ul style="list-style-type: none"> - Não foi identificado. (ECI) -Trio Gestor trabalha com o conselho escolar (representado pelos alunos, pais e professores) para juntos verem as possibilidades de direcionamentos das demandas. (ECIT) 	<ul style="list-style-type: none"> - O trio Gestor da escola trabalha junto com as universidades para construir e manter o desenvolvimento social dos alunos. (ECI) -Professores e alunos trabalham com a comunidade para ministrar e desenvolver cursos de capacitação para ambas a partes. (ECIT) 	-O trio Gestor da escola trabalha junto com os alunos (líderes de cada sala), assim com os pais para avaliar a infraestrutura da escola e a qualidade do ensino que acaba transbordando também para comunidade, por envolver o conselho escolar. (ECI/ECIT)

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Analisando as respostas dos respondentes exposto no quadro 05 acima, percebe-se que a cor vermelha está mais presente na fase de co-comissionamento, na qual em nenhum nível de coprodução, assim como em nenhuma fase do ciclo de serviço não foram identificados os tipos de coprodução nas duas escolas (ECI – Escola Cidadã Integral e na ECIT – Escola Cidadã Integral Técnica) e essa afirmação pode ser justificada através da análise de conteúdo realizada na presente pesquisa, em que consta que a parte estratégica das diretrizes de ensino já vem de cima para baixo para cada escola.

Quando se observa-se a fase de *co-design* há duas cores que predominam os resultados, cor vermelha representando que não foram identificados tipos de coprodução no nível individual nas duas escolas, pois o ator comunidade não participa das decisões dos orçamentos democráticos. Verificando a fase co-entrega a forte presença de coprodução nas duas escolas, pois está presente a cor verde. Há também a cor amarela no nível grupo sinalizando que não foi identificada coprodução na escola ECI, tendo em vista que ainda precisa mais da participação dos pais e/ou responsáveis, pois percebeu-se que muitos não demonstram interesse por essas participações e o grau de escolaridade as vezes afeta essas participações, por não compreenderem que muito das tomadas de decisões escolares dependem deles. Nesse contexto, Paro (2016) refere-se ao hipotético baixo nível de escolaridade e/ou ignorância dos pais sobre questões pedagógicas que, em tese, impedi-los-ia de participar das ações pedagógicas da escola.

Também é perceptível a ausência da comunidade na ECI, neste sentido a escola precisa procurar, envolver esses cidadãos para estar junto coproduzindo com a escola, podendo ser através de projetos desenvolvidos pelos próprios alunos juntamente com os professores. Até porque, na Escola Cidadã Integral há uma concepção que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais. (CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2022).

Mas, são inúmeras as reclamações da comunidade escolar e da escola no que se refere às condições e formas de participação social. Uma delas, apontada por Paro (2016), diz respeito à inexistência de proximidade da escola pública frente à comunidade em que ela está inserida. Esse fenômeno remete ao questionamento: “Se a escola não participa da comunidade, por que irá a comunidade participar da escola?” (PARO, 2016, p.35). É uma observação que deve ser repensada pela gestão escolar e que pode render futuras pesquisas a partir desse questionamento.

Analisando a fase de co-avaliação a cor verde está presente em todos os níveis,

sinalizando que há coprodução nas duas escolas. No nível coletivo nas duas escolas analisadas há representantes de diversos atores, gerando assim benefícios sociais, bem como sua orientação temporal simultânea. Com isso, compreende-se que o papel do Trio Gestor é importante dentro da escola, sendo esse responsável por promover ações promotoras de integração e envolvimento entre professor, aluno, pais e/ou responsáveis e comunidade onde se sintam responsáveis pela caminhada e crescimento da escola. Pestoff (2012) afirma que inovações nos serviços públicos não precisam ser apenas novas ideias, técnicas ou métodos, mas também novas práticas que incluem mudanças nas relações entre os prestadores de serviços.

Nesta mesma linha, Schommer *et al.* (2011) afirmam que a coprodução é pautada pelo diálogo e construção de consensos, através de práticas compartilhadas em que existem diversos canais de expressão de interesses, perspectivas e relações de poder com negociação entre os diferentes sujeitos envolvidos.

Os estudos de Alexandrino (2017) que ocorreram em seis escolas municipais de educação básica de três municípios catarinenses, os quais analisaram o papel de Associações de Pais e Professores na promoção da participação e da coprodução, sob a perspectiva de seus membros, percebeu-se o quanto a participação de atores leigos fazem toda diferença no processo escolar, sendo este processo de aprendizagem construído no cotidiano, ou seja, diariamente. Assim como os estudos de Soares e Farias (2019), que entrevistou uma escola no Distrito Federal, tendo como objetivo identificar como o governo e escolas têm fomentado o ensino fundamental público por meio do incentivo à coprodução de familiares de alunos, e como o perfil destes familiares influencia as formas de coprodução. Trazendo como resultados que a família e a comunidade são essenciais na construção escolar.

Com isso, pode compreender que se faz necessária a participação de todos os envolvidos no processo com o intuito de fornecer um ensino-aprendizagem de qualidade e que sirva para a construção de cidadania, visto que cada um é parte importante deste processo e para bom andamento da escola, tendo direcionamento para as melhorias comuns a todos. Ryan (2012) explica que os participantes aprendem na prática, por meio de um processo colaborativo, no qual os agentes públicos atuam como facilitadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou analisar os tipos de coprodução em diferentes fases do ciclo do serviço educacional público em Campina Grande-PB. A partir disso, os resultados dessa

pesquisa nos levaram a conclusões sobre as fases do ciclo de serviços (co-comissionamento, *co-design*, co-entrega e co-avaliação), juntamente com os níveis de coprodução (individual, grupo, coletivo) que se mesclaram e formaram a matriz 3x4.

As análises de conteúdo realizadas neste artigo são capazes de gerar reflexões importantes sob o ponto de vista dos respondentes quanto a situação de verificação se foi identificado ou não a coprodução, permitindo uma maior compreensão quanto a realidade de cada escola estudada. Pôde-se observar que a Escola Cidadã Integral (ECI) apresenta dificuldades de coproduzir com os pais e a comunidade, e com isso não há coprodução em alguns níveis. Logo, se faz importante a escola procurar a comunidade, desenvolver projetos que a inclua, para que assim se faça presente o seu interesse pela escola e a mesma poder perceber o quanto sua participação faz toda diferença, como por exemplo saber qual a dificuldade da comunidade? O que a comunidade está precisando? E assim ir desenvolvendo os projetos nas disciplinas eletivas com os alunos que pudesse incluir benefícios para a comunidade.

É importante também, a escola começar a pensar em ações/projetos que tragam os pais e/ou responsáveis para dentro da escola, como por exemplo “um café da tarde”, onde os pais iam se sentir acolhidos e poder conversar mais de forma “não obrigatória”, como acontece nos plantões pedagógicos, e assim poderia opinar, sugerir, entender melhor o seu papel para com a escola. Neste sentido, a Escola Cidadã Integral (ECI) se planejando mais nas suas ações, alcançaria características para uma gestão participativa e assim conseguiria coproduzir com a sociedade civil, pois as tipologias são úteis para o Trio Gestor, permitindo a identificação das diferentes formas de coprodução e seleção daquela que melhor se alinha aos objetivos propostos pela administração pública, funcionando como uma estratégia de gestão.

Já a Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT) apresenta mais coprodução nos níveis e fases da coprodução, pois estimulam essa participação do cidadão na gestão pública como é observado nos resultados gerados da Matriz 3x4. Ademais, este cenário contribuiu para que as fases e níveis de coprodução se tornassem positivas nos serviços públicos educacionais.

Esta pesquisa representa um esforço no sentido de ampliar o conhecimento sobre a atuação de pais e/ou responsáveis, sociedade civil e comunidade em atividades voluntárias que ajuda na formação dos seus filhos e na construção de toda escola, uma vez que os estudos sobre o uso da coprodução provavelmente continuaram crescendo no futuro (NABATCHI; SANCINO; SICILIA, 2017). Foi possível analisar as principais ações realizadas, a resposta dos servidores a elas, bem como o seu alcance e direcionamento. Como principais contribuições, amplia a compreensão acerca das tipologias da coprodução e seus níveis, bem como aprofunda

o olhar aos estímulos que podem ser oferecidos pelas escolas para envolver o cidadão, a família, a comunidade e a participação civil em ações de coprodução na educação pública. Apoiado nesse entendimento, a presente pesquisa pretende instigar o poder público estadual no sentido de direcionar melhor os gestores dessas escolas, além de alertá-los para a importância da coprodução no meio educacional juntamente com a sociedade civil.

Por fim, os resultados obtidos ressaltam a importância de estudos que incluam a participação da sociedade civil sob a verificação dos tipos de coprodução em diferentes fases do ciclo do serviço educacional público da cidade. Como limitação do estudo, salienta-se que os resultados refletem a percepção dos entrevistados, logo, em outra amostra poderá apresentar análises de forma diferenciada, por exemplo entrevistando a comunidade que foi citada nas falas dos respondentes, assim como outros grupos de pais que não puderam estar presentes ao longo das entrevistas. Ressalta-se a relevância de trabalhos futuros analisando outras escolas da cidade de Campina Grande/PB, adotando essa e outras metodologias, buscando entender que na escola deve haver integração entre alunos, família e a sociedade civil.

CAPÍTULO 3

ARTIGO 3: COPRODUÇÃO NO ENSINO PÚBLICO: QUE TIPO DE PARTICIPAÇÃO É ESSA?

COPRODUÇÃO NO ENSINO PÚBLICO: QUE TIPO DE PARTICIPAÇÃO É ESSA?

Resumo

A participação cidadã e a coprodução se interrelacionam e são verificadas sob diferentes formas e graus de intensidade. Nos serviços educacionais, a coprodução é uma prática fundamental e essencial, uma vez que é capaz de oferecer respostas às demandas via compartilhamento de responsabilidades entre governo, escola, família e a sociedade civil. O presente estudo tem como objetivo analisar os tipos de participação cidadã nas práticas de coprodução no ensino público de Campina Grande-PB e os benefícios decorrentes. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa com natureza exploratória-descritiva, utilizando as técnicas de pesquisa documental, observação e entrevistas semiestruturadas. Baseada nos quatro tipos de participação cidadã por Pestoff (2012), constatou-se que as participações políticas estão mais presentes nas duas escolas analisadas e que os principais benefícios encontrados baseados em Bovaird e Loeffler (2013) são para os usuários e cidadãos, pois aumenta ainda mais a esfera social e construção do aluno para o futuro. Também se observaram benefícios voltados para os políticos, que se tornam alvo de notícias positivas, e isso enriquece o poder público trazendo, além da visibilidade positiva, prospecção de aumento de votos nas futuras eleições. Como principais contribuições a pesquisa amplia a compreensão acerca da participação cidadã nas práticas de coprodução, bem como aprofunda sobre os benefícios que todas essas práticas podem decorrer, estimulando os professores e gestores a coproduzir e questionando também até que ponto eles estão dispostos a coproduzir.

Palavras-chaves: Participação Cidadã. Coprodução. Serviços Públicos. Serviços Educacionais. Benefícios.

COPRODUCTION IN PUBLIC EDUCATION: WHAT KIND OF PARTICIPATION IS THIS?

Abstract

Citizen participation and co-production are interrelated and are verified under different forms and degrees of intensity. In educational services, co-production is a fundamental and essential practice, since it can offer answers to demands through the sharing of responsibilities between government, school, family, and civil society. This study aims to analyze the types of citizen participation in co-production practices in public education in Campina Grande-PB and the resulting benefits. For that, qualitative research with an exploratory-descriptive nature was carried out, using documental research techniques, observation, and semi-structured interviews. Based on the four types of citizen participation by Pestoff (2012), it was found that political participation is more present in the two analyzed schools and that the main benefits found based on Bovaird and Loeffler (2013) are for users and citizens, as it increases even more the social sphere and construction of the student for the future. Benefits were also observed for politicians, who become the target of positive news, and this enriches public power by bringing, in addition to positive visibility, the prospect of increased votes in future elections. As main contributions, the research broadens the understanding of citizen participation in co-production practices, as well as deepens the benefits that all these practices can derive, encouraging teachers and administrators to co-produce and questioning the extent to which they are willing to co-produce.

Keywords: Citizen Participation. Coproduction. Public services. Educational Services. Benefits.

1 INTRODUÇÃO

A democracia representativa de coalizão, como instituída no Brasil, pressupõe condições para formação e o exercício da cidadania. A cidadania implica na garantia de direitos e deveres, e principalmente na capacidade da população exercer sua agenda, entendendo que o mandato dos governantes é uma delegação de poder, temporária e revogável, e não uma renúncia deste por parte da população. Desse modo, cidadania e participação são conceitos que se reforçam, dado que a cidadania implica no exercício do direito político e a participação na política é o seu modo de expressão (NEBOT *et al.*, 2020).

A participação pode ser compreendida como o compartilhamento de poder que fará com que os cidadãos sejam efetivamente inseridos em processos decisórios e suas ações promovam reformas significativas na sociedade (ARNSTEIN, 2002). De maneira geral, a prática da participação ajuda a atender a expectativa dos cidadãos, melhorar a qualidade das políticas públicas, a auxiliar em sua implementação, a responder às necessidades de *accountability* e transparência e a aumentar a confiança pública no governo (KLEIN *et al.*, 2012).

A atenção dada à participação foi especialmente reforçada no Brasil na Constituição Federal promulgada em 1988, que exigiu o envolvimento de representantes de associações populares no processo de organização das cidades e a participação das associações civis na implementação de políticas de saúde, educação e assistência social (BRASIL, 1988). Partindo dessa perspectiva, muitos mecanismos podem ser utilizados para prover essa participação, como referendos, plebiscito e conselhos de governos, gestores. Esses meios evidenciam os cidadãos como autores e responsáveis por questões públicas, incentivando-os a serem ouvidos e envolvidos na formulação, implantação e execução de políticas públicas.

Dentre as formas de participação cidadã no âmbito público, a coprodução é apontada como uma estratégia na administração pública, por muitos serviços dependerem do envolvimento ativo dos usuários que os consomem (CHAEBO; MEDEIROS, 2017). É entendida como um meio para se articular e implementar uma política pública, envolvendo os beneficiários de suas ações, servindo para legitimar o processo democrático e a realização da cidadania.

Assim, a coprodução e a gestão democrática se reúnem na medida em que o cidadão, enquanto usuário direto ou indireto do serviço público, adquire um papel para além de seu *status* de receptor de serviços, passando a atuar como coprodutor. Desse modo, a coprodução do bem público dinamiza a interação entre os agentes públicos e os cidadãos, os quais buscam soluções de forma conjunta para a resolução dos problemas ligados à coletividade.

Nos serviços educacionais, a coprodução é uma prática fundamental e essencial, uma vez que é capaz de oferecer respostas às demandas via compartilhamento de responsabilidades entre governo, escola, família e a sociedade civil. Como, por exemplo, o estudo de Soares e Farias (2019) que estudou a coprodução da educação pública por parte de familiares de estudantes, suas diversas formas e, ainda, como é influenciada pelo perfil dos familiares nas escolas públicas do Distrito Federal. A própria Constituição (BRASIL, 1988) evidencia a gestão democrática como princípio do ensino público, incentivando a participação cidadã nesse âmbito.

No contexto educacional, Pestoff (2009) afirma que a coprodução foi apontada como inerente à realização de certos bens e serviços, pois não há como gerar aprendizagem sem algum grau de engajamento dos educandos, os quais interagem com profissionais em processos pedagógicos voltados à educação. O autor, em seus estudos, identificou quatro tipos de participação cidadã na coprodução de serviços educacionais: econômica, política, social e específica do serviço, identificados na Europa, envolvendo a ação do terceiro setor na pré-escola (PESTOFF, 2012).

Deve-se ressaltar que os mecanismos de participação utilizados pelos governos variam muito, assim como a intensidade da participação também varia de sociedade para sociedade (STEWART, 2007). Quando se trata de participação de coprodução na educação pública, considera não só a participação do poder público (gestores e professores) e nem a participação interna dos cidadãos (alunos), mas também a participação dos cidadãos externos (pais e a sociedade civil).

Os efeitos das práticas dessa participação cidadã via coprodução também podem ser diversos. Para Bovaird e Loeffler (2013) a coprodução pode gerar benefícios diferentes para distintos atores e o tipo de participação também varia, como será observado no presente estudo. A avaliação desses aspectos contribui para gerar conhecimentos capazes de influenciarem novas práticas, reestruturar as existentes e até abandonar as que não se mostrarem proveitosas.

Com base no exposto, por envolver multiatores, a coprodução nos serviços educacionais não é tarefa simples e precisa ser realizada com cuidado para evitar sobreposição de papéis ou inversão de responsabilidades. Nesse sentido, esse estudo tem como objetivo **analisar os tipos de participação cidadã nas práticas de coprodução no ensino público de Campina Grande-PB e os benefícios decorrentes.**

Justifica-se essa pesquisa no serviço educacional, por ser um cenário em que tende a existir compartilhamentos de responsabilidades, parcerias, espaços de articulações e de troca de informações que conduzem a atuação governamental. Trata-se de um momento oportuno

para realização da pesquisa, dado o surgimento ocorrido na última década, que visam incentivar a prática de coprodução na educação. Outro benefício em promover a coprodução na educação é permitir um novo olhar do papel da família, dos alunos e da sociedade civil frente à escola. Brandsen e Honingh (2016), na busca por clareza conceitual em relação à coprodução, afirmam que os tipos e níveis de participação na educação interferem muito para moldar o serviço que o usuário recebe.

Nesse sentido, a maioria dos autores tratam sobre a interdependência da produção de serviços, como no caso da educação, os alunos podem fornecer grande parte de sua própria educação na ausência de professores (como *inputs*), mas os professores podem gerar pouca ou nenhuma educação, na ausência ou baixo grau de engajamento de estudantes (como *inputs*). Apesar dessa interdependência, é necessário que tanto produtores regulares quanto produtores de consumo forneçam o serviço. Os *inputs*, ou seja, as entradas (ou investimentos) de ambos são fundamentais (PARKS *et al.*, 1981).

Dessa forma, foram analisados, na prática, os quatro tipos de participação cidadã na coprodução de serviços (econômica, política, social e específica do serviço) de Pestoff (2012) e os benefícios dessas participações para os usuários, os cidadãos, os funcionários da linha de frente, os principais gerentes e para os políticos (BOVAIRD; LOEFFLER, 2013). Tal escolha levou em consideração se tratar de um modelo que aborda participação cidadã e um outro que sinaliza os benefícios potenciais da coprodução nessas práticas, uma vez que o conhecimento gerado pode ser utilizado por escolas públicas para melhor direcionar suas ações de incentivo a coprodução.

Para o alcance do objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com natureza exploratória-descritiva, tendo como ambiente de pesquisa duas Escolas Estaduais Públicas situadas no município de Campina Grande-PB, sendo uma na modalidade integral e outra integral-técnica, ambas do ensino médio. Utilizou-se triangulação de três fontes de dados: pesquisa documental, entrevistas e observação *in loco*.

Além dessa introdução, o trabalho se estrutura em cinco seções: a segunda aborda uma discussão teórica sobre a participação, coprodução e educação pública, assim como os modelos que serão utilizados; a terceira contempla uma descrição detalhada dos procedimentos metodológicos adotados; a quarta apresenta os resultados da análise; e a última expõe as considerações finais com as implicações, as limitações e os *insights* para o desenvolvimento de pesquisas futuras.

2 PARTICIPAÇÃO, COPRODUÇÃO E EDUCAÇÃO PÚBLICA

Segundo Schommer (2017) a participação tem sido discutida como conceito central do debate teórico e prático sobre a democratização da sociedade, sem que haja, no entanto, um conceito único e consensual. Está presente nas reivindicações históricas dos movimentos sociais, das organizações sociais e políticas e vem alcançando o local de trabalho, a escola, a família, o clube, a igreja, entre outros. Ao mesmo tempo, convive-se com o fenômeno da apatia ou formas de participação fragmentadas e difusas.

No Brasil, dos anos 1990 em diante, multiplicaram-se as experiências participativas, impulsionadas pela promulgação da Constituição Federal de 1988. Institucionalizaram-se formas de participação social nos âmbitos municipal, estadual e federal, como os Conselhos, Planos Diretores, Orçamentos Participativos, Conferências.

O processo de participação nos assuntos de interesse público demanda valores como confiança mútua, solidariedade e engajamento social (SCHOMMER *et al.*, 2011). Com um processo social amplo, a participação envolve diversos atores, assumindo formas variadas e múltiplas iniciativas na área de educação pública. Até porque, quanto mais inovações no setor público, mais promoverá um maior envolvimento do cidadão na prestação de serviços públicos, possibilitando assim maneiras de facilitar uma maior participação do cidadão, como por meio da coprodução.

Uma referência em coprodução de bens e serviços públicos é a cientista política e economista Elinor Ostrom, laureada com o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas, em 2009, com Oliver Williamson, por seus estudos sobre arranjos institucionais que favorecem a produção de bens comuns (NOBELPRIZE.ORG, 2018). A coprodução de bens e serviços públicos pode constituir-se como meio de acesso da sociedade, como resposta à escassez de recursos e de legitimidade governamentais.

A coprodução depende de engajamento e confiança mútua entre cidadão e governo. Objetiva, em última análise, mobilizar recursos disponíveis, porém não arrecadáveis da sociedade, complementando os escassos recursos do setor público e gerando sinergia a partir dessa articulação (OSTROM, 1996). Isso implica que o poder público compartilhe o poder e o fazer com o cidadão, gerando efetiva participação cidadã, o que exige capacidade política e gerencial para tal.

Neste sentido, a literatura sobre propensão do usuário de serviços à coprodução tem se desenvolvido a partir de análises de variáveis-chave, como gênero, idade, percepção de eficácia do cidadão e percepção de eficácia do governo, e seus benefícios na propensão à coprodução.

Victor Pestoff estudou a coprodução no serviço de pré-escola em oito países europeus: Bélgica, Bulgária, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Espanha e Suíça, concluindo que o engajamento de familiares na escola e a abertura de profissionais à coprodução ainda são um desafio em organizações públicas e privadas, resultado reafirmado em estudo sobre a educação infantil na Suíça (PESTOFF, 2012).

Tony Bovaird e Elke Loeffler investigaram a coprodução de serviços com cidadãos de cinco países europeus, Alemanha, Reino Unido, França, República Tcheca e Dinamarca, identificando fatores chave relacionados com a propensão de cidadãos a colaborar com serviços públicos, a saber: variáveis sociodemográficas (idade, gênero, nível educacional, profissão, residência urbana ou rural); percepção de eficácia (o quanto cidadãos acreditam que seu trabalho contribui com a qualidade do serviço); e a percepção do cidadão quanto à eficácia do governo.

Nessa perspectiva, percebe-se que as organizações públicas precisam compreender que a coprodução no ensino público permite um diálogo, o qual pressupõe o envolvimento da comunidade escolar na gestão por meio da participação e descentralização nas tomadas de decisões. Para tanto, autores propuseram modelos de participação de coprodução que pudessem ajudar as organizações, e neste artigo, especificamente em se tratado de educação, será explicitado nos tópicos a seguir o modelo de Victor Pestoff (2012) que trata da participação cidadã na coprodução de serviços educacionais e o modelo Tony Bovaird e Elke Loeffler (2013) que analisa os benefícios dessas participações.

2.1 Modelo de Pestoff (2012)

Pestoff (2006) estudou a coprodução no serviço de pré-escola em oito países europeus concluindo que o engajamento de familiares na escola e a abertura de profissionais à coprodução ainda são um desafio em organizações públicas e privadas. Esses resultados foram reafirmados em estudo sobre a educação infantil na Suíça (Pestoff, 2012). O autor estuda desde a gênese do conceito, incluindo estudos sobre a educação até os tipos de participações cidadã na coprodução dos serviços.

Em Pestoff (2006), foi observado que o terceiro setor contribui efetivamente para fomentar a coprodução, uma vez que os pais se mostraram mais dispostos a coproduzir quando se envolvem na prestação do serviço.

Outro caso mencionado por Pestoff (2009, 2012) refere-se a um estudo realizado por Van Stard (2007), em sua tese de doutorado, na Suécia, sobre participação dos pais e qualidade

do serviço pré-escolar. O estudo comparou cooperativas de pais, cooperativas de trabalhadores, serviços municipais e pequenas empresas com fins lucrativos que prestam serviços pré-escolares em Estocolmo e Ostersund, utilizando os mesmos tipos de participação do estudo anterior (econômica, política, social e de serviço específico).

Diante disso, Pestoff (2012) afirma que os tipos de participação nos serviços públicos não precisam ser apenas novas ideias, técnicas ou métodos, mas também novas práticas que incluem mudanças nas relações entre os prestadores de serviços. Tratando especificamente de educação, identificou quatro tipos de participação cidadã na coprodução de serviços, conforme o Quadro 01 abaixo.

Quadro 01 – Tipos de participação

ECONÔMICA	Envolve tempo e materiais para manter ou auxiliar o funcionamento de um equipamento da escola.
POLÍTICA	Processo em que indivíduos se envolvem nas discussões e tomadas de decisão sobre o processo pedagógico e sobre a gestão de uma escola.
SOCIAL	Contribuição a eventos sociais e festas em datas comemorativas relacionadas à escola.
ESPECÍFICA DO SERVIÇO	O usuário, ou um familiar, ou outro membro da comunidade auxilia a gerir ou manter uma instalação da escola. Ou, ainda, quando substitui um profissional que está doente ou em capacitação.

Fonte: Pestoff (2012).

Observa-se que a participação econômica é definida como doação de dinheiro, produtos ou tempo para as escolas dos países estudados, tendo como exemplo a compra de materiais e as doações em espécie ou outras que possuam o objetivo de manter o serviço: doação de brinquedos novos ou usados; itens para reforma de pintura, madeira, parafusos, pregos; ou a doação do tempo para prestação de serviços, instalação e manutenção, por exemplo. Podendo consistir em uma ou mais das modalidades, especialmente em caso de países com deficiência na provisão de serviços e bens, quando a atuação dos pais adquire uma importância maior ao complementar dos serviços estatais. O autor considera que em alguns dos casos estudados a contribuição de dinheiro, tempo ou produto é esperada por parte da comunidade como um todo, atuando de modo cooperativo na entrega desses serviços.

A participação política pode ser indireta, representativa ou corporativista, agindo dentro das escolas na orientação ou consulta das decisões, as quais são tomadas pelos agentes profissionais, como por exemplo a participação nas decisões dos conselhos escolares onde tendem a ter poder de voto em decisões da escola.

Já a participação social age de modo a criar organizações de pais, e sua organização de eventos que congreguem a comunidade escolar, como por exemplo participação de eventos

culturais da escola, festas juninas, das mães e de fim de ano. Pestoff (2012) explica que essa coprodução pode ocorrer de diversas formas, como o auxílio na organização desses eventos, trazendo outros membros da comunidade (vizinhos), ou apenas estando presente nos momentos de integração promovidos pela escola.

E, por fim, a participação específica do serviço implica no envolvimento da manutenção da instituição, entretanto, em funções não pedagógicas, de modo a complementar e auxiliar a entrega dos serviços, como por exemplo um pai e/ou responsável possui curso técnico em eletrônica e oferece seus serviços para escola, conforme Pestoff (2012) cita em seus exemplos.

A partir do exposto, entende-se que os tipos de participação contribuem para os estudantes, familiares e comunidade, assim como para a escola. É uma junção de contribuições para um bem comum e verificar esses tipos de participação pode sistematizar as necessidades dessas contribuições dos familiares de estudantes nas escolas, assim como a participação da sociedade civil.

A participação envolve diversos atores, assume formas variadas e múltiplas iniciativas, afinal, contribui com um processo de democratização da sociedade fomentando ações coletivas e produzindo novas estratégias e arranjos participativos na educação. No próximo tópico, discute-se os benefícios decorrentes dessas participações realizadas.

2.2 Modelo de Bovaird e Loeffler (2013)

A coprodução pode acarretar uma série de benefícios para diferentes partes interessadas e a importância disso provavelmente difere de lugar e de tempos. Na evolução histórica e temporal, observa-se que o setor público se voltou para a coprodução não apenas para melhorar a qualidade do serviço, “trazendo o usuário”, mas também para cortar custos, fazendo com que o usuário faça mais por si mesmo.

Considerando essas afirmações, a coprodução enfatiza a contribuição do beneficiário do serviço no processo de prestação do serviço. Por exemplo, nas escolas, os resultados não dependem apenas da qualidade do ensino ministrado pelos professores, mas também das atitudes e dos comportamentos dos alunos. Se os alunos não estiverem dispostos nem mesmo a ouvir, ou não estiverem preparados para realizar o trabalho de acompanhamento em casa, a quantidade que eles aprenderão será muito limitada (BOVAIRD; LOEFFLER, 2013).

Em virtude de se testarem novas formas de realizar um serviço, é natural que se queira saber se este está sendo eficiente e efetivo. Se essa nova forma está adicionando valor em relação às formas tradicionais, ou quais são seus efeitos e impactos gerados. Assim, quando se

trata de analisar quais os benefícios que essas participações trazem para os serviços públicos educacionais, Bovaird e Loeffler (2013) apresenta um modelo sintético que sinaliza alguns desses possíveis benefícios, de acordo com o Quadro 02 abaixo.

Quadro 02 – Benefícios potenciais do aumento da coprodução de serviços públicos

Para os usuários	Melhores resultados e qualidade de vida; Serviços públicos de qualidade superior, mais realistas e sustentáveis, com resultados da experiência dos usuários e suas redes.
Para os cidadãos	Aumento do capital social e coesão social; Garantia sobre disponibilidade e qualidade dos serviços para o futuro.
Para funcionários da linha de frente	Mais responsabilidade e satisfação por trabalhar com usuários de serviços satisfeitos.
Para os principais gerentes	Reduzir as demandas dos serviços; Tornar os serviços mais eficientes.
Para os políticos	Mais votos por meio de usuários de serviços mais satisfeitos; Menos necessidade de financiamento público e, portanto, impostos mais baixos.

Fonte: Bovaird e Loeffler (2013).

Para os autores, a coprodução pode gerar benefícios diferentes para atores diferentes. Os usuários, neste caso, são os alunos, já que este estudo corrobora com a coprodução na educação, tem-se como exemplo a estrutura da escola, a merenda escolar, os projetos desenvolvidos. Para cidadãos (sociedade civil – comunidade, ONGs, igrejas, universidades/faculdades) um exemplo são as ações e prestação de serviços voluntários que esses cidadãos podem estar contribuindo para com a escola. Neste sentido, a coprodução só será bem gerida quando os gestores e funcionários do setor público começarem a ver o que os cidadãos estão realmente contribuindo para os resultados, em vez de se fixarem apenas em suas próprias contribuições (BOVAIRD; LOEFFLER, 2013).

Em relação aos funcionários da linha de frente (professores), sua didática, seus projetos desenvolvidos trazem benefícios no aprendizado satisfatório. Quanto aos principais gerentes (Trio Gestor), quando se tem coprodução dentro da escola, há o compartilhamento de serviços, e para os políticos (Governo do Estado), os esforços de coprodução de cidadãos e usuários de serviços devem ser aproveitados pelos órgãos públicos, e não desperdiçados, gerando assim benefícios tanto em épocas de eleições, quanto no seu próprio governo (SCHOMMER; TAVARES, 2017).

É importante ressaltar, conforme observado no Quadro 02, que o tipo de benefícios também varia - alguns são de caráter sociopolítico, outros são de natureza econômica, alguns são mais tangíveis e diretos, outros são intangíveis e indiretos.

Em se tratando das análises dos benefícios gerados, não se devem restringir ao uso de métodos quantitativos, ou seja, olhar não apenas para os resultados imediatos dos serviços, mas

também para o impacto que pode gerar a curto, médio e longo prazos. Até porque a curto e médio prazos pode-se avaliar a qualidade ofertada; economia de recursos; satisfação dos alunos e atores envolvidos; e assim como a efetividade participativa. Ao longo prazo, pode-se analisar se tem gerado aumento do capital social com impacto na mudança da cultura política, ou ainda, se foi capaz de transformar dinâmicas institucionais dentro das escolas.

Dessa maneira, a avaliação da participação com a coprodução nos serviços públicos educacionais tem muito a revelar sobre seu potencial transformador e seus limites. A percepção e a reflexão sobre suas práticas, em diferentes contextos, geram conhecimento para novas experiências e aprimoramento das existentes, e sua combinação com modos tradicionais de gestão e provisão escolar.

O conhecimento costuma estar em uma região fora daquela na qual os referenciais cotidianos estão ligados, e a construção deste é a característica do ambiente que dá apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimentos das escolas. Por isso, o que faz uma escola se destacar das demais não é como ela realiza suas metodologias de ensino, mas como procura desenvolver a aprendizagem junto com os alunos através do conhecimento que é transmitido no ambiente da sala de aula e fora dela.

A forma como uma escola fomenta o conhecimento que percorre no ambiente da sala de aula e fora dela é que ajuda na melhoria contínua desses alunos, pois o capital intelectual é o diferencial e a comunicação torna-se mais rica, encadeada e rápida. Portanto, cada vez mais o conhecimento é entendido e percebido como fonte geradora de valor nas escolas, pois ele é o único recurso que aumenta com o uso.

É importante também que nesta fomentação do conhecimento, a comunidade e a sociedade civil estejam envolvidas, para que assim haja a coprodução no ambiente escolar, já que a coprodução enfatiza a contribuição do beneficiário do serviço no processo de prestação do serviço. Porque, nas escolas, os resultados não dependem apenas da qualidade do ensino ministrado pelos professores, mas também das atitudes e do comportamento dos alunos. Se os alunos não estiverem dispostos nem mesmo a ouvir, ou não estiverem preparados para realizar o trabalho de acompanhamento em casa, a quantidade que eles aprenderão será muito limitada (BOVAIRD; LOEFFLER, 2013).

Neste sentido, a coprodução nos serviços públicos educacionais se torna uma estratégia que permite a produção de bens e serviços públicos por meio do compartilhamento de responsabilidades e poder entre agentes públicos, agentes privados e cidadãos (SALM, 2014).

Diante da importância dos tipos de participação cidadã na coprodução dos serviços públicos educacionais, se faz necessário analisar a realização da participação cidadã nas práticas

de coprodução no ensino público de Campina Grande-PB e os seus benefícios decorrentes. Assim, na seção seguinte estão explicitados o percurso metodológico adotado para a condução deste estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando o objetivo da pesquisa, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa. No tocante aos objetivos, configura-se como pesquisa exploratória e descritiva, por aprofundar sobre um tema para melhor compreensão do fenômeno investigado (CRESWELL, 2010).

Por critério de acessibilidade, indicação da 3ª GRE (Terceira Gerencia Regional de Ensino) e do crescente desenvolvimento da educação na cidade de Campina Grande/PB, escolheu-se como objetos de estudo duas escolas do ensino médio, sendo uma na modalidade Escola Cidadã Integral (ECI), a qual é composta por 406 alunos estudando em tempo integral (manhã e tarde), tendo como foco a formação dos jovens por meio de um desenho curricular diferenciado e com metodologias específicas, que apresentam aos estudantes do Ensino Médio possibilidades de se sentirem integrantes do seu projeto de vida. E a outra na modalidade Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT) tendo uma média de 400 alunos distribuídos em 14 turmas. Esse modelo de Escola segue o mesmo modelo que a Escola Cidadã Integral (ECI), mas têm como diferencial os cursos técnicos ofertados, que visam à formação dos jovens para atuarem no mercado de trabalho. Ambas têm como foco proporcionar aos jovens se reconhecerem como protagonistas em seus locais de atuação.

Para coleta de dados, foram utilizadas: 1) a pesquisa documental para o levantamento dos dados secundários sobre as escolas (artigos, fotos, informativos, *websites*, redes sociais); 2) entrevistas semiestruturadas com os atores-chave que poderiam fornecer informações sobre práticas de coprodução nas escolas; e 3) observações não-participante, registradas em diários de observação, com a finalidade de compreender a fomentação do fenômeno e o contexto em que está inserido.

As entrevistas seguiram roteiros semiestruturados construídos em conjunto com os membros do grupo de estudos Negis (Núcleo de Estudo em Gestão Inteligente e Sociedade) envolvidos no Projeto aprovado no edital nº 010/2021 - FAPESQ/PB - MCTIC/CNPq (Programa de Infraestrutura Para Jovens Pesquisadores / Programa Primeiros Projetos – PPP), a partir das categorias dos tipos de participação de Pestoff (2012) e os benefícios de Bovaird e Loeffler (2013), conforme o Quadro 03 abaixo.

Quadro 03 – Categorias das Entrevistas

Dimensão	Categorias	Autores
1. Tipos de participação	1.1 Econômica 1.2 Política 1.3 Social 1.4 Específica do Serviço	Pestoff (2012)
2. Benefícios	2.1 Para os usuários 2.2 Para os cidadãos 2.3 Para os funcionários 2.4 Para Gestores 2.5 Para Políticos	Bovaird e e Loeffler (2013)

Fonte: Elaboração Própria (2022).

Utilizou-se a técnica da entrevista individual e grupo focal, ao todo, foram quatro roteiros de entrevistas adaptados conforme o sujeito de pesquisa consultado – ver no apêndice A. Ribeiro e Milan (2004) afirmam que as entrevistas do tipo grupos focais é um método de coleta de dado consolidado em pesquisas qualitativas e, se bem planejado, gera-se uma oportunidade de explorar em profundidade um determinado tema ou objeto de pesquisa. Todas as entrevistas foram transcritas, organizadas e analisadas.

A realização das entrevistas e observações se deu de forma presencial, no período de julho a outubro de 2022. No que concerne aos procedimentos de análise dos dados, adotou-se como método a análise de conteúdo de Bardin (2016), sendo feita uma pré-análise consistente na leitura e organização do material coletado e tratamento dos resultados obtidos com a interpretação dos resultados. Transfigurando-se em dois gestores/coordenadores, dois grupos focais de professores, três grupos focais de alunos e dois grupos focais de pais, conforme o Quadro 04 abaixo.

Quadro 04 – Dados das Entrevistas

CÓDIGO	TÉCNICA UTILIZADA	SUJEITO(S) DE PESQUISA
ECI – Escola Cidadã Integral		
C1	Entrevista Individual	Gestor(a) ou Coordenador(a) Pedagógica
P1	Grupo Focal	4 Professores
A1	Grupo Focal de Alunos	4 Alunos
GP1	Grupo Focal de Alunos	4 Pais
ECIT – Escola Cidadã Integral Técnica		
C2	Entrevista Individual	Gestor(a) ou Coordenador(a) Pedagógica
P2	Grupo Focal	4 Professores
A2	Grupo Focal de Alunos	7 Alunos (líderes)
A2a	Grupo Focal de Alunos	6 Alunos (vice-líderes)
GP2	Grupo Focal de Pais	4 Pais

Fonte: Elaboração Própria (2022).

Com relação a duração das entrevistas e as datas na qual foram realizadas nas duas escolas, observa-se na Tabela 01 como foi a utilização do tempo.

Tabela 01 – Dados das Entrevistas das Escolas ECI e ECIT

Identificação	ECI	Data	Tempo
C1	Coordenadora Pedagógica	12/08/2022	00:42:21
A1	01 Grupo Focal de Alunos	12/09/2022	00:18:15
P1	Grupo Focal de Professores	13/09/2022	00:17:42
GP1	Grupo Focal de Pais	10/10/2022	00:15:04
Identificação	ECIT	Data	Tempo
C2	Gestora Escolar	29/07/2022	00:44:14
A2	01 Grupo Focal de Alunos	15/08/2022	00:31:28
A2a	02 Grupo Focal de Alunos	15/08/2022	00:31:28
P2	Grupo Focal de Professores	29/08/2022	00:51:19
GP2	Grupo Focal de Pais	17/10/2022	00:17:21

Fonte: Elaboração própria (2022).

Nas escolas, foram importantes fazer grupos focais, por ser uma ferramenta útil para os trabalhos com grupos de pais, professores e alunos, tendo em média de quatro a sete participantes na ECI e na ECIT os grupos focais tiveram em média de quatro a nove participantes, devido a disponibilidade destes, sendo as entrevistas semiestruturadas realizadas nos meses de julho, agosto e outubro de 2022.

Por fim, a proposta de pesquisa deste artigo segue os preceitos normatizados pela resolução 510 de 7 de abril de 2016 do CEP/CONEP, que no art. 1, parágrafo único, incisos I, II e III considera que as pesquisas em ciências humanas e sociais aplicadas de opinião pública com participantes não identificados e pesquisa que utilize informações de acesso e domínio público não precisam ser registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP.

3.1 Descrição do Contexto da pesquisa

As Escolas Cidadãs Integrais começaram a ser pensadas no Estado da Paraíba em 2015 e foram implantadas em 2016, a princípio com oito unidades. Diante do bom desempenho e aceitação por parte da comunidade escolar, em 2017 o número foi ampliado para 33 Escolas Cidadãs Integrais. Estas escolas trazem em seu modelo inovações e propostas que buscam ser um divisor de águas na história da educação do Estado, e tem como objetivo formar cidadãos autônomos, solidários e competentes, indivíduos protagonistas, agentes sociais e produtivos que possam contribuir com o mundo atual e suas necessidades.

Com o objetivo de cumprir o PNE (Plano Nacional de Educação) e o PEE (Plano Estadual de Educação), em 2021 o Governo do Estado implanta mais 73 Escolas Cidadãs Integrais. Com a ampliação do modelo de ensino para mais 72 municípios, assim, todos os 223

municípios do território paraibano foram contemplados com Escolas Cidadãs Integrais, compreendendo todas as Gerências Regionais de Ensino. Em 2022, no município de Campina Grande havia 20 Escolas Cidadãs Integrais.

Dentro dessa proposta, as escolas em tempo integral possuem um conteúdo pedagógico voltado para uma educação de excelência, formação para a vida e formação para as competências do século XXI. Além das disciplinas da Base Comum Curricular (BNCC), oferta-se um currículo diversificado com disciplinas como Eletivas, Projeto de Vida, Pós-médio e Estudo Orientado, por exemplo.

A Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT) segue o mesmo modelo que a Escola Cidadã Integral (ECI), mas tendo como diferencial os cursos técnicos para atuação no mercado de trabalho. Esses cursos técnicos são escolhidos para oferta na escola conforme a caracterização e perfil de cada município.

Os dois modelos visam a formação integral dos jovens e tendo como foco principal o estudante e o seu projeto de vida, buscando assim desenvolver os pilares essenciais para a formação de indivíduos que possam contribuir com a sociedade a partir de sua autonomia, das diferentes competências e sendo solidários, baseados no incentivo ao desenvolvimento do protagonismo juvenil.

Caracterizado o ambiente de pesquisa, segue-se para a análise dos resultados dos tipos de participação cidadã e os benefícios decorrentes dessa participação.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados das entrevistas semiestruturadas foram analisados, inicialmente, abordando os quatro tipos de participação de Pestoff (2012) e, logo em seguida, focando os benefícios decorrentes que essa participação traz para os serviços públicos educacionais de cada escola, baseado na teoria de Bovaird e Loeffler (2013).

4.1 Quatro Tipos de Participação na ECI

Iniciando pela **participação econômica**, é importante considerar que os recursos da educação pública das escolas de nível médio devem ser assegurados pelo Governo do Estado, desde o fornecimento da estrutura escolar, equipe e equipamentos até a manutenção. Nesse contexto, os entrevistados C1 e P1 apontaram a necessidade imperativa de captação de recursos alternativos, uma vez que o recurso oriundo do orçamento público da educação deve ser

planejado com grande antecedência e tem seu destino rigidamente definido.

Na rotina das escolas, entretanto, a demanda por recursos pode não ser previsível, seja devido as demandas de manutenções pontuais ou mesmo aquisição de materiais para atividades pedagógicas não planejadas. Assim, as escolas buscam recursos com o ator que tem maior interesse no sucesso do serviço – os familiares de alunos. Mas, nesta escola não foi identificado. Houve um familiar que teve intenção de ajudar, só que não fez a ação, conforme a fala do entrevistado: *“a gente até teve uma oferta, quando tivemos um problema de encanamento, havia um pai que tinha habilidades, mas aí ficou só no campo da oferta”* (C1).

Sabe-se que os recursos repassados pelo governo muitas vezes são insuficientes, mas a escola pode recorrer à comunidade ao entorno e propor parcerias e cooperações. Estas podem envolver não apenas com os pais e/ou responsáveis do cotidiano escolar, mas também com as fundações e outras organizações públicas e privadas, além de cidadãos civis que possam somar e ajudar não apenas com recursos financeiros, mas materiais, de tempo, de esforço e capital intelectual. Sem essa cooperação harmônica fica complicado superar as dificuldades existentes. Segundo Reis (2010), a importância dessa parceria serve para os desenvolvimentos escolares, bem como os benefícios que são gerados por todas as partes, tendo em comum a educação dos alunos.

Pestoff (2012) explica que a contribuição econômica extrapola a doação em espécie e inclui tempo e esforço, mas em entrevista com GP1 também foi falado que alguns atores não têm disponibilidade de tempo, comprovado pelo seguinte discurso: *“nós não temos tempo, trabalhamos o dia todo e não podemos ajudar a escola”* (GP1). Essa afirmação é comprovada também pelos entrevistados: *“meu pai trabalha muito, ele é pedreiro, mas passa o dia fora e minha mãe não tem tempo nem para ela, pois cuida dos meus outros irmãos”* (A1).

É evidente que as condições humanas são limitadas. Schommer *et al.* (2011) afirmam que a coprodução é pautada pelo diálogo e construção de consensos, através de práticas compartilhadas, em que existem diversos canais de expressão de interesses, perspectivas e relações de poder com negociação entre os diferentes sujeitos envolvidos. Ao abarcar coprodução em serviços públicos de educação, acredita-se que o comportamento dos cidadãos influencia a execução de políticas, e no contexto escolar as ações dos pais são fundamentais na educação dos filhos (WHITAKER, 1980).

Sobre a **participação política**, esta apresenta em sua essência o caráter coletivo no que se atinge o controle democrático direto sobre a prestação de serviços por meio de tomada de decisão coletiva (PESTOFF, 2012). Foi identificado que na escola há o conselho escolar, um espaço em que há a possibilidade de envolver os usuários na tomada de decisões. Os

entrevistados relatam que de fato há participação, existindo oportunidades para sugestões, diálogos e até mesmo influência nas decisões tomadas sobre os recursos que chegam, conforme é comprovado na fala: “[...] marcamos nossa reunião com conselho escolar e vamos analisando o que fazer com a verba recebida, sempre dando prioridade ao aluno, às suas necessidades” (P1). Em outra fala, se observa: “aqui temos atenção, nós representamos cada turma, damos sugestões e participamos das verbas que chegam no sentido para onde serão destinados o dinheiro, isso tudo é discutido nas reuniões do conselho” (A1). A partir do momento que se tem uma relação recíproca entre os envolvidos no processo educacional, conseqüentemente os resultados aparecem, em sua maioria de forma positiva.

Ainda sobre a **participação política**, é observada a presença de pais e/ou responsáveis nos plantões pedagógicos da escola, onde são ouvidos e cobram justificativas de aprendizados aos professores. Nesses encontros, também são passados *feedbacks* dos seus filhos de como estão se desenvolvendo nas disciplinas, comportamentos em sala de aula. Assim, constata-se que nesta escola há participação política, pois os pais participam das reuniões pedagógicas e são ouvidos, conforme o seguinte relato: “[...] Os pais aparecem na escola a cada bimestre terminado e são ouvidos nos plantões pedagógicos” (C1). É comum relatos dos professores em que afirmam que os pais aparecem na escola somente em dias dos plantões pedagógicos. Porém, sabe-se que o aprendizado é uma construção ao longo do ano letivo e que as notas de cada bimestre são reflexos das atividades diárias em sala de aula.

Com relação a **participação social**, verificou-se que tanto os professores quanto os alunos têm atuado em prol da comunidade, promovendo eventos e atividades que contribuem para ações caritativas na cidade, como pode ser evidenciado a seguir: “[...] diante da pandemia, os meus colegas estão muito com ansiedade, outros tem dificuldades de concentração, deixou as pessoas as vezes mais estressadas e os professores tiveram a ideia do projeto setembro amarelo que vamos fazer no parque da liberdade, até mesmo para alertar a comunidade” (A1).

Diante do exposto, salienta-se que o auxílio na organização de eventos/ações, trazendo outros membros da comunidade, ou apenas estando presente nos momentos de integração promovidos pela escola, são exemplos de participação social que tem caráter coletivo (PESTOFF, 2012). Aqui nesta escola esse evento é específico, são elaborados de acordo com as necessidades que possam ocorrer na escola.

Com relação a **participação específica do serviço** não foram identificadas participações dos pais, nem da comunidade que pudessem auxiliar a gerir ou manter instalação na escola, conforme pode-se comprovar nas falas:

[...] a escola fica até com medo de procurar os pais para tratar destes pontos, porque os pais veem a escola como um “deposito” dos filhos, resumindo[...] nem a escola procura os pais, nem os pais procuram saber se a escola precisa, até porque eles acham que isso é papel do governo, da escola (P1).

[...] desde que voltei do meu doutorado que não temos essa procura da comunidade. Voltei em 2020, e foi logo na pandemia, ficamos online, logo teve esse distanciamento e fomos perdendo esses elos comunidade versus escola, assim como escola versus comunidade. Ou seja, a comunidade não nos procura (C1).

Dessa maneira, não foram identificadas participação dos pais e da comunidade no processo junto a profissionais da educação, e isso se torna um ponto negativo, tendo em vista que os pais são partes fundamentais no processo de ensino e aprendizagem. Neste sentido, Alford (2009) identifica a participação como necessária para a coprodução. É válido salientar que os alunos das escolas cidadãs integrais não levam atividades para casa, então em casa já não há essa participação dos pais junto com as atividades. Com relação a comunidade não participar, é responsabilidade da escola também procurar essa comunidade para que a mesma possa se fazer presente nas atividades escolares. Conforme Marschall (2016) argumenta que só há coprodução se houver oportunidade e disposição do indivíduo em participar, cabendo à administração escolar criar oportunidades para o cidadão participar.

Já com relação aos ensinamentos específicos de sala de aula, os alunos aplicam em casa, como é observado na fala do entrevistado: *“aqui temos uma disciplina que envolve a sustentabilidade, e os ensinamentos aplico em casa, como separação do lixo corretamente”* (A1). Logo, o bem “educação”, de natureza pública e privada ao mesmo tempo, depende de certo grau de engajamento entre educando e educador, por isso o processo educativo sempre envolve alguma forma e algum grau de coprodução para ser realizado (OSTROM, 1996). Mas, não se caracteriza como coprodução e sim só participação, pois toda coprodução é uma forma de participação, porém nem toda participação se configura em coprodução (GOUVEIA, 2021).

4.2 Quatro Tipos de Participação na ECIT

A **participação econômica** é essencialmente individual (BRUDNEY; ENGLAND, 1983), uma vez que cada familiar doa seu próprio recurso, embora ocorra em grupo, nas promoções de eventos. Na ECIT é perceptível a participação econômica tanto em relação aos

pais dos alunos, quanto a participação de igrejas e da comunidade, de acordo com a fala: “a igreja juntamente com os pais nos ajudaram doando para colação de grau, tolhas das mesas, ornamentação, pois tinha pais que trabalhavam com isso” (C2), podendo se confirmar nas falas desses outros respondentes:

Já tivemos aqui um problema com ar-condicionado, teve um pai que veio e fez as limpezas, as câmeras das escolas foram instaladas por um pai [...] eu tenho um grupo de WhatsApp com os pais, quando estamos precisando, coloco lá as demandas no grupo e pergunto quem pode auxiliar. E eles são muitos participativos, às vezes chegam até aqui na escola perguntando (C2).

Também temos as parcerias com as igrejas, tanto católicas quanto evangélicas aqui da cidade [...] a gente libera o prédio sem custo e eles nos auxiliam em alguma coisa, como por exemplo a gente está com problema na encanação, aí eles vêm e ajeita esse problema [...] a gente está com problema no liquidificador, estamos precisando que conserte, eles levam e consertam. Estamos precisando de uma doação de uma panela de pressão, eles vêm e doam (C2).

A comunidade nos ajudou em doação de alimentos, que foi na nossa campanha para os animais de rua, desenvolvida pelos alunos juntamente com seus professores. Já que aqui no bairro observamos que tinha muitos animais na rua (P2).

Com base nesses apontamentos, é válido ressaltar que são diversas as motivações ou razões que podem influenciar o processo de decisão sobre participação de indivíduos em ações de coprodução. Coprodução pode se referir a diferentes níveis, tipos ou fenômenos de participação e envolvimento dos cidadãos na prestação de serviços públicos, participação do terceiro setor na tomada de decisão e implementação de políticas (PESTOFF, 2012).

Esse discurso de C2 em relação a participação da igreja foi confirmado no diário de observação do dia 29 de julho de 2022, quando foi constatada a presença do pessoal de uma Igreja fazendo ornamentação no auditório, o qual seria utilizado no final de semana.

Sobre a **participação política**, Whitaker (1980) afirma que a cooperação de cidadãos com agentes públicos em busca de um objetivo comum é uma importante forma de participação política. Na escola, foi observada essa participação no conselho escolar, que é um órgão

deliberativo, focado na burocracia interna da escola que toma as decisões em relação a alocação de recursos, resolução de problemas administrativos, e o Orçamento Democrático, que tem a participação externa da comunidade, conforme os respondentes revelam:

O conselho escolar é formado por um representante dos alunos, um pai, um representante de professor, o trio gestor e o presidente que é escolhido/eleito entre os professores. Nas reuniões internas, é decidido a entrada e saída de recursos, para onde vamos alocar esses recursos [...] se há problemas administrativos é resolvido nestas reuniões [...] (P2).

Agora para participação externa da comunidade é o orçamento democrático, que um representante da comunidade vem votar em quais são os tipos de recursos que são mais viáveis utilizar na escola. É aberto, aí alguém da comunidade se inscreve e vem participar da reunião para decidir onde será utilizado o recurso que chegou do Estado (P2).

Nesta perspectiva, “o conceito de coprodução traz o entendimento de que a qualidade dos serviços públicos será maior se houver a participação da sociedade, em vez de o governo ser o único produtor” (DE MATTIA; ZAPPELLINI, 2014, p.577). Além disso, a ação de inovar demanda que os políticos e profissionais encontrem novas formas de interagir com os usuários dos serviços e suas comunidades (BOVAIRD, 2007).

Com relação as tomadas de decisões sobre o processo pedagógico na escola, os respondentes deste primeiro grupo responderam: “*Quando temos algum problema com o método de ensino do professor, nós comunicamos para a gestão normalmente, além disso os alunos recebem todo bimestre um questionário para avaliar algum professor específico*” (A2). Depois esses questionários são avaliados pelo Trio Gestor e pontuado, em seguida o professor é chamado para que possam dar o *feedback* e pontuar o que deve ser melhorado.

A **participação política** também se dá por meio dos pais tanto nos plantões pedagógicos quanto nos grupos de *WhatsApp*, onde eles são ouvidos e contribuem para o melhoramento do ensino e aprendizagem, conforme um dos respondentes fala: “*nós pais temos nossos grupos de WhatsApp para sermos ouvidos, também nas reuniões e plantões pedagógicos*” (GP2). Nota-se que todas as nuances da participação política nesta escola são atendidas de forma que essas participações se fazem necessárias para a coprodução.

Na **participação social** foi verificada uma ação social pela comunidade, que tanto contribuiu para a escola quanto para a própria comunidade em questão:

[...] na favela do papelão pegamos alguns alunos e começamos a trabalhar sobre higiene pessoal, orientar aos adolescentes sobre as questões de doenças sexualmente transmissíveis, quais os serviços básicos estão à disposição deles [...] e paralelo a isso foi feito também um processo de alfabetização com aqueles que não tiveram oportunidade de estudar. Em contrapartida, eles tinham lá pessoas que costumavam, bordavam, e aí fizemos essa parceria e eles ensinavam as nossas alunas a bordar, a costurar (G2).

Essa participação acima se torna diferenciada, pois beneficiou ambas as partes. Em se tratando do contexto escolar, Whitaker (1980) cita como exemplo a necessidade do ajuste mútuo entre cidadão e agente público, em analogia à relação de professor e aluno. Segundo o autor, quanto mais disposto estiver o professor em procurar o potencial dos alunos, maiores são as chances de encontrá-lo; da mesma forma, quanto mais motivados estiverem os alunos em dedicar-se à própria educação, certamente haverá mais compromisso e resultados melhores do que àqueles que apenas cooperam ou cumprem desinteressadamente.

Dessa forma, a interação entre profissionais da educação, alunos, famílias e comunidades na educação e na escola pode originar resultados significativos aos indivíduos diretamente envolvidos e às comunidades.

A **participação específica do serviço** foi observada na fala: *“alguns pais já ofereceram seus serviços de pintura, de encanamento [...]”* (C2). E o próprio grupo focal comprovou também na fala: *“os pais são nossos parceiros sempre, ajudam em serviços que eles próprios dominam, como ajuda em cortar gramas [...]”* (P2). Os pais também participaram em um certo momento (colação de grau) da substituição de profissional na cozinha, como já não estava no horário de trabalho e para que a festa de colação acontecesse, a escola entrou com os alimentos e uns pais foram cozinhar, assim como o pessoal da comunidade da Igreja ficaram com a ornamentação, ou seja, houve coprodução na participação específica do serviço.

Em se tratando da aplicação dos ensinamentos específicos da sala de aula em casa, os alunos se matriculam na disciplina eletiva oferecida a cada semestre e com isso aplicam esses ensinamentos em casa, no seu dia a dia, conforme as falas dos respondentes: *“Temos disciplina que trata Segurança no Trabalho, que aborda primeiros socorros, e isso é de extrema importância para nós aplicarmos no nosso dia a dia (em casa) quando acontece algum acidente”* (A2 e A2a). *“A disciplina que trata de sustentabilidade, eu apliquei em casa. Expliquei para os meus pais e irmãos as técnicas e perguntei o que eles querem deixar para o*

futuro? Daí começamos a ser mais atento enquanto a essas questões” (A2). “A disciplina eletiva do semestre passado foi marketing que eu participei, e com isso me ajudou muito a abrir o meu próprio negócio que eu queria muito” (A2a).

É perceptível nas falas dos grupos dos alunos (A2 e A2a) o quanto essas disciplinas eletivas são importantes e a diferença que elas fazem, pois incentiva a prática, apesar de não caracterizar como coprodução, mas só participação. No momento da entrevista, foi observado e registrado no diário de observação do dia 15 de agosto de 2022 as expressões de alegria e satisfação dos alunos ao contar a importância dessas atividades para suas vidas.

Neste contexto, observa-se que a ECIT (Escola Cidadã Integral Técnica) tem presentes os quatro tipos de participação cidadã na coprodução dos seus serviços educacionais, comprovando a teoria de Brandsen e Pestoff (2012), quando afirmam que iniciativas pesquisadas na Alemanha, França e Suécia apresentaram os mais altos níveis de participação (econômica, política, social e de serviço específico) dos pais, por meio de organizações do terceiro setor.

A seguir, serão descritos na Matriz os tipos de participação cidadã nas práticas de coprodução no ensino público de Pestoff (2012) e os possíveis benefícios que foram gerados de acordo com os estudos de Bovaird e Loeffler (2013) depois de analisar as falas dos entrevistados.

4.3 Matriz – Dois Modelos

Diante dos resultados nas duas escolas ECI (Escola Cidadã Integral) e ECIT (Escola Cidadã Integral Técnica) baseados nos quatro tipos de participação de Pestoff (2012), os entrevistados da linha de frente e os principais gerentes das escolas deixam claro o quanto é importante a participação dos familiares (pais/responsáveis) e da comunidade (sociedade civil), sendo peças fundamentais para que o processo escolar ocorra de uma maneira eficiente e eficaz. De igual modo, os usuários (alunos) acreditam que essas participações fazem toda diferença em seu processo de ensino e aprendizagem.

No Quadro 05 abaixo, pode-se visualizar como ocorreu a análise dos tipos de participação cidadã nas práticas de coprodução no ensino público das duas escolas analisadas e seus benefícios decorrentes.

Quadro 05 – Matriz Baseada nos Resultados das Duas Escolas.

Tipos de Participação (Pestoff, 2012)	Econômica	Política	Social	Específica do Serviço
Exemplos observados nas escolas pesquisadas (em síntese)	<p>Não foi identificado. (ECI)</p> <p>Doação de tempo: ajuda na infraestrutura e na Colação de Grau. (ECIT)</p> <p>Doação de materiais e/ou alimentos. (ECIT)</p>	<p>Reunião dos pais (Plantão Pedagógico). (ECI; ECIT)</p> <p>Conselho escolar (recursos de órgão públicos). (ECI; ECIT) e Orçamento Democrático (ECIT)</p> <p>Envolvimento nas discussões e tomadas de decisão sobre o processo pedagógico. (ECIT)</p>	<p>Ação Social para comunidade. (ECI; ECIT)</p>	<p>Não foi identificado. (ECI)</p> <p>Ajuda a manter as instalações na escola, com pinturas. (ECIT)</p> <p>Substituição de profissional na cozinha. (ECIT)</p>
BENEFÍCIOS (Bovaird; Loeffler, 2013)	O QUE FOI OBSERVADO NAS ESCOLAS PESQUISADAS (ECI; ECIT)			
Para os usuários (alunos)	Em geral com as disciplinas eletivas, percebe-se que os alunos se desenvolvem e abrem oportunidades. A escola cresce com esses desenvolvimentos dos alunos e podem sempre está aprimorando para obter resultados diante da qualidade dos serviços prestados. Desenvolvimento de projetos e oportunidades que surgem com a participação da comunidade, da igreja e de ONGs.			
Para os cidadãos (comunidade, ONGs, Igreja)	Como não foi identificado no momento na ECI, a escola perde contribuições tanto externas como internas, deixando de ter inclusão social. Já na ECIT, essas iniciativas que foram relatadas traz a inclusão social tanto para escola como para fora dela, aumentando ainda mais a esfera social e construindo o aluno para o futuro.			
Para funcionários da linha de frente (professores)	A satisfação em compartilhar os conhecimentos de forma satisfatória, fazendo com que a teoria seja alinhada com a prática e transforme as vidas dos alunos nos seus projetos de vida que vão além da educação de sala de aula, de uma forma que todos os elos escolares (escola, alunos, professores, familiares, e sociedade civil), fiquem satisfeitos com seus trabalhos desenvolvidos.			
Para os principais gerentes (trio gestor)	Quando o trio gestor delega as funções, há uma diminuição na sobrecarga de atribuições e isso é perceptível tanto na ECI quanto na ECIT, pois ambas atendem ao modelo de escola cidadã e com isso torna os serviços mais “leves” e satisfatórios.			
Para os políticos (Governo do Estado)	Quando são encontradas nas escolas as participações cidadãs na coprodução dos serviços educacionais o serviço público fica em evidência, logo, o governo se torna alvo de notícias positivas, e isso enriquece o poder público trazendo, além da visibilidade positiva, prospecção de aumento de votos nas futuras eleições. E quando todos (escola, alunos, familiares, comunidade e sociedade civil) coproduzem com a escola há diminuição de financiamentos públicos.			

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Analisando a Matriz, observa-se que a escola ECI não foi identificada participação

econômica e nem participação específica do serviço isso devido a não participação dos pais e da comunidade. Neste sentido, se faz necessário que a escola busque a comunidade e veja de fato o que afasta os pais do convívio da escola. Whitaker (1980) trata sobre o papel dos indivíduos, afirmando que a coprodução necessita que a pessoa que está sendo servida transforme seu comportamento. Para o autor, ao invés de esperar que as escolas mudem as pessoas, é preciso pensar que as pessoas devem mudar a si mesmas. Brandsen e Pestoff (2006) afirmam que o envolvimento dos cidadãos transforma o serviço, mas eles mesmos são transformados pelo serviço.

Quando todos os atores (família, comunidade e sociedade civil) participam junto com a escola, e a escola deixa claro para esses atores a sua importância, o propósito ensino e aprendizagem são consolidados de forma satisfatória. De acordo com Bovaird e Loeffler (2013), é importante para o cidadão saber como o serviço vai afetar a vida do seu familiar. Dessa forma, o indivíduo se sentirá mais motivado a se envolver na coprodução do bem público se o resultado dessa ação trouxer benefícios para seus familiares.

Neste sentido, as participações ajudam a compreender o papel do Estado, das escolas, das comunidades e dos cidadãos no aperfeiçoamento dos serviços públicos educacionais e da democracia. As falas dos entrevistados tanto da ECI (Escola Cidadã Integral) quanto da ECIT (Escola Cidadã Integral Técnica) nestas entrevistas permitem refletir sobre os limites e as potencialidades de avaliar os benefícios da coprodução, pois evidencia a necessidade do trabalho em conjunto em função da aprendizagem e desenvolvimento do aluno e da escola, além dos benefícios para a sociedade como um todo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve o intuito de analisar os tipos de participação cidadã nas práticas de coprodução no ensino público de Campina Grande-PB e os benefícios decorrentes. Como resultados, em análise qualitativa, constatou-se que a participação cidadã na coprodução dos serviços educacionais de Pestoff (2012) ainda está em um estágio inicial não consolidados pelos agentes envolvidos e que podem gerar benefícios potenciais no aumento da coprodução, de acordo com o modelo sintético de Bovaird e Loeffler (2013).

A participação econômica e a participação social, por exemplo, podem gerar oportunidade para a participação política e a participação específica no serviço. Ou seja, a aproximação dos membros da comunidade escolar em torno de aspectos sociais e econômicos pode facilitar ou ampliar sua participação também nos aspectos essenciais do serviço e na

tomada de decisões de caráter político pedagógico. A melhoria da estrutura favorece a qualidade da prestação do serviço e o envolvimento das pessoas em atividades compartilhadas pode gerar laços e senso de pertencimento, que, indiretamente, também influenciam o processo pedagógico, a aprendizagem e a qualidade da educação.

Nos resultados, observa-se que na ECI não foi identificada a participação econômica, pois os pais não se envolvem porque não têm tempo e/ou interesse e a comunidade não procura a escola e nem a escola procura a comunidade. Essa mesma situação de ausência de ambos, acontece na participação de serviços específicos, assim propõem-se que a escola desenvolva projetos nas suas disciplinas eletivas que incluam a comunidade, que possa trazer para perto da escola, incentivando essa participação juntamente com os alunos e até mesmo que necessite da presença dos pais e/ou responsáveis mostrando que eles fazem parte do crescimento escolar, para que assim eles possam estar junto com a escola coproduzindo.

Whitaker (1980) trata sobre o papel dos indivíduos, afirmando que a coprodução necessita que a pessoa que está sendo servida transforme seu comportamento. Para o autor, ao invés de esperar que as agências mudem as pessoas, é preciso pensar que as pessoas devem mudar a si mesmas. Brandsen e Pestoff (2006) afirmam que o envolvimento dos cidadãos transforma o serviço, mas eles mesmos são transformados pelo serviço.

Já na ECIT é perceptível nos resultados conforme os relatos dos entrevistados que a participação econômica e a participação social abordadas por Pestoff (2012), podem gerar oportunidade para a participação política e para a participação específica no serviço. No caso da educação pública, a participação dos pais na gestão e manutenção da escola, por exemplo, envolve contatos repetidos e de longo prazo, colocando-os na condição de sujeitos ativos que ajudam a decidir o futuro do serviço prestado (PESTOFF, 2009).

Além disso, a pesquisa relacionou participação e coprodução de serviços públicos na educação, tendo em vista que a participação é um termo frequente nos marcos regulatórios educativos e a coprodução é um fenômeno que ocorre, mas não é mencionado explicitamente. Os resultados podem ser utilizados pelas instituições de ensino no sentido de orientar a realização de ações de voluntariado voltadas ao melhoramento do processo pedagógico, a aprendizagem e a qualidade da educação.

Constatou-se ainda que a principal diferença entre as escolas cidadã aqui entrevistadas é quanto ao direcionamento das ações/projetos. A participação cidadã e a coprodução foram consideradas como caminhos possíveis para o desenvolvimento comunitário e para o desenvolvimento do potencial político e social das pessoas, contribuindo para sua autorrealização. Como principais contribuições, o presente artigo amplia a compreensão acerca

da participação cidadã nas práticas de coprodução, bem como aprofunda sobre os benefícios que todas essas práticas podem decorrer, estimulando os professores e gestores a coproduzir e questionando também até que ponto eles estão dispostos a coproduzir.

Como em toda pesquisa, esta experimentou algumas limitações, cita-se a dificuldade de encontrar os pais que tivesse disponíveis para serem entrevistados, bem como um horário que fosse viável de reunir os grupos focais. Todavia, configura um tema relevante para estudos futuros, acerca da importância de uma liderança que fomente a participação e a coprodução nas escolas públicas.

Nesse sentido, cabe seguir explorando, em futuros estudos, outra modalidade de ensino médio que é a Modalidade de Ensino Regular, assim como no ensino superior e escolas públicas estaduais de outras cidades na Paraíba.

Compreender a participação e a coprodução como estratégias fundamentais à prestação do serviço público, amparada por teorias como as que constam nesta pesquisa, potencialmente favorece a ação de pais, comunidade, alunos e professores, alcançando resultados mais consistentes em outras instâncias das escolas. Neste sentido, esta pesquisa no campo da educação evidencia, portanto, a conexão entre os aspectos essenciais e aspectos complementares do serviço, bem como entre elementos econômicos, políticos, sociais e específica dos serviços da coprodução, trazendo benefícios potenciais para os diferentes envolvidos.

CAPÍTULO 4 – CONCLUSÕES

4 CONCLUSÕES

Com o objetivo geral de analisar a coprodução nos serviços públicos educacionais da cidade de Campina Grande-PB, foram realizados três estudos visando alcançar os três objetivos específicos definidos para este trabalho.

O primeiro estudo teve o objetivo de investigar a coprodução de serviços públicos e sua evolução temática no segmento da educação de 2011 a 2021. O estudo bibliométrico com o auxílio do *software VOSviewer* observou que a maioria dos estudos se concentram na Europa, e que no Brasil, apesar de algumas contribuições de estudos trabalhados, é perceptível que a temática da coprodução de serviços públicos no segmento da educação ainda é pouco explorada no país, revelando uma carência de estudos específicos sobre a temática, apresentando assim tendências de pesquisa.

Para atender ao objetivo geral desta pesquisa, considerando essa necessidade de mais estudos para explorar alternativas de melhorar a educação e a contribuição da sociedade para promover a coprodução nos serviços públicos, o segundo artigo teve o objetivo de analisar os tipos de coprodução em diferentes fases do ciclo do serviço educacional público em Campina Grande-PB. Para tal, foi realizada uma pesquisa qualitativa, baseada na tipologia proposta por Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017), efetivada por meio da triangulação de dados coletados via pesquisa documental, observação e entrevistas semiestruturadas aplicadas em duas escolas cidadãs.

Como resultados do segundo estudo, constatou-se não foi identificado coprodução nos níveis individual, grupo e coletivo na fase de co-comissionamento em ambas as escolas. Pôde-se observar também a ausência dos pais e da comunidade em relação as fases de *co-design* e *co-entrega*.

Para finalizar a pesquisa, o terceiro estudo analisou os tipos de participação cidadã nas práticas de coprodução no ensino público de Campina Grande-PB e os benefícios decorrentes, cujo entrevistados das duas Escolas Cidadãs (ECI – Escola Cidadã Integral e ECIT – Escola Cidadã Integral Técnica), os documentos e as observações *in loco* forneceram uma significativa contribuição no processo, que foi evidenciado nos objetos de estudo. Como resultados, constatou-se que as participações políticas estão mais presentes nas duas escolas analisadas e que os principais benefícios encontrados são para os usuários e cidadãos, pois aumenta ainda mais a esfera social e construção do aluno para o futuro. Também se observaram benefícios voltados para os políticos, que se tornam alvo de notícias positivas, e isso enriquece o poder público trazendo, além da visibilidade positiva, prospecção de aumento de votos nas futuras

eleições.

Desse modo, a consecução dos objetivos desta pesquisa foi alcançada e o estudo demonstrou que cabe seguir explorando, em futuros estudos, as diversas possibilidades de coprodução na escola pública como por exemplo melhorar as práticas; envolver mais a comunidade; melhorar cada vez mais o ensino aprendizagem; e melhorar o trabalho do professor. Nesta perspectiva, o primeiro artigo forneceu contribuições teóricas pertinentes, o segundo artigo fez a verificação na prática de coprodução no serviço público educacional e analisados os tipos de participação (terceiro artigo) e quais são os possíveis benefícios gerados com essa participação. Além disso, este trabalho fornece contribuições para os gestores públicos acerca de conhecer melhor a participação dos indivíduos, bem como as tipologias de coprodução na educação (segundo artigo).

Embora tenha alcançado seu objetivo geral, este trabalho apresentou algumas limitações. Nesse sentido, pesquisas futuras podem buscar compreender as questões conceituais, trazidas no artigo 1 (capítulo 1), colocando palavras-chaves mais específicas, assim como podem enriquecer essa discussão a partir de comparações entre escolas, abordadas nos artigos 2 e 3, que oferecem não só seus ensinos na modalidade integral e modalidade integral técnica, mas incluir as escolas que oferecem seus ensinos na modalidade regular, bem como poderá contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas do Grupo de Estudos em Gestão Inteligente e Sociedade (NEGIS/UFCG).

Dentre as implicações para a prática nas escolas, participação e coprodução ocorrem e são chamadas, geralmente, pelas ações em que se constituem. O fato é que existe um potencial a ser explorado neste sentido, considerando a heterogeneidade de indivíduos envolvidos no processo educativo – profissionais da educação, estudantes, familiares, governantes e comunidade em geral. Pode se articular diferentes camadas da comunidade para se envolver com as atividades escolares, pois existe uma expectativa da população em participar da rotina do serviço público, aproximando usuário e servidor. Caberia, inclusive, estabelecer relações mais profundas entre a escola e a família, assim como entre a escola e a comunidade. Considerado que em uma das escolas analisadas não foi encontrada essa participação com frequência desses atores.

Considerando que há inexistência de proximidade da escola pública frente à comunidade em que ela está inserida (PARO, 2016), outra questão que pode nortear a realização de pesquisas futuras é: se a escola não participa da comunidade, por que irá a comunidade participar da escola? Surge o questionamento em virtude de, em uma das escolas pesquisadas, a gestão ter informado que a comunidade não procura a escola, lembrando que as práticas de

coprodução são um caminho de mão dupla. Neste sentido, a Escola Cidadã Integral (ECI) poderia desenvolver projeto/ação que beneficiasse a comunidade local e o primeiro ponto é observar o que a comunidade está precisando? O que desenvolver em benefício dessa comunidade? O que os professores juntamente com seus alunos, nas disciplinas eletivas, poderiam desenvolver para ajudar essa comunidade? São reflexões que se faz necessária neste momento para que essa comunidade procure a escola e perceba o quanto ambas podem fazer diferença na vida cotidiana escolar. E com relação a ter mais participação do pai e/ou responsável para estar junto com a escola, o primeiro passo seria o Trio Gestor lançar um desafio para os professores, no qual eles tivessem que desenvolver um projeto que trouxesse a família para estar mais presente na escola e ter o reconhecimento desses professores que conseguissem desenvolver o melhor projeto e que tivesse uma execução positiva com resultado proposto alcançado.

Já na Escola Cidadã Integral (ECIT), poderiam fomentar mais sobre o Orçamento Democrático, deixando mais claro a importância de um representante da comunidade, o quanto se faz necessário essa representação e o quanto a comunidade faz toda diferença nesta participação. Indo de encontro a comunidade para promover uma palestra que retratasse o que de fato é o Orçamento Democrático? Qual a sua importância? Por que é importante ter um membro da comunidade nessas reuniões de votação? Assim, a escola estaria mais próxima dessa comunidade passando confiança e informação de algo que ainda não é tão claro para a comunidade.

REFERÊNCIAS

- AKANDE, A. et al. If one goes up the other must come down: Examining gender differences and understanding of models of learning style: a non-Western perspective. **Social Indicators Research**, v. 131, p. 817-829, 2017. DOI: 10.1007/s11205-016-1274-9.
- ALFORD, J. **Engaging Public Sector Clients: From Service Delivery to Co-production**. Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2009.
- ALEXANDRINO, T. N. B. **Participação e coprodução na escola pública: o papel de associações de pais e professores de três municípios catarinenses na articulação entre escola e comunidade**. Dissertação (Mestrado em Administração e Socioeconômicas) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- ALMEIDA, E. B. **A relação entre pais e escola: A influência da família no desempenho escolar do aluno**. Monografia - Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- ALVES, M. T. G., et al. Fatores familiares e desempenho escolar: Uma abordagem multidimensional. **Dados**, v. 56, n. 3, set. 2013. DOI: 10.1590/S0011-52582013000300004.
- ARMESTO, L. M.; BISPO, P. P. G. O papel da escola na sociedade contemporânea: formação baseada em valores e o ideário dos saberes. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 3, n. 1, e311069, 2022. DOI: 10.47820/recima21.v3i1.1069.
- ARAUJO, C. F. et al. Cocriação de Valor em Sala de Aula como um Antecedente do Engajamento dos Estudantes de Ensino Superior. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 22, n. 2, 2021. DOI: 10.13058/raep.2021.v22n2.1997.
- ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE**, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.
- BALANCIERI, R. et al. A análise de redes de colaboração científica sob as novas tecnologias de informação e comunicação: Um estudo na Plataforma Lattes. **Ciência da Informação**, v. 34, n. 1, p. 64-77, 2005. DOI: 10.1590/S0100-19652005000100008.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1ed. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BIZERRA, A. L. V.; ALVES, F. J. S.; RIBEIRO, C. M. A. Governança pública: uma proposta de conteúdo mínimo para os relatórios de gestão das entidades governamentais. In: **Encontro de Administração Pública e Governança**. 2012, Salvador/BA. Anais: ENAPG. [online] Salvador/BA: ANPAD, nov. 2012.
- BOVAIRD, T. Beyond Engagement and Participation: User and Community Coproduction of Public Services. **Public Administration Review**, v. 67, n. 5, p. 846-860, 2007. DOI: 10.1111/j.1540-6210.2007.00773.x.
- BOVAIRD, T. et al. Activating citizens to participate in collective co-production of public services. **Journal of Social Policy**, v. 44, n. 1, p. 1-23, jan. 2015. DOI: 10.1017/S0047279414000567.
- BOVAIRD, T.; LOEFFLER, E. **We're all in this together: harnessing user and community**

co-production of public outcomes. University Birmingham: Institute of Local Government Studies, jun. 2013.

BORNER, K.; CHEN, C.; BOYACK, K. W. Visualizing knowledge domains. **Annual Review of Information Science and Technology**, n. 1, p. 179-25, 2003. DOI: 10.1002/aris.1440370106.

BOYLE, D.; HARRIS, M. **The challenge of co-production.** London: new economics foundation, 2009.

BRANDSEN, T.; HELDERMAN, J.-K. The trade-off between capital and community: The conditions for successful co-production in housing. **Voluntas**, v. 23, n. 4, p. 1139-1155, 2012. DOI: 10.1007/s11266-012-9310-0.

BRANDSEN, T.; HONINGH, M. Distinguishing different types of coproductions: A conceptual analysis based on the classical definitions. **Public Administration Review**, v. 76, n. 3, p. 427-435, 2016. DOI: 10.1111/puar.12465.

BRANDSEN, T.; PESTOFF, V. Coprodução, Terceiro Setor e Prestação de Serviços Públicos: Uma introdução. **Public Management Review**, v. 8, n. 4, p.493–501, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 05/09/2021.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Portaria Normativa Interministerial nº 17. Brasília, DF, 2007.

BRUDNEY, J. L.; ENGLAND, R. E. Toward a definition of the coproduction concept. **Public Administration Review**, v. 43, n. 1, p. 59-65, jan-fev 1983. DOI: 10.2307/975300.

CHAEBO, G.; MEDEIROS, J. J. Reflexões conceituais em coprodução de políticas públicas e apontamentos para uma agenda de pesquisa. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 3, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395152355>.

CHAEBO, G.; MEDEIROS, J. J. Reflexões conceituais em coprodução de políticas públicas e apontamentos para uma agenda de pesquisa. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 3, p. 615–628, Jul-set 2017.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DE MATTIA, C.; ZAPPELLINI, M. B. Ética e coprodução de serviços públicos: uma fundamentação a partir de Habermas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, n. 3, p. 573, set. 2014. DOI: 10.1590/1679-395114417.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Institui o Programa Educação e Família.** Publicado em: 03/08/2021. Edição: 145. Seção: 1. Página: 24 Órgão: Ministério da Educação/Gabinete do Ministro.

EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Centro de Referência em Educação Integral.** Disponível em:

<https://educacaointegral.org.br/>. Acesso em: 16/08/2022.

ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL. **Governo da Paraíba**. Disponível em:<<https://sites.google.com/view/ecipb>>. Acesso em 06/07/2022.

EWERT, B.; EVERS, A. Um conceito ambíguo: sobre os significados da coprodução para Usuários de cuidados de saúde e organizações de usuários? **Voluntas**, v. 25, n. 5, p. 425-442, mai. 2012.

FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**, v. 35, n. 1, p. 119-144, jan-fev. 2001.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "**O IDH dos países europeus**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/o-idh-dos-paises-europeus.htm>. Acesso em 26/03/2023.

GOHN, M. D. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan-mar. 2006.

GOUVEIA J. A.; BEZERRA, J. C. V.; CAVALCANTE, C. E. Tipologia de coprodução do bem público: estado da arte e agenda de pesquisa. **Revista: Gestão & Regionalidade**, v. 39, n 116, set. 2023. DOI: 10.13037/gr.vol39n116.7667.

GOUVEIA, J. A. **Relações entre motivações e tipologias da coprodução do bem público**. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. 200f.

HARTLEY, J. Inovação em governança e serviços públicos: passado e presente. **Dinheiro Público e Management**, v. 25, n. 1, p. 27-34, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/pesquisa/13/5902>>. Acesso em: 30/09/2022.

INEP. **Ministério da Educação**. Sinopse estatística da educação básica 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Acesso 10/02/2023.

JAKOBSEN, M.; ANDERSEN, S. C. Coproduction and equity in public service delivery. **Public Administration Review**, v. 73, n. 5, p. 704-713, 2013.

KLEIN, V. H. et al. Participação e coprodução em política habitacional: estudo de um programa de construção de moradias em SC. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 25-47, jan./fev. 2012. DOI: 10.1590/S0034-76122012000100003.

KVARTIUK, V. Resultados de participação e governança local: evidências da Ucrânia. **Voluntas**, v. 27, n. 3, p. 1123–1151, 2016.

LARRINAGA, O. V. Is it desirable, necessary and possible to perform research using case studies? **Cuadernos de Gestión**, v. 17, n. 1, 147-172, 2017. DOI: 10.5295/cdg.140516ov.

LOEFFLER, E.; BOVAIRD, T. Co-commissioning of public services and outcomes in the UK: Bringing co-production into the strategic commissioning cycle. **Public Money & Management**, v. 39, n. 4, 2019. DOI: 10.1080/09540962.2019.1592905.

LOFFLER, E.; WATT, P.. **Understanding the efficiency implications of coproduction**. [S. l.]: LARCI, 2009.

LUCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MARSCHALL, M. J. Citizen participation and the neighborhood context: a new look at the coproduction of local public goods. **Political Research Quarterly**, v. 57, n. 2, p. 231-244, jun. 2016. DOI: 10.1177/106591290405700205.

MAZZEI, M. et al. Coprodução e o terceiro setor: conceituando diferentes abordagens para o envolvimento do usuário do serviço. **Public Management Review**, v. 22, n. 9, p. 1265–1283, 2020.

NETO M. L.; SALM, V. M.; BURIGO, V. A coprodução dos serviços públicos: modelos e modos de gestão. **Revista de ciências da administração**, v. 16, n. 39, p. 164 -178, ago. 2014. DOI: 10.5007/2175-8077.2014v16n39p164.

NABATCHI, T.; SANCINO, A.; SICILIA, M. Varieties of participation in public services: The who, when, and what of coproduction. **Public Administration Review**, v. 77, p. 766–776. 2017. DOI: 10.1111/puar.12765.

NEBOT, C. P.; et al. Coproducción E Incidencia De La Sociedad Civil En La Política De Residuos Sólidos En Belém, Amazonia. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 12, n. 2, abr-jun. 2020. DOI: 10.21118/apgs.v12i2.5544.

NOBELPRIZE.ORG. Elinor Ostrom. **Common resources**. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/educational/nobelprize_info/ostrom-edu.html>. Acesso 18/10/2022.

OLIVEIRA, M.; FREITAS, H. M. R. Focus Group – pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento. **Revista de Administração**, São Paulo. v. 33, n. 3, p.83-91, jul-set., 1998.

OCDE. **Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico**. Disponível em: <https://www.oecd.org/latin-america/paises/brasil-portugues/>. Acesso em:26/03/2023.

ODS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em:<<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 17/03/2022.

OGUNMOKUN, O. A. et al. Consumer well-being through engagement and innovation in higher education: A conceptual model and research propositions. **Journal of Public Affairs**, v. 21, n. 1, p. e2100, fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1002/pa.2100>.

OSBORNE, S. P.; RADNOR Z.; NASI, G. A New Theory of the Public Service Management: Towards a Service (Public) Dominant Approach. **American Review of Public Administration**, v. 43, n. 2, p. 135-58, 2013. DOI: 10.1177/0275074012466.

OSBORNE, S. P.; STROKOSCH, K.. It takes two to tango? Understanding the Coproduction of public services by integrating the services management and Public Administration Perspectives. **British Journal of Management**, v. 24, n. 1, p. 31- 47, 2013. DOI:10.1111/1467-8551.12010.

OSBORNE, S.; RADNOR, Z.; STROKOSCH, K. Co-Production and the Co-Creation of Value in Public Services: A suitable case for treatment?. **Public Management Review**, v. 18, n. 5, p. 639-65, Mar 2016. DOI: 10.1080/14719037.2015.1111927.

OLIVEIRA, F. V. Legitimidade Democrática e Cidadania da União Europeia. **Diké – Revista do Mestrado em Direito da UFS**, v. 4, n.2, ago-dez. 2015.

OSTROM, E. Crossing the Great Divide: Co-production, Synergy and Development. **World Development**, v. 6, n. 1, p. 1073-1087, jun. 1996. DOI: 10.1016/0305-750X (96)00023-X.

OSTROM, E. et al. The public service production process: a framework for analyzing police services. **Policy Studies Journal**, v. 7, p. 381- 389, 1978. DOI: 10.1111/j.1541-0072.1978.tb01782.x.

PARAÍBA. **Plano Estadual de Educação 2015-2025**. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/consultas/plano-estadual-de-educacao-2015-2025>>. Acesso em: 18/12/2022.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2016.

PARRADO, S. et al. Correlates of co-production: Evidence From a Five Nation Survey of Citizens. **International Public Management Journal**, v. 16, n. 1, p. 85-112, 2013. DOI: 10.1080/10967494.2013.796260.

PARKS, R. B. et al. Consumers as co-producers of public services: Some institutional and Economic considerations. **Policy Studies Journal**, v.9, n.7, p.1001-1011, jun. 1981. DOI: 10.1111/j.1541-0072.1981.tb01208.x.

PESTOFF, V. Co-production and Third Sector Social Services in Europe: Some Concepts and Evidence. **Voluntas**, v. 23, p. 1102-1118, jul. 2012. DOI:10.1007/s11266-012-9308-7.

PESTOFF, V. Collective action and the sustainability of co-production. **Public Management Review**, v. 16, n. 3, p.383-401, jul-set. 2014.

PESTOFF, V.; BRANDSEN, T. **Co-production: The Third Sector and the Delivery of Public Services**. London and New York: Routledge, 2013.

PESTOFF, V. Towards A Paradigm of Democratic Participation: Citizen Participation and Co-Production of Personal Social Services In Sewden. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 80, n. 2, p.197-224, mai. 2009. DOI: 10.1111/j.1467-8292.2009.00384. x.

POOCHAROEN, O.; TING, B. Colaboração, co-produção, redes: Convergência de teorias. **Public Management Review**, v. 17, n. 4, p. 587-614, 2015.

RANTAMAKI, N. J. Co-production in the context of Finnish social services and health care: a challenge and a possibility for a new king of democracy. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 28, n. 1, p. 248-264, 2017.

REIS, L. P. C. R. **A participação da família no contexto escolar**. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

- RIBEIRO, L. S.. **A participação da família na vida escolar dos filhos**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- RIBEIRO, J. L. D.; MILAN, G. S.; RODRIGUES, C. M. **Entrevistas individuais: teoria e aplicações**. In: Ribeiro, J.L.D. e Milan, G. (Org.). 1 ed. Porto Alegre: FEENG, v. 1, p. 85-106, 2004.
- RICCUCCI, N. M.; RYZIN, G. G. V.; LI, H. Representante Bureaucray and the Willingness to Coproduce: an Experimental Study, **Public Administration Review**, v. 76, n. 1, p. 121–130, jan-fev, 2016. DOI: 10.1111/puar.12401.2016.
- ROBERTS, N. Public Deliberation in an age of direct citizen participation. **American Review of Public Administration**, v. 34, n. 4, 315-353, dez. 2004. DOI: 10.1177/02750740042692.
- ROCHA, A. et al. Elementos estruturantes para a realização da coprodução do bem público: uma visão integrativa. **Caderno EBAPE.BR**, v. 19, no 3, Rio de Janeiro, jul-set. 2021. DOI: 10.1590/1679-395120200110.
- RONCONI, L. F. A.; DEBETIR, E.; MATTIA, C. Conselhos Gestores de Políticas Públicas: potenciais espaços para a coprodução dos serviços públicos. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 14, n. 3, p. 46-59. set-out. 2011.
- ROSSETO, D. et al. Structure and evolution of innovation research in the last 60 years: Review and future trends in the field of business through the citations and co-citations analysis. **Scientometrics**, v. 115, n. 3, p. 1329-1363, 2018. DOI: 10.1007/s11192-018-2709-7.
- RYAN, B. Co-production: option or obligation? **Australian Journal of Public Administration**, v. 71, n. 3, p. 314-324, 2012. DOI:10.1111/j.1467-8500.2012.00780. x.
- SAETREN, H. Implementing the third generation research paradigm in policy implementation research: an empirical assessment. **Public Policy and Administration**, v. 29, n. 2, p. 84-105, jan. 2014. DOI: 10.1177/09520767135134.
- SANCINO, A. The meta co-production of community outcomes: Towards a citizens' capabilities approach. **Voluntas**, v. 27, n. 1, p.409–424, 2016. DOI:10.1007/s11266-015-9596-9
- SANTOS, J. V. As possibilidades das Metodologias Informacionais nas práticas sociológicas: por um novo padrão de trabalho para os sociólogos do Século XXI. **Sociologias**, v. 3, n. 5, p. 116-148, jan-jun. 2001. DOI: 10.1590/S1517-45222001000100007.
- SALM, J. F. Coprodução de bens e serviços públicos. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (Org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. CIAGS/UFBA, 2014, p. 42-44.
- SALM, J. F.; MENEGASSO, M.E. Proposta de modelos para a coprodução do bem público a partir das tipologias de participação. **XXXIV Encontro Científico de Administração da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD**. Rio de Janeiro, 2010.
- SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E.; RIBEIRO, R. M. Co-produção do bem público e o desenvolvimento da cidadania: o caso do Proerd em Santa Catarina. **Revista Alcance**, v. 14, n. 2, p. 231-246, 2007.

SCHOMMER, P.C. et al. Coprodução e inovação social na esfera pública em debate no campo da gestão social. In: SCHOMMER, P.C.; BOULLOSA, R.F. **Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública**, Udesc Editora, v. 5, p. 31-70, 2011.

SCHOMMER, P. C.; TAVARES, A. O. **Gestão Social e Coprodução de Serviços Públicos**. In: Curso de Gestão Social. Fundação Demócrito Rocha, UANE, 2017.

SCHMIDTHUBER, L., et al. Citizen participation in public administration: investigating open government for social innovation. **R&D Management**, p. 1-13, mar. 2019. DOI: 10.1111/radm.12365.

SOARES, G. F.; FARIAS, J. S. Vem educar com a gente: o incentivo de governo e escolas à coprodução da educação por familiares de alunos. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.26, out-nov. 2018, p. 1347-1371. DOI: 10.1590/S0104-403620180026001299.

SOARES, G. F.; FARIAS, J. S. Com quem a escola pode contar? A coprodução do Ensino Fundamental público por familiares de estudantes. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 2, p. 310-330, 2019.

STEWART, Kennedy. Write the rules and win: understanding citizen participation game dynamics. **Public Administration Review**, nov-dez. 2007. DOI: 10.1111/j.1540-6210.2007.00798. x.

STROKOSCH, K. Co-production and innovation in public services: can co-production drive innovation? In: Osborne, S. P. & Brown, L. (eds.). **The Handbook of Innovation in Public Services**. Edward Elgar Publishing Limited, p. 375-389, 2013. DOI: 10.4337/9781849809757.00037

SOUZA, J. P. **A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança**. Artigo (Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional) – Instituto de Estudos Superiores do Ceará, Fortaleza, 2012.

SOUZA, M. A.; TRAMPUSCH, A.; KRONBAUER, C. A. Ensino Superior em ciências contábeis no Brasil: percepção da qualidade dos serviços prestados sob a ótica dos discentes. **Espacios**, v. 33, n. 10, 2012.

VAN EIJK, C. J. A.; STEEN, T. P. S. Why people co-produce: analyzing citizens' perceptions on co-planning engagement in health care services. **Public Management Review**, v. 16, n. 3, p. 358-382, 2014. DOI: 10.1080/14719037.2013.841458.

VAN GESTEL, N.; KUIPER, M.; HENDRIKX, W. Changed Roles and Strategies of Professionals in the (co)Production of Public Services. **Administrative Sciences**, v. 9, n. 3, pp. 59, 2019. DOI: 10.3390/admsci9030059.

VERSCHUERE, B.; BRANDSEN, T.; PESTOFF, V. Co-production: the state of art in research and the future agenda. **Voluntas**, v. 23, n. 4, p.1083-1101, jul. 2012.

VIEGA, L; GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião Política**, v. 7, n. 1, 2001. DOI: 10.1590/S0104-62762001000100001.

VOORBERG, W. H.; BEKKERS, V. J.; TUMMERS, L. G. A Systematic Review of Co-

creation and Co-production: Embarking on the Social Innovation Journey. **Public Management Review**, v. 17, n. 9, p. 1333–1357, 2014 DOI: 10.1080/14719037.2014.930505.

WHITAKER, G. P. Coproduction: citizen participation in service delivery. **Public Administration Review**, Oxford, p. 240-246, 1980.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Bookman editor, 2016.

ZEITHAML, V. A. et al. Three decades of customer value research: paradigmatic roots and future re-search avenues. **Journal of Service Research**, v. 23, n. 4, p. 409–432, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/1094670520948134>.

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS (CAPÍTULOS 2 E 3)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE - UAAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
PPGA/UAAC/CH/UFCG

Prezado (a) participante, você permite que essa entrevista seja gravada?

Esta pesquisa intitulada de “A coprodução e a educação como dever de todos: um estudo nos serviços públicos educacionais”, que está sendo desenvolvida pela discente Dêyse Lucena Victor de Souza, mestranda em Administração pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), sob orientação da Professora Dra. Patrícia Trindade Caldas.

O objetivo geral deste estudo é analisar a coprodução nos serviços públicos educacionais da cidade de Campina Grande-PB.

Observação: Seu nome não será divulgado e nem utilizado na pesquisa.

Agradeço sua colaboração com a pesquisa e estarei disponível para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Questionário – Entrevista

GERENTE REGIONAL - Socorro Cordão

<p align="center">Co-comissionamento (visam identificar e priorizar estrategicamente serviços públicos, resultados e usuários)</p>	<p>1. Em relação ao Plano Estadual de Educação e às Diretrizes de Ensino, quem e como participa da elaboração?</p> <p>2. Como os cidadãos contribuem com a confecção das Diretrizes de Ensino?</p> <p>3. Com relação à tomada de volta às aulas – devido ao Covid, infraestrutura, quem participa de fato dessa decisão?</p> <p>4. Qual o objetivo do Conselho Estadual de Educação (CEE)?</p> <p>5. Existe alguma participação de alguém da comunidade ou Sociedade Civil no CEE? (Sim- Como acontece essa participação? /Não-Quem de fato participa? E quais benefícios gerados?</p> <p>6. Como as Escolas Estaduais são beneficiadas pela atuação do CEE?</p> <p>7. Nas reuniões desse órgão, há participação da sociedade civil? Se sim, como é essa participação.</p> <p>8. Quais as dificuldades encontradas para participação da sociedade civil neste órgão?</p>
<p align="center">Co-design (criação, planejamento e arranjos de serviços públicos)</p>	<p>9. Com relação aos pais dos alunos - eles são ouvidos? Em qual momento?</p> <p>10. As escolas contam com algum tipo de orçamento participativo? Como funciona?</p> <p>10.a Nesse orçamento participativo, a sociedade civil sugere o que pode ser feito ou apenas recebe os projetos prontos para escola?</p> <p>10.b Como a gerência recebe e/ou repassa as decisões tomadas pelas escolas nesses orçamentos?</p>
<p align="center">Co-entrega (atividades conjuntas que são utilizadas para a provisão diretas dos serviços públicos e/ou para sua melhoria e isto corre na provisão do serviço corrente, ou seja, de maneira concomitante)</p>	<p>Não se aplica.</p>

<p>Co-avaliação</p> <p>(atividade geralmente retrospectiva, voltada ao que foi realizado, porém, seus resultados podem ser utilizados de maneira prospectiva para repensar ou melhorar os serviços).</p>	<table border="1"><tr><td data-bbox="696 288 1904 347">11. Existe alguma forma de ouvir a comunidade sobre mudanças no ensino? Se sim, como acontece?</td></tr><tr><td data-bbox="696 347 1904 399">12. Quem geralmente propõe essas mudanças? (os atores quais são)</td></tr></table>	11. Existe alguma forma de ouvir a comunidade sobre mudanças no ensino? Se sim, como acontece?	12. Quem geralmente propõe essas mudanças? (os atores quais são)
11. Existe alguma forma de ouvir a comunidade sobre mudanças no ensino? Se sim, como acontece?			
12. Quem geralmente propõe essas mudanças? (os atores quais são)			

Questionário – Entrevista

GESTOR ESCOLAR/ COORDENADOR ESCOLAR

<p align="center">Co-comissionamento (visam identificar e priorizar estrategicamente serviços públicos, resultados e usuários)</p>	<p>1. Quem participa da construção das Diretrizes de Ensino? Como é essa participação – votam, são ouvidos?</p> <p>1.a Os pais ou alguém da sociedade civil têm algum poder de voto na construção das Diretrizes de Ensino?</p> <p>2. O que é discutido nas reuniões de pais? Algum assunto referente ao planejamento e/ou necessidade de serviços? Eles têm poder de decisão de voto?</p> <p>3. Com relação à tomada de volta às aulas – devido ao Covid, infraestrutura, quem participa de fato dessa decisão?</p> <p>4. Há alguma participação da Sociedade Civil na escola? Como acontece? (Algum serviço prestado para o ensino, para estrutura física da escola? Se sim, ela também é comunicada das decisões financeiras da escola, dos planejamentos...?) e que benefícios trazem?</p> <p>5. Existe Conselho Escolar, ou outro espaço externo para participação? Quem participa?</p>
<p align="center">Co-design (criação, planejamento e arranjos de serviços públicos)</p>	<p>6. Você considera que a comunidade e os pais se interessam de fato pelos acontecimentos da escola? Por quê?</p> <p>6.a Costumam sugerir projetos, desenvolver ações ou fazer comentários sobre o que acontece na escola dos filhos?</p> <p>7. Nas reuniões de planejamento escolar, são divulgadas para membros externos (ex. comunidade)? Como é feita essa divulgação? O membro externo é ouvido, tem poder de votação?</p> <p>8. A escola conta com algum tipo de orçamento participativo? Como funciona? E quem participa? (alunos, professores...)</p>
<p align="center">Co-entrega (atividades conjuntas que são utilizadas para a provisão direta dos serviços públicos e/ou para sua melhoria e isto corre na provisão do serviço corrente, ou seja, de maneira concomitante)</p>	<p>Não se aplica.</p>

<p>Co-avaliação</p> <p>(atividade geralmente retrospectiva, voltada ao que foi realizado, porém, seus resultados podem ser utilizados de maneira prospectiva para repensar ou melhorar os serviços).</p>	<p>9. Como vocês avaliam os projetos feitos na escola?</p> <p>10. Como vocês recebem as críticas, sugestões, reclamações? Quem geralmente traz? Quais os meios? (<i>WhatsApp</i>, mídia, caixa de sugestões...)</p> <p>11. Como são avaliados os serviços (de ensino, infraestrutura – ex: acessibilidade, inclusão, necessidades especiais, projetos...) ofertados pela escola?</p>
<p>ECONÔMICA</p> <p>(Envolve tempo e materiais para manter ou auxiliar o funcionamento de um equipamento da escola.)</p>	<p>12. Há participação dos pais ou/e membros externos (comunidade, empresas, ONGs, igreja) na Infraestrutura para melhoria da escola? Ex. trabalho em reformas, eventos, aulas, palestras... Como isso acontece?</p> <p>13. Há ou já houve doações de recursos financeiros ou materiais para a escola? Quem faz ou fez essas doações? Se sim, com que frequência?</p>
<p>POLÍTICA</p> <p>(Processo em que indivíduos se envolvem nas discussões e tomadas de decisão sobre o processo pedagógico e sobre a gestão de uma escola.)</p>	<p>14. Com relação à gestão na escola, há participação de membros externos? Se sim, quem são? Com que frequência? Como acontece?</p>
<p>SOCIAL</p> <p>(Contribuição a eventos sociais e festas em datas comemorativas relacionadas à escola.)</p>	<p>15. Quais são as ações que a escola promove socialmente? Essas ações promovidas são semestrais, anuais? ONGs ou algum outro membro externo que colabore socialmente com a escola (ex. vem fazer aula de dança com os alunos, se os pais participam dessas aulas. ou aula de teatro, música, ensino de algum instrumento musical, esportes)?</p> <p>16. Como ocorre a participação de atores externos nas festas e/ou eventos promovidos pela escola? Quem faz parte do planejamento? E qual a forma de engajamento desses nesses eventos?</p> <p>16.a Quais os benefícios você acredita que essas participações em eventos trazem para a escola, para o aluno, para a comunidade?</p> <p>16.b E quais os efeitos são gerados para o ensino público?</p>

<p>ESPECÍFICA DO SERVIÇO</p> <p>(O usuário, ou um familiar, ou outro membro da comunidade auxilia a gerir ou manter uma instalação da escola. Ou, ainda, quando substitui um profissional que está doente ou em capacitação.)</p>	<p>17. Para serviços técnicos (ex. reforço escolar, pintura, cozinha etc.), vocês contam ou já tiveram alguma colaboração da comunidade? membro externo. Como? Em quê?</p>
---	--

Questionário – Entrevista

PROFESSORES – GRUPO FOCAL

<p align="center">Co-design (criação, planejamento e arranjos de serviços públicos)</p>	<p>1. Vocês consideram que a comunidade e os pais se interessam de fato pelos acontecimentos da escola? Por quê?</p> <p>1.a Os pais costumam sugerir projetos, desenvolver ações ou fazer comentários sobre o que acontece na escola?</p> <p>2. Nas reuniões de planejamento escolar, são divulgadas para membros externos (ex. comunidade)? Como é feita essa divulgação? O membro externo é ouvido, tem poder de votação?</p> <p>3. A escola conta com algum tipo de orçamento participativo? Como funciona? E quem participa? (vocês, os alunos, diretora)</p>
<p align="center">Co-entrega (atividades conjuntas que são utilizadas para a provisão direta dos serviços públicos e/ou para sua melhoria e isto corre na provisão do serviço corrente, ou seja, de maneira concomitante)</p>	<p>4. Como é a participação de vocês na escola, além de ministrar as aulas? (reunião escolar, projetos, eventos, gestão)</p> <p>5. E em relação à participação de vocês em atividades fora da aula com a comunidade, por exemplo, há projetos? Se sim, como se dar/como é planejado? Como é a execução?</p> <p>5.a Além dos alunos, há alguma pessoa na participação junto com vocês? (Exemplo: se alguém externamente vem até a escola para ministrar aulas de reforço quando algum aluno tem alguma dificuldade) (alguém da comunidade, de instituição de ensino (faculdades, universidades), igrejas, ONG, institutos (lembrar do instituto dos cegos)</p> <p>6. Os pais ajudam os alunos nos trabalhos da escola e nas melhorias da escola?</p>
<p align="center">Co-avaliação (atividade geralmente retrospectiva, voltada ao que foi realizado, porém, seus resultados podem ser utilizados de maneira prospectiva para repensar ou melhorar os serviços).</p>	<p>7. Como vocês avaliam os projetos feitos na escola?</p> <p>8. Como vocês recebem as críticas, sugestões, reclamações? Quem geralmente traz? Quais os meios? (<i>WhatsApp</i>, mídia, caixa de sugestões...)</p> <p>9. Como são avaliados os serviços (de ensino, infraestrutura – ex: acessibilidade, inclusão, necessidades especiais, projetos...) ofertados pela escola?</p>
<p align="center">ECONÔMICA</p>	<p>10. Há participação dos pais ou/e membros externos (comunidade, empresas, ONGs, igreja) na Infraestrutura para melhoria da escola? Ex. trabalho em reformas, eventos, aulas, palestras... Como isso acontece?</p> <p>11. Há ou já houve doações de recursos financeiros ou materiais para a escola? Quem faz ou fez essas doações? Se sim, com que frequência?</p>

<p>(Envolve tempo e materiais para manter ou auxiliar o funcionamento de um equipamento da escola.)</p>	
<p style="text-align: center;">POLÍTICA</p> <p>(Processo em que indivíduos se envolvem nas discussões e tomadas de decisão sobre o processo pedagógico e sobre a gestão de uma escola.)</p>	<p>12. Com relação à gestão na escola, há participação de membros externos? Se sim, quem são? Com que frequência? Como acontece?</p> <p>13. Como acontece o conselho escolar? Se sim, qual sua atribuição. Há reuniões - o que vocês discutem com mais frequência? Quem participa dessas reuniões (participação de membro externo)?</p> <p>14. Quais os canais de comunicação vocês são ouvidos pela escola? (caixa de sugestão, <i>WhatsApp</i>, ouvidoria)</p> <p>14.a Algum canal para vocês fazerem críticas, reclamações, sugestões?</p>
<p style="text-align: center;">SOCIAL</p> <p>(Contribuição a eventos sociais e festas em datas comemorativas relacionadas à escola.)</p>	<p>15. Quais são as ações que a escola promove socialmente? Essas ações promovidas são semestrais, anuais? ONGs ou algum outro membro externo que colabore socialmente com a escola (ex. vem fazer aula de dança com os alunos, se os pais participam dessas aulas. ou aula de teatro, música, ensino de algum instrumento musical, esportes)?</p> <p>16. Como ocorre a participação de atores externos nas festas e/ou eventos promovidos pela escola? Quem faz parte do planejamento? E qual a forma de engajamento desses nesses eventos?</p> <p>16.a Quais os benefícios você acredita que essas participações em eventos trazem para a escola, para o aluno, para a comunidade?</p> <p>16.b E quais os efeitos são gerados para o ensino público?</p>
<p style="text-align: center;">ESPECÍFICA DO SERVIÇO</p> <p>(O usuário, ou um familiar, ou outro membro da comunidade auxilia a gerir ou manter uma instalação da escola. Ou, ainda, quando substitui um profissional que está doente ou em capacitação.)</p>	<p>17. Para serviços técnicos (ex. reforço escolar, pintura, cozinha etc.), vocês contam ou já tiveram alguma colaboração da comunidade? membro externo. Como? Em quê?</p> <p>18. Quais ensinamentos específicos da sala de aula, que os alunos de vocês aplicam em casa? (ex. disciplina de finanças de sustentabilidade)</p> <p>18.a Vocês têm conhecimento se eles (os alunos) já aplicaram em algum lugar externo esses ensinamentos?</p>

Questionário – Entrevista

ALUNOS – GRUPO FOCAL

<p style="text-align: center;">Co-entrega</p> <p>(atividades conjuntas que são utilizadas para a provisão direta dos serviços públicos e/ou para sua melhoria e isto corre na provisão do serviço corrente, ou seja, de maneira concomitante)</p>	<p>1. Qual a participação de vocês na escola? (reunião escolas, projetos, eventos, gestão)</p> <p>2. E em relação à participação de vocês em atividades fora da aula com a comunidade, por exemplo, há projetos? Se sim, como se dar/como é planejado? Como é a execução?</p> <p>2.a Há alguma pessoa na participação de vocês? (Exemplo: se alguém externamente vem até a escola para ministrar aulas de reforço para vocês quando tem dificuldade) (alguém da comunidade, de instituição de ensino (faculdades, universidades), igrejas, ONG, institutos (lembrar do instituto dos cegos)</p> <p>3. Os pais, ajudam vocês nos trabalhos da escola e nas melhorias da escola?</p>
<p style="text-align: center;">Co-avaliação</p> <p>(atividade geralmente retrospectiva, voltada ao que foi realizado, porém, seus resultados podem ser utilizados de maneira prospectiva para repensar ou melhorar os serviços).</p>	<p>4. Vocês avaliam a escola? (em relação a infraestrutura, funcionários, gestão, métodos de ensino, didática, recursos financeiros, alimentação)</p> <p>4.a Como é feita essa avaliação - por meio de questionário/reuniões)</p> <p>5. Vocês participam do conselho escolar? Como funciona?</p>
<p style="text-align: center;">ECONÔMICA</p> <p>(Envolve tempo e materiais para manter ou auxiliar o funcionamento de um equipamento da escola.)</p>	<p>6. Há participação dos pais, membros externos (comunidade, empresas, ONGs, igreja) em atividades que possam melhorar a escola? (Ex. trabalho em reformas, eventos, aulas, palestras...)</p> <p>7. Vocês já doaram ou arrecadaram algum recurso financeiro ou material para funcionamento da escola?</p>
<p style="text-align: center;">POLÍTICA</p> <p>(Processo em que indivíduos se envolvem nas discussões e tomadas de decisão sobre o processo pedagógico e sobre a gestão de uma escola.)</p>	<p>8. Como acontece o conselho escolar? Se sim, qual sua atribuição. Há reuniões - o que vocês discutem com mais frequência? Quem participa dessas reuniões (participação de membro externo)?</p> <p>9. Como vocês tem influência em decisões importantes do ensino, da escola (ex. trocar de professor, ser ouvidos em uma reunião)</p> <p>10. Quais os canais de comunicação vocês são ouvidos pela escola? (caixa de sugestão, <i>WhatsApp</i>, ouvidoria)</p>

<p style="text-align: center;">SOCIAL</p> <p>(Contribuição a eventos sociais e festas em datas comemorativas relacionadas à escola.)</p>	<p>11. Vocês participam da elaboração de festas e/ou eventos promovidos pela escola? Você faz parte do planejamento? E qual a forma de engajamento sua nessas participações? Esses eventos melhoram a relação com a comunidade?</p> <p>11.a Esses projetos desenvolvidos na escola trazem benefícios para a comunidade?</p> <p>12. Na sua opinião, quais os efeitos são gerados externamente?</p> <p>13. E você como aluno promove alguma ação social na escola (ex. inclusão de alunos com necessidades especiais, elaboração de projeto para a comunidade? E na sala de aula? (ex. ajudar algum aluno que tenha mais dificuldade na aprendizagem de alguma disciplina)</p>
<p style="text-align: center;">ESPECÍFICA DO SERVIÇO</p> <p>(O usuário, ou um familiar, ou outro membro da comunidade auxilia a gerir ou manter uma instalação da escola. Ou, ainda, quando substitui um profissional que está doente ou em capacitação.)</p>	<p>14. Quais ensinamentos específicos da sala de aula você aplica em casa? (ex. disciplina de finanças. De sustentabilidade) ou já aplicaram em algum lugar externo</p> <p>15. Vocês colaboram com algum processo de melhoria para o espaço físico da escola? Se sim, como é feito? com que frequência? Os pais ou responsáveis de vocês tem ou já teve participação neste processo de melhoria? E além dos pais?</p>

Questionário – Entrevista

PAIS/RESPONSÁVEIS – GRUPO FOCAL

<p>Co-entrega</p> <p>(atividades conjuntas que são utilizadas para a provisão direta dos serviços públicos e/ou para sua melhoria e isto corre na provisão do serviço corrente, ou seja, de maneira concomitante)</p>	<p>1. Como vocês participam dos aprendizados dos seus filhos? E na escola como é realizada esta participação?</p> <p>2. Além de vocês, há alguma participação de algum membro externo (comunidade) ajudando no ensino dos seus filhos fora da escola? (ex. a igreja)</p>
<p>Co-avaliação</p> <p>(atividade geralmente retrospectiva, voltada ao que foi realizado, porém, seus resultados podem ser utilizados de maneira prospectiva para repensar ou melhorar os serviços).</p>	<p>3. Como vocês participam da avaliação do ensino de seus filhos? Com que frequência vocês opinam no processo educacional dos filhos de vocês? (críticas, sugestões - há caixinha de sugestão; no grupo do <i>WhatsApp</i>, canal de reclamação)</p> <p>3.a Vocês são consultados para opinar sobre os métodos utilizados no ensino? Há poder de voto? Como é feito esse processo (se são em reunião)?</p> <p>4. Algum de vocês tem filhos com deficiência? Se sim, há uma avaliação de vocês junto com algum auditor de educação especial para avaliar os serviços prestados a seus filhos?</p> <p>5. Vocês interferem no final do semestre ou do ano para melhorar as práticas de ensino? Se sim, como é feito? Identificam outros atores?</p>
<p>ECONÔMICA</p> <p>(Envolve tempo e materiais para manter ou auxiliar o funcionamento de um equipamento da escola.)</p>	<p>6. Já fizeram ou fazem doações de recursos financeiros, materiais ou outro tipo de doação para a escola?</p> <p>7. Há ou já houve participação de vocês na melhoria da parte física da escola? Caso sim, com que frequência? Como é realizada essa participação?</p> <p>7.a Vocês executam ou já executaram atividades na escola? (como trabalhar em reformas, melhoria na parte física, infraestrutura, na cozinha, limpeza, na sala de aula)</p>
<p>POLÍTICA</p> <p>(Processo em que indivíduos se envolvem nas discussões e tomadas de decisão sobre</p>	<p>8. Participam do conselho escolar? Se sim, quais suas atribuições e como acontece nessas reuniões, com que frequência?</p>

o processo pedagógico e sobre a gestão de uma escola.)	
<p style="text-align: center;">SOCIAL</p> <p>(Contribuição a eventos sociais e festas em datas comemorativas relacionadas à escola.)</p>	<p>9. Como ocorre a participação das festas e/ou eventos promovidos pela escola? Você faz parte do planejamento ou da organização? A comunidade, o pessoal do bairro participam?</p> <p>9.a Quais os benefícios vocês acreditam que essas participações trazem para o ensino, para a escola, para comunidade? E para vocês?</p> <p>10. E você como pai/ responsável promove ou já promoveu alguma ação social na escola? Se sim, como ocorreu? (por sua conta)</p>
<p style="text-align: center;">ESPECÍFICA DO SERVIÇO</p> <p>(O usuário, ou um familiar, ou outro membro da comunidade auxilia a gerir ou manter uma instalação da escola. Ou, ainda, quando substitui um profissional que está doente ou em capacitação.)</p>	<p>11. De que maneira vocês contribuem com a escola? Já ofereceram ou oferecem seus serviços para ajudar na escola (ex: na cozinha, na limpeza, na sala de aula)?</p> <p>12. Vocês como pai/responsável do aluno, qual a sua maior contribuição com ele dentro do ensino público?</p>